

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

GUILHERME RAFAEL PORTELA

REVISÃO DE LITERATURA DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SOBRE INFÂNCIAS  
DE CRIANÇAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS  
(LGBT) NA ESCOLA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

PONTA GROSSA  
2022

GUILHERME RAFAEL PORTELA

REVISÃO DE LITERATURA DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SOBRE INFÂNCIAS  
DE CRIANÇAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS  
(LGBT) NA ESCOLA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado para obtenção do título de  
graduado em Licenciatura em Pedagogia na  
Universidade Estadual de Ponta Grossa, na  
Grande Área das Ciências Humanas e área  
específica Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bettina Heerd

PONTA GROSSA  
2022

GUILHERME RAFAEL PORTELA

REVISÃO DE LITERATURA DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SOBRE INFÂNCIAS  
DE CRIANÇAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS  
(LGBT) NA ESCOLA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de graduado em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na Grande Área das Ciências Humanas e área específica Educação.

Ponta Grossa, 07 de Abril de 2022

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bettina Heerd - Orientadora  
Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Georgiane Garabely Heil Vázquez  
Doutora em História  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia da Silva Oliveira  
Doutora em Educação  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcela Teixeira Godoy (suplente)  
Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico esse trabalho àquela que dediquei todas as minhas outras pesquisas sobre o fenômeno de gênero, àquela que sozinha criou seus três filhos, que enfrentou inúmeras violências de gênero de seu primeiro casamento, àquela que dentre tantas escolhas, no dia em que fui agredido em praça pública por gritar contra o golpe contra a Presidenta Dilma, escolheu o caminho do amor, porque como ela me disse naquele dia: o amor, apenas o amor, supera tudo. Ela me escolheu. E isso, pelas páginas a frente, é muito. Dedico minha vida, minha trajetória escolar e universitária à minha melhor amiga, à minha mãe, professora de mais de duas décadas da Escola Pública e premiada da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, Karla Adriane Boamorte.

Dedico a toda a minha família por terem me permitido e ensinado a sonhar sonhos possíveis, como descreveria Paulo Freire. Agradeço em destaque diante do conteúdo desse trabalho, à minha irmã Gabriela e às minhas primas Eduarda, Alessandra e Jenny por serem as primeiras pessoas a me permitirem descobrir livremente minha sexualidade e minhas expressões de gênero.

Dedico ainda a homens como o meu pai, que pela crueldade naturalizada na cultura patriarcal, machista e LGBTfóbica não sabem ressignificar seus sentimentos e acabam por não escolher o mesmo caminho que minha mãe, e vão embora. A esses homens, a minha luta, o meu corpo e as minhas palavras.

Dedico àqueles e àquelas que como uma das minhas tias, diagnosticam a minha, e a nossa, sexualidade como uma maldição sob os fundamentos cristãos neopentecostais e heteronormativos que apre(enderam) em suas igrejas, contribuindo para a estruturação da violência contra a nossa população LGBT+.

Dedico, emocionado, a todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos(as) e idosos(as) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Trans e Homens Trans que desde nosso nascimento crescemos em um mundo violento e temos nossas experiências de vida limitadas e censuradas por nossas autoidentidades de gênero, sexualidade, raça, classe e continuamos nossas trajetórias de vida tentando reconhecer quem verdadeiramente somos, quem nos tornamos, quem poderíamos ter sido e o que deixamos de ser.

Dedico por fim, a todas, todos e todes, seres humanos, mulheres, homens, LGBTs+, pretos e pretas, indígenas, pobres, periféricos e professores(as) que dedicam suas existências à lutas políticas para transformação do nosso mundo, de nossas realidades e de nossos próximos(as), um mundo como já anunciava a comunista Olga Benário: bom, melhor e justo.

## AGRADECIMENTOS

Quando a gente é pobre, nada é conquistado individualmente. Quando a gente é pobre no Ensino Superior, a conquista de uma graduação é coletiva, é familiar. Por isso quero agradecer coletivamente a todos e a todas que contribuíram comigo no meu (des)caminho com a educação até aqui.

Agradeço a minha mãe e a toda a minha família por todo o amor.

À minha orientadora neste TCC, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bettina Heerdt, por ter me ouvido, por ter acreditado em mim e no que vivemos em nossas infâncias na escola, por ter cedido suas competências para contribuir na construção dos meus sonhos possíveis.

À minha banca avaliadora, formada pela Professora Georgiane, Rita e Marcela, que foi sonhada e planejada há muito tempo antes da escrita do último ponto final desse trabalho. Por representarem para mim e a nossos campos de pesquisa e trabalho, mulheres de coragem, amor, potência e responsabilidade com a Universidade e Ciência Brasileira. E certamente por serem pesquisadoras brilhantes que colaborarão comigo na primeira discussão pública desta pesquisa.

Aos Pesquisadores e às Pesquisadoras dos fenômenos de Gênero, Sexualidade, Infância e Educação que conheci a partir da seleção teórico-metodológica estabelecida na revisão de literatura, pelos seus esforços em demarcar a existência das infâncias LGBT na escola.

Às minhas Professoras e Professores da Pedagogia da UEPG por transformarem e ampliarem minha capacidade de agir no mundo junto da cientificidade para melhorá-lo. Mas agradeço àqueles(as) que em suas mediações foram amorosos(as) nas decisões que tomaram antes de dividir seus discursos, planos de aula, avaliações, interrogações e explicações comigo e minhas colegas. Respeitosamente anuncio o nome destes(as) professores(as): Audrey Pietrobelli, Bruna Camargo, Carina Darcoletto, Daiana Camargo, Cristiane Woytichoski, Franciely Santos, Geane Kantovitz, Gisele Masson, Graziela Souza, Julian Silveira Diogo de Avila Fontoura, Jeferson Mainardes, Lucia Padilha, Marcelo Elísio Vasicki, Marcelo Ubiali Ferraciolli, Patrícia Tolentino, Rita de Cássia da Silva Oliveira, Rosana Casagrande, Simone Cartaxo, Simone Flach e Viviane Bagio.

À minha primeira orientadora de Iniciação Científica, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), minha querida amiga Professora Rita de Cássia da Silva Oliveira que também me ouviu e acreditou em mim e meus temas de interesse de pesquisa, quem comigo ganhou seguidamente e consecutivamente o 1º Lugar no Prêmio de Iniciação Científica do Encontro Anual de Iniciação Científica em 2019 e 2020.

À minha segunda orientadora de Iniciação Científica, no PIBIC, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Georgiane Garabely Heil, primeira pesquisadora de Gênero e Sexualidade que conheci em minha vida, em 2017, quando cursei o primeiro ano da Universidade no curso de Letras. Era uma mesa redonda sobre experiências LGBTs na Universidade. Desde então, tive a oportunidade de aprender em seu laboratório de estudos, o

Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infâncias e Sexualidades (LAGEDIS) e de colaborar na construção das Jornadas Feministas. Eu sou grato por aprender com sua competência intelectual ao interrogar as relações de gênero, assim como pela sua amorosidade ao acolher minhas dores e sequelas nos momentos mais difíceis da pandemia que vivemos.

Às minhas meninas, minhas amigas da graduação, de todas as filas, carteiras, painéis e grupos. Todas elas. Por me ensinarem sobre lealdade, amor, companheirismo, justiça e união. Teve muita boniteza. Foi muito bonito viver uma democracia plena e crítica em nossas relações. Foram bonitas as nossas reflexões coletivas. Foram bonitas as nossas manifestações e indignações entre as ruas, as praças, os pátios, as eleições, as salas de aula, os textos, os autores, os discursos, as posturas, as decisões, as avaliações.

À todas as minhas Professoras da Educação Básica das Escolas Públicas que frequentei: à Professora do Ensino Fundamental I, Luciana Matias, e às minhas professoras do Ensino Médio, Pedagoga Índia Mara Davila de Holleben que me convidou para participar de um projeto da Secretaria de mulheres do governo Dilma Rousseff em 2016 sobre Gênero na Escola, compartilhando comigo seus livros, suas pesquisas, hoje meus referenciais teóricos. À Professora de Sociologia, Thaline Stelzner, que me permitiu outra narrativa de vida ao trabalhar o movimento social LGBT em seu planejamento curricular. À Professora Ingrid Schmidt que me fez repensar meu sonho de ser professor por sua competência e ética profissional. À Professora Karyn Hornhardt e Sérgio, Serginho, por nunca desistirem do melhor de seus estudantes, da nossa escola e das suas disciplinas como ferramentas de transformação do mundo.

Aos meus colegas da União Municipal dos Estudantes Secundaristas Ponta-grossenses (UMESP) da gestão do ano de 2016, por nossa incansável luta pela conquista e ampliação do transporte público aos estudantes, passe-livre, pela 2ª ocupação de escola da história do Paraná, no Colégio Estadual Frei Doroteu de Pádua em que conquistamos a construção de 4 novas salas de aulas, que por anos foram de madeira, com mais buracos que madeira; pelos inúmeros atos de rua com centenas e às vezes milhares de estudantes secundaristas que puderem enxergar a rua como o espaço legítimo e público de manifestação de nossas indignações, os quais resultaram na ocupação de todas as escolas estaduais do município contra a reforma do ensino médio, que custaram nossa vida, nossa saúde, nosso sono, nossa percepção sobre democracia e liberdade.

À minha amiga Isabela Gobbo pelo convite de conhecer a União da Juventude Socialista (UJS) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Sem ela e as experiências políticas que dividimos, não haveria, possivelmente, essas páginas.

À minha amiga Ana Paula Meira por me permitir viver a construção libertadora da minha identidade de gênero e sexualidade e por ter construído comigo as lutas políticas dos estudantes secundaristas, quando foi diretora de mulheres da nossa gestão da UMEP. Por ser minha primeira referência de feminismo e da ética que devo ter ao racionalizar o gênero, enquanto alguém construído pela masculinidade. Ainda agradeço por nosso Trio, junto da Isabela Monteiro, por sonharmos todos os dias do nosso Ensino Médio no dia em que entraríamos para a Universidade

Pública, em todos os dias que deixamos das nossas companhias para estudar e conquistar nossos sonhos, também agradeço pelos bailes funks dos quais tenho muita saudade.

Aos meus camaradas, companheiros, companheiras e colegas de luta do movimento estudantil da UEPG que em 2017, juntos e juntas, refundamos o Diretório Central dos Estudantes (DCE), colocando-o mais uma vez no cenário político municipal.

Às minhas melhores amigas, oriundas do DCE, Susana Bartmeyer e Rachel Libois por todos os dias que dividimos nossas angústias políticas e pessoais, por terem se tornado pessoas extremamente especiais na minha vida, por termos desejado e colaborado para com o melhor de todas nós e das nossas conquistas profissionais.

Às minhas amigas, presentes da Pedagogia, de gargalhadas, e de afilhada, Bethânia Barth e comadre Tauane Mollo.

À primeira Pró-reitora de Assuntos Estudantis (PRAE) da nossa UEPG, Professora Ione Jovino da Silva. Por carregar nas costas a administração da nossa Universidade (contém deboche, mas contém verdade). Por possibilitar através de seu corpo e seu discurso uma abertura e uma emergência da ocupação dos espaços políticos, como o da administração da universidade, por corpos marginalizados, negados, como o meu, o dela, e o de tanta gente boa. Por me receber e receber o movimento estudantil em sua rotina e experiência de trabalho quando necessário. Por ser competente e compromissada em atender nossas demandas.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a todos(as) os(as) servidores públicos que dedicam seus trabalhos para a qualidade da nossa Universidade e do Ensino Superior.

Às servidoras Roseli Almeida (Dona Roseli) e Dona Terezinha, minhas amadas companhias de todas as tardes de vida presencial na UEPG, quando trabalhava na pesquisa e na extensão.

À ex-presidenta e fundadora do SINDUEPG, Professora Rosangela Petuba, “rainha” que me acompanhou na luta política desde a UMESP, uma mulher de muita vida, coragem e responsabilidade, alguém de muito amor.

Às Professoras Maria Cristina Rauch, Cleide Lavaroti e Luciana Kubaski, que coordenaram meu trabalho como extensionista no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE-UEPG), por suas lutas e comprometimentos com o melhor da nossa Cidade para a mulheres e às crianças.

À Professora Marcela Teixeira Godoy que me convidou para colaborar em seu projeto de extensão “O que você estava vestindo”, exposição de roupas de pessoas violentadas sexualmente, em que ampliei meus conhecimentos sobre a necessidade do trabalho com gênero e sexualidade nas escolas.

À Professora Adriana Suarez que em meu primeiro ano, ainda no Curso de Letras me ajudou a construir a exposição fotográfica “Sobre Nós” em celebração ao Dia Internacional do Orgulho LGBT.

À nossa grande Alícia Kruger que abriu grandes espaços de representação LGBT na UEPG, no Conselho de Administração e em nossa Cidade, servidora e agente de saúde do Ministério da Saúde e do Estado do Paraná.

À Secretária Municipal de Educação da gestão dos anos 2016 a 2020, Professora Dra. Esméria de Lourdes Saveli que me recebeu compromissadamente, quando foi necessário, para defendermos um currículo educacional progressista, anti-machista e anti-lgbtfóbico.

Ao Professor Tércio Nascimento, Presidente da APP Sindicato, que dividiu comigo as lutas em prol da qualidade da educação básica nesses últimos anos.

À Prefeita Elisabeth Schmidt (PSDB) e ao Prefeito Marcelo Rangel (PSDB) por me receberem compromissadamente nas reuniões em que tratamos do transporte público aos estudantes, das falácias da ideologia de gênero no currículo escolar e sobre a Parada Cultural LGBT+ dos Campos Gerais.

Aos meus amigos e às amigas e colegas de luta que construíram comigo a 1ª, a 2ª, 3ª e a 4ª Parada Cultural LGBT+ dos Campos Gerais.

À minha grande amiga Débora Lee, fundadora da ONG Renascer, que dividiu comigo dezenas de brigas políticas em prol da nossa população LGBT, alguém que me antecede, alguém que me proporciona ser o mais próximo do que pensei que poderia ser.

Ao meu namorado, porque quem tem companheiro é o ex-presidente Lula (PT), José Leandro Przybysewski, por toda a nova vida que me trouxe, pelos amores, carinhos, companheirismos, afetos, sensibilidades, respeito, sonhos, aventuras, planos e conquistas.

Aos meus eternos companheirinhos caninos, felinos e ave, que por anos foram a única companhia da qual eu não tinha medo de ser julgado por gênero ou sexualidade: Urso, Lupe, Pipoca, Lola, Jade, Azeitona, Geleia, Costelinha e Costa Rica.

Às mulheres, aos homens, e pessoas que dedicam suas vidas para a construção de um mundo melhor, um mundo de pleno acesso à dignidade, à tecnologia, à alimentação, um mundo anti-machista, anti-lgbtfóbico e anti-racista. A todos e todas os que perderam sua vida nas lutas justas que travaram.

A gratidão que documento acima só foi possível de ser caracterizada pelo seu próprio oposto, portanto ao mesmo tempo em que sou grato pelas experiências saudáveis que proporcionaram a construção dessas páginas, não sou grato pelas insalubres. Por isso ainda registro:



Não agradeço ao atual Governo Federal do Presidente Jair Messias Bolsonaro, o pior presidente da história da república democrática brasileira. Alguém de ódio, de fascismo, de ignorância, de negacionismo, de incompetência e irresponsabilidade.

Não agradeço pelas vezes em que fui desrespeitado no Conselho Universitário por diferentes membros ao planejar, estudar, apresentar e exigir atendimento às demandas da vida dos estudantes, especialmente dos estudantes pobres como eu.

Não agradeço pelas vezes em que fui caracterizado por professores chefes de órgãos universitários como leviano, bicha, bocudo, oportunista, incômodo, desnecessário, prepotente, rebelde, exibido, inválido, vergonha ou vergonha da Pedagogia ao questionar a existência dos problemas apresentados e vividos por nós estudantes.

Não agradeço a nenhuma vez em que eu e minhas colegas nos questionamos se realmente estávamos fazendo o curso certo, nas vezes em que: fomos humilhadas, fomos ironizadas, passamos por deboche, não fomos ouvidas, fingiram que nos ouviram, fomos sobrecarregadas por trabalhos e provas, observamos e criticamos descasos e irresponsabilidades com o serviço público e denunciemos linguagens violentas de professoras não amorosas.

Não agradeço a nenhum dos ministros federais de Educação ou Saúde, da gestão de Bolsonaro, por não terem sido dignos e respeitosos com o povo brasileiro durante a pandemia da COVID19. Ao negarem a ciência, a vacina, a compra de oxigênio, o acesso e a permanência dos estudantes brasileiros no ensino remoto virtual tecnológico.

*[...] vamos estar com o punho cerrado falando do nosso lugar de existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.*

*Marielle Franco*

Recorte do último discurso da vereadora Marielle Franco na Câmara Municipal do Rio de Janeiro no Dia Internacional da Mulher, em 2018. Marielle Francisco da Silva era uma socióloga e política brasileira filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), uma mulher negra, bissexual e periférica, foi eleita Vereadora da cidade do Rio de Janeiro em 2016, era uma ativista dos direitos humanos, das mulheres, da população preta e LGBTQ+. Foi cruelmente assassinada por milicianos e ex-policiais militares da reforma a tiros em 14 de março de 2018 junto do motorista Anderson Gomes

PORTELA, Guilherme Rafael. **Revisão de Literatura de Pesquisas em Educação sobre Infâncias de Crianças Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) na Escola: Um Estudo Introdotório**, 2022, 144f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

## RESUMO

Esta pesquisa científica é realizada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, trata-se de uma Revisão de Literatura científica sobre as Infâncias Escolares das Crianças Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), seguindo os princípios de Joana Paulin Romanowski, e Romilda Teodora Ens (2006). O objetivo central é mapear e discutir as produções científicas das Infâncias Escolares de Crianças Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT). A abordagem metodológica do trabalho é qualitativa e utilizo como fonte de construção de dados produções científicas de tipo Artigo, Dissertação e Tese, por meio das plataformas digitais SciElo, Portal de Periódico da CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A análise sobre as obras selecionadas foram por meio dos seguintes olhares: a) Olhar para tempo de publicação e o lugar de produção desses conhecimentos, a região e as Universidades, b) Olhar para as infâncias investigadas - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis ou todas, c) Olhar para os objetivos gerais elencados nas pesquisas, d) Olhar para os caminhos metodológicos de construção e análise dos dados, e) Olhar para os referenciais teóricos, os principais conceitos e/ou teorizações e os autores(as) explicitados(as) e f) Olhar para os alcances e limites reconhecidos nas pesquisas. O referencial teórico é fundamentado pelas teorias feministas, incluindo autores como Guacira Lopes Louro (2020), Judith Butler (2003) e Michel Foucault (1988). É uma pesquisa escrita na perspectiva do saber localizado de Donna Haraway (1995) e pelo descaminho científico de Maria Isabel E. Bujes (2002). Os pensamentos finais apontam corajosas obras que buscam conceituar e investigar as infâncias das crianças LGBTs na escola, assim como de que há cenários possíveis de investigação em aspectos não racionalizados entre os trabalhos analisados. Dediquei-me em construir essa proposta de conhecimento racional a fim de que seja significativo à formação de professores e professoras de crianças e à população LGBT.

**Palavras-Chave:** Revisão de Literatura. Infância. Criança. LGBT. Escola. Educação.

PORTELA, Guilherme Rafael. **Literature Review of Research on Childhood Education of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Transvestite (LGBT) Children at School: An Introductory Study**, 2022, 144f. Completion of course work (Degree in Pedagogy) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

## RESUME

This scientific research is carried out as a Completion Work for a Degree in Pedagogy at the State University of Ponta Grossa, it is a Review of Scientific Literature on the School Childhoods of Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexual (LGBT) Children, following the principles of Joana Paulin Romanowski, and Romilda Teodora Ens (2006). The main objective is to map and discuss the scientific productions of Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexual and Transvestite (LGBT) Children's Schools. The methodological approach of the work is qualitative and I use scientific productions such as Article, Dissertation and Thesis as a source of data construction, through the digital platforms SciELO, CAPES Periodical Portal and CAPES Catalog of Theses and Dissertations. The analysis of the selected works was through the following perspectives: a) Looking at the time of publication and the place of production of this knowledge, the region and the Universities, b) Looking at the investigated childhoods - Lesbians, Gays, Bisexuals, Transsexuals, Transvestites or all, c) Look at the general objectives listed in the research, d) Look at the methodological ways of building and analyzing the data, e) Look at the theoretical references, the main concepts and/or theories and the authors explained and f) Look at the scope and limits recognized in the research. The theoretical framework is based on feminist theories, including authors such as Guacira Lopes Louro (2020), Judith Butler (2003) and Michel Foucault (1988). It is a research written in the perspective of the localized knowledge of Donna Haraway (1995) and by the scientific misdirection of Maria Isabel E. Bujes (2002). The final thoughts point to courageous works that seek to conceptualize and investigate the childhoods of LGBT children at school, as well as that there are possible investigation scenarios in aspects not investigated among the works analyzed. I dedicated myself to building this proposal of rational knowledge so that it is meaningful to the training of teachers of children and the LGBT population.

**Keywords:** Literature Review. Childhood. Kid. LGBT. School. Education.

PORTELA, Guilherme Rafael. **Revisión bibliográfica de la investigación sobre la educación infantil de niños lesbianas, gays, bisexuales, transgénero y travestis (LGBT) en la escuela: un estudio introductorio**, 2022, 144f. Finalización del trabajo de curso (Licenciatura en Pedagogía) – Universidad Estatal de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

## RESUMEN

Esta investigación científica se realiza como Trabajo de Finalización de la Licenciatura en Pedagogía de la Universidad Estadual de Ponta Grossa, se trata de una Revisión de Literatura Científica sobre la Infancia Escolar de Niños y Niñas Lesbianas, Gay, Bisexuales, Travestis y Transexuales (LGBT), siguiendo los principios de Joana Paulin Romanowski y Romilda Teodora Ens (2006). El objetivo principal es mapear y discutir las producciones científicas de los escolares de niños lesbianas, gays, bisexuales, transexuales y travestis (LGBT). El enfoque metodológico del trabajo es cualitativo y utilizo producciones científicas como Artículo, Disertación y Tesis como fuente de construcción de datos, a través de las plataformas digitales SciElo, Portal Periódico CAPES y Catálogo CAPES de Tesis y Disertaciones. El análisis de las obras seleccionadas fue a través de las siguientes perspectivas: a) Mirando el momento de publicación y el lugar de producción de ese conocimiento, la región y las Universidades, b) Mirando las infancias investigadas - Lesbianas, Gays, Bisexuales, Transexuales , travestis o todas, c) Mirar los objetivos generales enumerados en la investigación, d) Mirar las formas metodológicas de construcción y análisis de los datos, e) Mirar los referentes teóricos, los principales conceptos y/o teorías y los autores explicados y f) Mirar los alcances y límites reconocidos en la investigación. El marco teórico se basa en teorías feministas, incluyendo autoras como Guacira Lopes Louro (2020), Judith Butler (2003) y Michel Foucault (1988). Es una investigación escrita desde la perspectiva del conocimiento localizado de Donna Haraway (1995) y desde el desvío científico de María Isabel E. Bujes (2002). Las reflexiones finales apuntan a trabajos valientes que buscan conceptualizar e investigar la infancia de los niños LGBT en la escuela, así como que existen posibles escenarios de investigación en aspectos no investigados entre las obras analizadas. Me dediqué a construir esta propuesta de conocimiento racional para que sea significativa en la formación de docentes de niños y población LGBT.

**Palabras clave:** Revisión de literatura. Infancia. Niño. LGBT. Colegio. Educación.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Do Tempo de publicação das obras selecionadas .....	103
GRÁFICO 02: Da Localidade Geográfica das obras selecionados.....	1056
GRÁFICO 03: Das Universidades em que se produziram as obras selecionadas.....	1067
GRÁFICO 04: Do percentual das infâncias LGBT investigadas.....	108
GRÁFICO 05: Dos métodos de construção de dados e da análise dos dados das obras selecionadas.....	112
GRÁFICO 06: Autoras e Autores citados como fundamentação teórica nas obras selecionadas.....	120

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 01: Do registro iconográfico de uma Infância Gay .....	32
FOTOGRAFIA 02: Dos atos do movimento estudantil secundarista contra a política do golpe de 2016 .....	37
FOTOGRAFIA 03: Da Lei que instituiu o Dia Municipal de luta contra o Preconceito .....	40
FOTOGRAFIA 04: Da Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais .....	41
FOTOGRAFIA 05: Desenho de criança durante o estágio .....	50

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Mostra exemplar da pesquisa dos descritores.....	74
QUADRO 02: Resultados da busca por artigos na Plataforma SCIELO.....	75
QUADRO 03: Resultados da busca por artigos na Plataforma Portal de Periódicos da CAPES.....	77
QUADRO 04: Resultado total de artigos publicados sobre Infâncias Escolares de Crianças LGBT.....	79
QUADRO 05: Resultados da busca por Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado na Plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.....	82
QUADRO 06: Resultado total de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado sobre Infâncias Escolares de Crianças LGBT no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	84
QUADRO 07: Dos objetivos gerais das obras selecionadas.....	108



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCE	Diretório Central dos Estudantes
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queers, Intersexos, Assexuados dentre outros
GUDI	Grupo Universitário de Diversidades Sexuais e de Gêneros
NUMAPE	Núcleo Maria da Penha
OMS	Organização Mundial de Saúde
PL	Projeto de Lei
PL (2)	Pátria Livre
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UATI	Universidade Aberta para a Terceira Idade
UMESP	União Municipal dos Estudantes Secundaristas Ponta-Grossenses
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

## SUMÁRIO

<b>INTRODUZINDO BEM DEVAGARINHO.....</b>	<b>19</b>
<b>CORPORIFICANDO O CONHECIMENTO RACIONAL PROPOSTO: OS SABERES LOCALIZADOS EM UMA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E PESQUISA VIADA.....</b>	<b>28</b>
<b>ENTRELAÇAMENTOS CONCEITUAIS CONSTITUINTES DAS INFÂNCIAS ESCOLARES DAS CRIANÇAS LGBTs: INFÂNCIA, GÊNEROS, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>52</b>
<b>CAMINHOS INVESTIGATIVOS: UM DESCAMINHO PANDÊMICO SOBRE A VIDA E À PESQUISA CIENTÍFICA.....</b>	<b>66</b>
<b>REVISÃO DE LITERATURA DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SOBRE INFÂNCIAS DE CRIANÇAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS (LGBT) NA ESCOLA.....</b>	<b>87</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES ESPERANÇOSAS SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DAS INFÂNCIAS ESCOLARES DAS CRIANÇAS LGBT: DESCAMINHOS TEIMOSOS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>140</b>

## **INTRODUZINDO BEM DEVAGARINHO**

O Ensino Superior no Brasil não é uma garantia, nem uma obrigação, diferente da educação básica, que prevê a garantia na Constituição Federal do ano de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Essa condição política e legislativa torna o acesso a Universidades ou Faculdades um privilégio social e classista. Isto porque se verificarmos os dados quantitativos das matrículas do ano de 2018 do Ensino Superior brasileiro, originários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), reconhecemos que 1.904.554 estudantes estão matriculados em Instituições Públicas e estatais, sem cobrança de mensalidades, e 4.489.690 em Instituições Privadas, representando respectivamente 29,78% e 70,21%.

A ampliação de vagas e matrículas no ensino superior brasileiro é um avanço, especialmente se compararmos ao total de 2.369.945 matriculados no ano de 1999 (Inep, 1999), que revela 37,06% de aumento no acesso ao ensino superior. Contudo, ao sobrepor o número total de estudantes matriculados no ensino médio, segundo o Censo Escolar de 2020 (Inep, 2020), 7,6 milhões, se todos(as) esses(as) estudantes fossem acessar ao mesmo tempo uma Instituição de Ensino Superior nacional, 16% não teriam oportunidades, cerca de 1.205.756 cidadãos(ãs).

Entretanto, se 84,1% do total dos(as) jovens entre 15 e 17 anos no Brasil estudam o Ensino Médio em escolas públicas (Inep, 2020), e pertencem a classes sociais nada privilegiadas, como o estudante que aqui escreve, são 6.391.600 estudantes que possivelmente podem acessar o ensino superior em Universidades Públicas, gratuitas como nossas escolas. Mas ao retomar a sobreposição dos dados totais das matrículas e vagas do ano de 2018 (Inep, 2018) a esse nível de educação e na categoria das Universidades Públicas, apenas 29,79% terão condições de entrar em uma Universidade Pública, a maior possibilidade de acesso para quem não tem bolsa nem condições financeiras de pagar uma mensalidade.

Toda essa realidade, aqui percentualizada, foi exposta para fundamentar o que a Universidade Pública e a construção desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) simbolizam na vida do povo pobre e trabalhador como eu/nós, um sonho, uma conquista coletiva, familiar.

Esse TCC é fruto dos estudos, discussões, inquietações e teimosias que vivenciei ao longo da graduação em Licenciatura em Pedagogia na Universidade

Estadual de Ponta Grossa. A Pedagogia como teoria epistemológica colaborou na idealização do direito a uma infância saudável para toda e qualquer criança, a partir de convenções, congressos, elaborações conquistadas de políticas públicas ao longo da história da humanidade. Às escolhas das nossas professoras esses aspectos sempre foram o limite de nossas discussões em sala de aula. As crianças tinham direitos, precisavam ser respeitadas, ouvidas, atendidas, mas elas não tinham cor, nem uma expectativa de gênero, nem sexualidade, nem etnia, sequer classe social.

Daí que em minhas teimosias, considerei a necessidade de se investigar identidades na infância, e por ser um sujeito homossexual e militante das causas do movimento social de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT), considerei possível uma investigação sobre a infância das crianças LGBT na escola, sendo a seleção desse último por representar o campo em que estudamos e trabalhamos na Pedagogia. Esse sonho foi originado pelas seguintes inquietações: Crianças LGBT existem? Será que outros(as) LGBT viveram situações de opressão em suas infâncias como eu? Será possível descrever epistemologicamente características sobre a infância dessa população? Que impactos psicológicos, identitários, comunicativos e de autoestima essas infâncias gatilham para outras fases da vida? Será possível que demarcando a existência dessas infâncias e crianças, legitima-se as suas/nossas existências e será possível propor um debate público?

E assim, nessas inquietações construí junto da minha orientadora nesse trabalho, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bettina Heerdt, mulher, cisgênero, branca, heterossexual e mãe, pesquisadora da Epistemologia Feminista e professora do curso de Ciências Biológicas na UEPG, que com tamanha sensibilidade aceitou orientar um trabalho de um estudante de outro curso. Entendi ao longo dos nossos diálogos, que pela densidade do tema e das condições de tempo e de estudos que a graduação demanda, teria condições qualificadas de, nesse primeiro momento, verificar como o tema de infâncias e crianças LGBTs na escola estão apresentados em produções científicas já publicadas no campo da Educação, em que a Pedagogia se insere, esse tipo de pesquisa é o que se denomina de Revisão de Literatura.

Uma Revisão de Literatura é uma categoria de trabalho científico produzido com o intuito de mapear e analisar as produções científicas de um determinado tema, em nosso caso, a infância escolar das crianças LGBT. Para isso, recorri aos fundamentos descritos pelas professoras universitárias brasileiras, mulheres

brancas, Joana Paulin Romanowski, e Romilda Teodora Ens (2006), no artigo intitulado “As pesquisas denominadas do tipo ‘Estado da Arte’ em Educação”, publicado na Revista Diálogo Educacional. Defini essa obra por apresentar em seu conteúdo as qualidades necessárias para a construção desse tipo de pesquisa, a racionalização do conceito, procedimentos teórico-metodológicos, elementos constitutivos de busca, síntese e análise de obras.

A vista disso, construí nosso trabalho intitulado: “Revisão de Literatura de Pesquisas em Educação sobre Infâncias de Crianças Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) na Escola: Um Estudo Introdutório”, que parte do seguinte problema de pesquisa: Como as pesquisas em educação discutem infâncias escolares de crianças LGBT?. Para isso elaborei o objetivo geral como: mapear e discutir as produções científicas das Infâncias Escolares de Crianças Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT). Para alcançar esse objetivo planejei os seguintes objetivos específicos: a) Analisar o conteúdo epistemológico de Artigos, Dissertações e Teses sobre o tema de Infâncias Escolares de Crianças LGBT, b) Descrever as tendências epistemológicas de produção, objetivos, metodologias, teorias e autores, c) Identificar alcances e limites epistemológicos das investigações e e) Proporcionar uma reflexão pedagógica crítica, amorosa e esperançosa das infâncias das crianças LGBT na escola.

A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa que corresponde à investigação de um fato, situação, objeto ou fenômeno em seu habitat ou ambiente natural. Ela caracteriza-se pela busca de oferecer uma resposta possível e não uma resposta absoluta sobre a realidade investigada e apresenta-se em múltiplas perspectivas de pesquisas que se interessam em descrever, interpretar e buscar superar possíveis problemas. A produção de conhecimento nessa abordagem exige que o(a) pesquisador(a) exercite sua subjetividade, pois os acontecimentos pesquisados são atos criados por seres humanos sociosimbólicos, portanto o(a) pesquisador(a) possui um local próprio e constituído de pensamento, fala e escrita, a partir de múltiplas condições geográficas, históricas, sociais, culturais, familiares, tecnológicas, políticas, religiosa, dentre outras como afirma o professor universitário brasileiro, homem branco, Fernando Luis Rey González (2005).

Como método de construção dos dados literários explorei obras de tipo Artigos, Dissertações e Teses que representam as literaturas em revisão, as quais em seu conteúdo apresentam o tema central sob investigação: Infâncias Escolares

de Crianças LGBT. Como ferramenta de obtenção dessas obras, selecionei bibliotecas virtuais institucionais de indexação de produções científicas, como o SciELO, Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Eletrônica Científica Online), o Portal de Periódicos da CAPES, e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Este trabalho foi construído fundamentado em alguns princípios filosóficos e políticos que conheci, concordei e me acompanharam ao longo desse processo de graduação do ensino superior. Trata-se de uma obra baseada nos princípios da Localidade do Saber de Donna Haraway (1995), do Descaminho Científico de Maria Isabel Edelwiss Bujes (2002) e do Sonho Possível (2015), Esperançoso (2014) e Dialógico de Paulo Freire (2001), os quais descrevo a seguir.

A proposta de conhecimento racional de saber localizado, foi inspirada pela professora universitária estadunidense, mulher branca, Donna Haraway<sup>1</sup> (1995), essa perspectiva desnuda de todas as teorias epistemológicas, a localidade de onde são ou não são escritas. Esse local refere-se às condições sociais, culturais, geográficas, históricas e identitárias do(a) pesquisador(a) e/ou escritor(a) diante de sua obra, do conceito descrito ou explorado, são condições que o(a) corporificam. Ao localizar-me, corporifico-me dividindo episódios interessantes da minha história de vida relacionados diretamente ao tema, sustentando que um conhecimento parte da racionalização da própria realidade.

Ao caminhar por essa teoria reconheci, em minha tentativa de corporificar-me na localidade do saber, a influência que possuo(ia) da produção científica de perspectiva técnico-científica, dos construcionistas sociais, como crítica Haraway (1995), aqueles(as) que veem na rigidez de métodos e técnicas científicos a única rota possível para a construção de um saber científico. Nesse sentido, mudei a rota para poder continuar refletindo, nisso encontrei-me com a proposição da professora universitária brasileira, mulher branca, Maria Isabel Edelwiss Bujes, sobre a construção de descaminhos científicos.

---

<sup>1</sup> Embora os manuais de produção científica estabeleçam regras de referenciamento teórico, aprendi com a crítica da Epistemologia Feminista, especialmente a partir da Dr<sup>a</sup> Megg Rayara Gomes de Oliveira, que o modo como se apresentam os autores apenas por seus sobrenomes, não revela informações preciosas sobre a localização do saber. Nesse sentido, ao apresentar pela primeira vez cada um dos autores e cada uma das autoras, redijo seus nomes completos e suas identidades de gênero e raça (cor) para qualificar nosso reconhecimento da localidade do saber. Saberes são sempre criações de alguém, de seres corporificados, com nome, com responsabilidade. Ao retomar outras citações de um(a) mesmo(a) autor(a) apresento apenas seus sobrenomes e adjetivos que favoreçam o reconhecimento do local de onde se fala, da identidade do(a) pesquisador(a).

A descrição de um descaminho científico, para a professora não se refere a uma tentativa de expor o tecnicismo da produção científica que muitas vezes conduzem os pesquisadores a achar uma suposta “verdade”, mas aos momentos em que na vida o reconhecimento da possibilidade de pensar diferente do que se pensa é indispensável para continuar refletindo, o que a levou e me levou ao que ela identificou de descaminhamento científico (BUJES, 2002).

Desse modo considerei em meu descaminho científico que a construção de uma parte do estudo destinada exclusivamente a corporificação do saber proposto promove uma democratização teórica do saber localizado de Haraway (1995), assim como de uma aspiração de oficializar esse elemento na produção científica e a de autenticar meu outro caminho epistemológico dissidente das técnicas-científicas canonizadas de pesquisa, como assenti com Bujes (2002), demonstrando os elementos que considerei relevantes à interpretação da minha proposição de conhecimento racional no descaminho que percorri.

Ao tempo em que revi a construção das partes do estudo, afastei minha corporificação dessa Introdução, especialmente por refletir que nesse elemento a contextualização de um saber localizado, como descrito por Haraway (1995), pode ser esquecida, inviabilizada, invizibilizada ou tida como desnecessária diante da narrativa construcionista social (HARAWAY, 1995) que não só dita técnicas de elaboração de introduções da produção científica, como não apresenta a necessidade de aspectos próximos a do Saber Localizado, já que criticam a proximidade entre pesquisador-objeto-conhecimento, como se a parcialidade existisse apenas em trabalhos que a evidenciam, como é este.

Refleti, junto da minha orientadora, que a corporificação do saber muitas vezes é alocado em páginas iniciais anteriores à pesquisa, ou adiantados e retirados da Introdução, como se de fato se configura-se como uma apresentação anterior a pesquisa. Entendo, contrariamente, que quem eu sou, a minha corporificação, move minha pesquisa, ao mesmo tempo em que a minha pesquisa me move, por isso a necessidade avistada de inseri-la como parte própria e inter-relacionada da construção deste conhecimento.

Ao corporificar-me entendo que ajo em um movimento dialógico com os conhecimentos produzidos, com a minha produção científica e com os(as) leitores(as), desse modo defini que minha intenção é escrever esse trabalho em uma perspectiva dialógica, baseada na conceituação do Patrono da educação brasileira,

Paulo Freire (2001), brasileiro, homem branco, para ele a dialogicidade é o ato crítico, amoroso e esperançoso de dialogar.

Ao buscar dialogar, projeto esse conhecimento com o objetivo de ser entendível, de ser escrito com uma linguagem que busca fazer e entender o ato comunicativo. Sem adição estética de um vocabulário distinto do que comumente utilizo com pessoas como as da minha vila, simples, pobres, muitos sem a conclusão da educação básica. Pois nesse ato, acredito que o movimento ótico que faço não é de cima para baixo, como as epistemológicas tecnocientíficas, mas no horizonte em que juntos(as) conseguimos visualizar e racionalizar.

Essa linguagem que aqui defendo como uma política sob minha responsabilidade como pesquisador, é o farol que ilumina o local de onde vim, de onde estou, e de onde sempre haverá referências mesmo com transformações identitárias ou classistas. É um compromisso que me acompanha na Universidade e que se transformou em uma metáfora a que recorri em muitos momentos: é preciso saber comunicar os processos de investigação e conclusão científica para toda a sociedade, é preciso questionar se a Dona Maria e o Senhor João conseguirão entender a mensagem proposta.

Teoricamente, a dialogicidade é categorizada por Freire como sendo um ato crítico, amoroso e esperançoso de dialogar. Esse diálogo é o momento em que mulheres e homens refletem sobre suas realidades e seus saberes, tentando a elaboração de novos a partir de suas consciências e da comunicação. “O que se pretende com o diálogo é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (FREIRE, 2001, p. 52).

Selecionei essa forma de expressar nosso saber, concordando com Freire (2001) na relação indissociável da dialogicidade na construção de conhecimentos, entre educador-educando-objeto do conhecimento. Afirmo essa postura por representar um caráter amoroso, cuidadoso, respeitoso e paciente sobre o universo de saberes do outro. E por isso, enxergo na linguagem e nas estratégias de escrita em que a inserimos, ser o principal elo entre a tríade citada. Nesse sentido, produzir um material que será público e é originário de uma instituição pública, deve ser, em minha visão, acessível em comunicação a todos que possuem a menor experiência de compreensão, leitura, alfabetização e/ou letramento.



Todo processo educativo crítico e progressista, como o que proponho neste trabalho, ao respeitar as condições intelectuais em que se encontra o(a) outro(a), não invalida ou invade em sentido de domesticação e superioridade os saberes já existentes, caminhando com o que acredito freirianamente em que a educação dialógica é libertadora. Paralelamente também reconheci em contradição, que outras propostas antidialógicas são antagônicas ao projeto de educação e sociedade libertadora, a partir da compreensão que as invasões de saberes ditados em superioridade requerem uma conquista, uma colonização, uma domesticação e, portanto, atos de violência. Nas próprias palavras do educador:

Ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade (FREIRE, 2001, p. 39).

Dito isso, coloco-me em uma tentativa permanente até a última página, em traçar relações teóricas, conceituais, sociológicas, filosóficas e políticas inscritas na perspectiva dialógica de Freire (2001). Coloco-me em tentativa, por reconhecer em humildade a dificuldade dessa decisão, por três motivos: o primeiro por estar inserido em uma formação cultural de uma sociedade não dialógica, violenta e egoística, perpetuada pelo sistema capitalista; o segundo porque também busco converter as produções científicas para a dialogicidade, já que comumente também me sinto invadido por comunicações não respeitadas e o terceiro por reconhecer-me como sujeito incompleto, que não nasceu com qualidades maximizadas para a leitura ou produção da ciência, portanto, aprendo ao passo em que tento ensinar. Por isso, a possibilidade de errar que garante a responsabilidade sobre o saber e o retorno a ele em revisões necessárias.

Outro princípio investigativo desta pesquisa é o da Esperança, de Paulo Freire (2014), a qual concordo ser uma necessidade ontológica dos seres humanos em sociedade, especialmente a capitalista, pois ela é o que move nossas teimosias de transformar os problemas dessa realidade, sem ela se há a desesperança, que contrariamente fomenta o fatalismo e o imobilismo, muito úteis aos grupos de dominação. Buscando esperar com essa pesquisa sobre a realidade da qual ela se origina e para a qual ela se projeta e recai, pretendo lançar inquietações à produção científica da Epistemologia Feminista e da Epistemologia LGBT, assim

como aspiro em minhas reflexões que esse trabalho possa colaborar em processos de emancipação sobre a cultura LGBTfóbica da sociedade em que me insiro.

Ao perceber minhas esperanças, encontrei-me nessa pesquisa tencionando Sonhos Possíveis, conceito também herdado de Freire (2015), que refere-se à construção de uma utopia que é possível e não se constrói com sentido de irrealizável, permanente ao mundo das ideias. Um sonho possível é uma prática de viver a unidade dialética, dinâmica, entre a denúncia de uma sociedade injusta e exploradora e o anúncio do sonho possível de viver em uma sociedade justa e melhor. Na singularidade desta pesquisa, meu sonho possível é o de viver em um mundo em que as bonitezas expressadas pelas mentes e corpos tenham outro espaço e condição, a em que ser livre é possível. O meu sonho possível, em que me levanto através das lutas populares e da conclusão do ensino superior com esse TCC é o de viver em um mundo e em escolas anti-LGBTfóbicos, em que haja amor, afetos, e políticas que promovam atos esperançosos. Eu quero viver para trabalhar e conhecer gerações de crianças que não sofram por expectativas de gênero ou sexualidade que não comportam suas bonitezas.

Assim, evidencio os elementos que considere relevantes para a interpretação do conhecimento racional que proponho, são cinco partes, sendo elas: a Introdução: “Introduzindo bem devagarinho”, em que contextualizo a origem, as características e os princípios da pesquisa; “Corporificando o Conhecimento Racional Proposto: Os Saberes Localizados em uma Infância, Adolescência, Juventude e Pesquisa Viada, em que narro e fundamento experiências sobre minha vida enquanto membro da população LGBT”; “Entrelaçamentos Conceituais Constituintes das Infâncias Escolares das Crianças LGTBs: Infância, Gêneros, Sexualidades e Educação”, em que apresento as definições dos conceitos que utilizo para contextualizar o tema; o “Caminhos investigativos: Um descaminho pandêmico sobre a vida e à pesquisa científica” que apresenta o processo e as ferramentas utilizadas para a construção do trabalho, do levantamento e análise de dados; “Revisão de Literatura de Pesquisas em Educação sobre Infâncias de Crianças Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) na Escola”, em que revelo e analiso as literaturas selecionadas e evidencio suas tendências epistemológicas e a quinta parte: Contribuições Esperançosas sobre a produção de Conhecimentos das Infâncias Escolares das Crianças LGBT: Descaminhos teimosos para a Pós-Graduação” em

que divido minhas considerações sobre esta produção e seus resultados e por fim a lista das Referências Bibliográficas mencionadas.

Desejo que a leitura seja dialógica e, portanto, possa promover pausas para que se possa rememorar e refletir sobre suas próprias identidades de gênero e sexualidade, sendo LGBTQ+ ou não. Pretendo que esse trabalho seja um alicerce ao processo de empoderamento da população LGBTQ ao aferir sentidos sobre nossas infâncias, proporcionando ressignificações pessoais no recurso de rememorar. Quero com esse saber localizado referenciar os estudos das infâncias e crianças LGBTQ de modo crítico, amoroso e esperançoso, corroborando com invenções falaciosas, conservadoras, preconceituosas e discriminatórias das identidades LGBTQ.

Eu, minha orientadora e esta pesquisa, estamos juntos(as) e como Marielle Franco, mulher preta, bissexual, mãe, periférica, socióloga e vereadora do Rio de Janeiro (PSOL) brutalmente assassinada por milicianos e ex-policiares militares em 14 de Março de 2018 junto de seu motorista Anderson Gomes, por ser uma ativista dos direitos humanos, das mulheres, da população preta e LGBTQ+: estamos “com o punho cerrado falando do nosso lugar de existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas”.

Nós crianças LGBTQ resistimos, e por isso essas páginas.

## **CORPORIFICANDO O CONHECIMENTO RACIONAL PROPOSTO: OS SABERES LOCALIZADOS EM UMA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E PESQUISA VIADA**

Um Saber Localizado é um conhecimento racional e científico em que se reconhece a corporificação de sua produção, por meio de aspectos identitários de quem a realiza, sua atividade profissional, preferências políticas, epistemologias adotadas, dentre outros que se apresentem como interessantes ou necessários à sua interpretação. Essa perspectiva de leitura, análise e interpretação dos conhecimentos e saberes produzidos, desnuda de todas as teorias epistemológicas, a localidade de onde são ou não são escritos. Como indicado, é a professora universitária estadunidense, mulher branca, Donna Haraway (1995) que instiga a Epistemologia Feminista e que me instigou a construir esse trabalho nesta perspectiva.

A principal crítica de Haraway (1995) é aos pesquisadores da perspectiva construcionista social, especialmente aos homens brancos que declararam ao longo da história da ciência, uma receita universal tecnocientífica para a produção de saberes. Nessa concepção o objeto de estudo está em distanciamento à realidade do(a) observador(a) (pesquisador/cientista), tornando, retoricamente, as suas considerações objetivas e efetivamente científicas. Trata-se de um trabalho rígido para contemplar uma canônica objetividade científica descorporificada e sem local, que apresenta requisitos de manuais tecnocientíficos, tão inventados quanto. É a relativização e totalização do conhecimento prometendo a visão de toda parte e de nenhum lugar (HARAWAY, 1995).

Esse tipo de visão técnica de ciência, segundo a epistemologia do saber localizado, não passa de uma invenção convicta da retórica de atores sociais, pesquisadores, especialmente dos homens brancos com relevância social que dirigem-se a uma relação de poder, aspirando um padrão a ser seguido na produção e utilização de conhecimentos. Devido ao fator de gênero ser decisivo para essa “disputa”, a crítica da situacionalidade é caracterizada por princípios feministas, de igualdade permanente, integral e equitativa nas relações entre homens e mulheres. Esse princípio anuncia que apenas nomeando e caracterizando o local de onde se escreve, expondo a parcialidade da visão sobre o objeto de estudo, é que se permite aferir e questionar a objetividade da pesquisa.

Declarar a parcialidade de onde produzo(imos) estudos pode ser em outras palavras informar onde, aonde, se está visualizando, narrando, declarando sobre o objeto em questão. Isso depreende, por exemplo, quesitos identitários, geográficos, históricos, culturais, religiosos, dentre outros elementos que se demonstrem necessários para contextualizar a proposta epistemológica. Porque para nós feministas, nas considerações da filósofa, a busca pelo conhecimento racional, obtido pela ciência é compromissado. Não há nenhuma pretensão para o descompromisso que representa pertencer a todos os lugares ao mesmo tempo não pertencer a nenhum (HARAWAY, 1995).

Para a professora e eu, é apenas consolidando uma política de alocação de conhecimentos, parcialidades e não universalidade que somos de fato objetivos e temos a permissão de sermos ouvidos para o reconhecimento do conhecimento racional que propomos. Afinal, os conhecimentos racionais são relativos à vida das pessoas a partir de um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, como ignoram os construcionistas sociais (HARAWAY, 1995).

A reação desse processo de situacionalizar-se, é o que Haraway (1995) denomina de corporificar o conhecimento, declarar aquilo que é e já está atrelado à visão sobre ele, trata-se de evidenciar seu/nosso local de produção. Pois apenas publicizando a ótica, que representa uma política de posicionamentos, em que se investigou no trabalho, é que o(a) pesquisador(a) exhibe a responsabilidade diante das informações, uma vez que um conhecimento não localizável é irresponsável, pois não pode ser chamado a prestar contas (HARAWAY, 1995).

Ao decidir declarar esse lugar de onde e como escrevo, traço, enquanto feminista, outro caminho, quem sabe outro “descaminho” histórico para uma possível “doutrina de objetividade científica”. A que favoreça o questionamento, a reconstrução, as correlações entre propostas de epistemologias (HARAWAY, 1995). Dito isso, faço minha primeira conclusão referenciando ao chavão da expoente da arte Drag Queen no Brasil, Silvetty Montilla<sup>2</sup>: “Tá bom assim, meu bem?!”.

---

<sup>2</sup> Sílvio Cássio Bernardo é o brasileiro que dá origem e forma à personagem artística Drag Queen da Silvetty Montilla. Silvetty é brasileira nascida em 10 de Julho de 1967 na cidade de São Paulo. É uma expoente dessa arte por trabalhar mais de três décadas e meia no ramo e por ter demarcado a existência e resistência dos profissionais da arte Drag. A arte Drag Queen, por sua vez, é um trabalho de caracterização física, linguística e política sobre o corpo, rompendo com paradigmas e padrões de gênero.

E em diálogo, complemento que buscar escrever sobre aspectos da própria identidade de gênero ou sexualidade, se origina já partir de uma parcialidade, de um fator que antes de ser descrito foi vivido, experienciado, sentido. Foi em um local geográfico, social e político em que meu corpo vive uma sexualidade e um gênero vistos como subversivos, só pode ser desse espaço, com essas experiências, com que escreverei meu conhecimento. E, portanto, não haveria como não apropriar-me dessa teoria, por entender que esta é uma percepção honesta e crítica sobre processos, técnicas e resultados da produção científica, e que dialoga singularmente com esta proposta investigativa e minha política profissional.

A vista disso, situacionalizo-me em meu local de produção de conhecimento, agora, depois e durante todo o percurso desse diálogo. Em um primeiro momento concedo a liberdade de dividir com você leitor(a) que sou um jovem de 22 anos de idade, formando do curso de Licenciatura em Pedagogia em uma Universidade Pública, homem, gay, com expressões livres, contrastantes e lindas de gênero, sou pobre, moro com a minha família, minha mãe, minha irmã e meu irmão. Nossa história de família é marcada pela desigualdade e por violências, especialmente do nosso pai sobre todos nós.

Nasci e cresci na cidade de Ponta Grossa (PR), no dia 8 de Setembro de 1999. Sim, virginiana como Beyoncé<sup>3</sup>. Sempre morei na mesma casa, no mesmo bairro, um bairro de gente pobre nas margens do centro. Aqui na minha vila foi onde pensei pela primeira vez em ser professor, foi onde fui a primeira vez na escola. Também foi onde eu aprendi sobre cidadania, sobre acesso à saúde, ao transporte, a pavimentação, a alimentação, sobre festas populares e sobre democracia. Considero que o lugar geográfico e histórico que me encontro é um elemento central da formação de minha parcialidade no mundo, é daqui onde aprendi sobre a dialogicidade.

---

<sup>3</sup> Beyoncé Giselle Knowles-Carter, mais conhecida pelo nome artístico de Beyoncé é uma cantora, compositora, atriz, modelo, dançarina, empresária e diretora. Nasceu em 4 de Setembro de 1981, no Texas. É uma mulher, com filhos, preta e pelo seu alcance mundial é uma bilionária. Suas canções são escritas sobre variados temas, mas a maior parte de suas letras fazem alusão a luta pela igualdade de gênero e ao empoderamento feminino. A artista faz parte das referências na minha infância sobre feminilidade, poder, arte, dança e corpo. Minha música preferida é sua interpretação de "I Was Here" (Eu estive aqui) na sede da Organizações das Nações Unidas (ONU) no Dia Mundial da Ajuda Humanitária do ano de 2012, mas eu também amo o álbum de "Homecoming" Pode ser facilmente encontrada em seu canal na plataforma Youtube: <https://youtu.be/i41qWJ6QjPI>. Esse link foi acessado no dia 14 de Janeiro de 2022.

Sempre estudei em escola pública. Na época de criança na escola, ocorriam os Jogos Estudantis Municipais (JEM), uma das competições entre escolas eram das meninas líderes de torcida, colonizadamente reconhecidas como “*cheerleaders*”. Era uma modalidade exclusivamente de meninas. E era claro que eu gostaria de participar. Como estava impossibilitado, por ser um menino, o mais próximo de me sentir pertencente àquela prática, foi pedindo para fazer os “pompons”, os adereços manuais principais das competidoras desse esporte. Passei o dia todo produzindo dez pares à espera do maior momento que viveria em breve, desfilar com eles sobre as oito quadras que antecedem a escola da minha casa. Eram poucos passos, mas passos preciosos, passos de liberdade. Assim eu fui, sentindo uma brisa que me enchia o pulmão e o coração, sentindo as fitas de papel crepom sacudirem junto das minhas mãos que levemente e oportunistamente teimavam em gesticular os passos de dança. Ao chegar na oitava quadra, enquanto esperava para atravessar a rua e entrar na escola, no contraturno da minha aula, descobri pela primeira vez o nome do sentimento que tinha. Era um homem dentro de um carro branco, esperando para virar na rua paralela à escola. Ele abaixou o vidro do seu carro e disse para mim: “Hmm, baitola!”.

Essa foi a primeira vez em que me interroguei, sobre o que eu sentia. Eu tinha 8 anos de idade. Esse sentimento mencionado anteriormente, não tinha nome. Era apenas um sentimento, algo natural, involuntário, que me acompanhava. Não era necessariamente um desejo sexual pleno e reconhecível por outros homens e/ou meninos, mas também não havia nada que me interessasse sexualmente pelas meninas e/ou mulheres. Mas esse sentimento que carregava possuía algumas características, alguns desempenhos, especialmente relacionadas a gênero como: uma grande dificuldade de conviver com o mundo masculinizado dos meninos da minha idade em contrapartida à devoção que eu tinha ao “universo feminino” das minhas amigas, primas e irmã; uma negação silenciosa e irrelevante aos discursos adultos sobre as namoradas que eu deveria cultivar, ou das que inventavam em narrativas insistentes sobre mim.

Era um sentimento claro para mim, mas sem nome. Algo que me levava a usar os sapatos de salto alto das minhas tias quando ficava sozinho em casa, brincando na janela para saber quando elas chegavam a fim de ter tempo de sair correndo e guardar. O mesmo sentimento que me fazia gesticular minhas mãos em meus punhos sem maldade, o que me custou um tapa ligeiro de uma de minhas tias

evangélicas neopentecostais, na justificativa de: “Assim não Gui, é feio fazer assim com a mão”. Ao mesmo tempo em que tinha dificuldade de saber o que era aquilo, ele era facilmente mencionado nos olhares tortos entre as ruas, nos gemidos que os outros meninos faziam ao passar por mim como: “Hmm”, “Ain”, “Ui”.

Mas a partir do fatídico dia que narrei, rememoro como aquele foi a ocasião em que me pareceu ser liberto o vocabulário de aniquilamento que nós Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) bem conhecemos. Depois de Baitola, conheci outros, ainda criança: Aberração, Afeminado, Anormal, Arrombado, Bambi, Barbie, Biba, Bibinha, Bibona, Bicha, Bichinha, Bichona, Bicha Louca, Bichola, Bicha Pão com Ovo, Bicha Má, Boiola, Boiolinha, Boiolão, Desmunhecado, Desviado, Escandaloso, Coca, Fanta, Fresco, Frutinha, Gay, Gayzinha, Gayzona, Gilete, Granola, Maldição, Marica, Mariquinha, Maricona, Mulher, Mulherzinha, Ré no Quibe, Viado, Viadinho, Viadão, Traveco.

Para ilustrar compartilho a seguir registros fotográficos da criança que fui aos 8 anos de idade, descrevendo-a: a colagem da Fotografia 01 pertence ao meu acervo pessoal, é composto por seis fotos do período da minha infância, três delas são com a mão na cintura, expressão característica de feminilidade. Outra foto é cruzando as pernas, outra segurando uma cesta e uma última fantasiado do personagem masculinizado “Batman”. São ícones que registram minha infância e que foram alocadas nesse momento para retratar os nomes citados que substantivaram os sentimentos que carregava e expressava no corpo de criança. Como próprio sujeito de infância gay, entendo esses nomes como grandes gatilhos de tristeza e perseguição, como Pedagogo os vejo como adjetivos inadmissíveis à qualidade do desenvolvimento infantil de uma criança.

FOTOGRAFIA 01 - Do registro iconográfico de uma Infância Gay

(continua)



## FOTOGRAFIA 01 - Do registro iconográfico de uma Infância Gay

(conclusão)



Fonte: Acervo do autor (2022)

Esses títulos indesejáveis agem como verdadeiras balas de fogo, com um único objetivo, o nosso aniquilamento enquanto LGBT, por todo comportamento não heteronormativo expressado. Aliado a eles, outro fator se soma a este aniquilamento, é o discurso dirigido por professores(as) e familiares sobre nossas posturas em expectativas e ordens públicas como: sentar como homem, usar roupa de homem, falar grosso como homem, brincar de brincadeiras de homem, brincar com outros homens, não gritar como uma mulher, correr como um menino, possuir um traçado das letras masculinizado, saber jogar futebol, saber brigar e defender-se, permanecer em aulas e esportes só de meninos.

Toda essa coerção, na tentativa de corrigirem-me(nos), colabora permanentemente, na cultura LGBTfóbica, na consolidação da política ou da pedagogia do armário. Esse armário, refere-se à uma metáfora popular a um espaço

que age como esconderijo às pessoas LGBT, daí se originam os falares: “Ele ainda está dentro do armário”, “Ela saiu do armário”. Respectivamente entende-se que “ele” está em um processo de negação de reflexão sobre sua sexualidade ou gênero, enquanto “ela” rompe com o silenciamento e assume sua identidade politicamente fora dele.

Racionalmente, o caracterizo como um local de retiro, de subterfúgio diante das regras estabelecidas à invenção da naturalidade da heterossexualidade e da patologização das sexualidades e gêneros malditos. O professor universitário brasileiro, homem branco, Rogério Diniz Junqueira, publicou pela primeira vez em 2012 sua caracterização sobre essa pedagogia:

Em suma, a vigilância das normas de gênero cumpre papel central na pedagogia do armário, constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des)legitimação de corpos, saberes, práticas e identidades, subalternização, marginalização e exclusão (p.17).

De fato, viver sob essa lógica, derivada de um senso comum e violento, me(nos) condiciona a uma adaptação de comportamentos que é regulado pelo seguinte critério: a diminuição das vezes em que somos criticados, insultados ou constrangidos. Essa satisfação colhida pelos outros sob nós, em um primeiro momento parece a única e mais eficiente técnica, e por vezes é e foi para muitos(as) LGBT até o fim de suas vidas. No entanto, na medida em que me(nos) desenvolvo(emos) socialmente e psicologicamente, principalmente se ao encontrar-me(mo-nos) com nossos pares que (nos) dirijam discursos dissidentes à regra da LGBTfobia, aí nasce uma possibilidade de empoderamento, e de ruptura com aquilo que aprendi(emos) a ser e uma espiada àquilo que sempre quis(emos) expressar em meu/nossos corpos.

E foi negando essa Pedagogia do Armário, ora conscientemente, ora inconscientemente, que me encontrei no processo de autoaceitação da identidade de gênero e sexualidade em que eu me sentia contemplado. Isso também foi na minha infância, quando eu me questionava: Mas por que vivemos nessas condições? Por que não posso brincar com as meninas? Não é possível que não possa ser diferente?!. Desse momento em diante, ao desenrolar do meu caminho escolar e dos aniquilamentos que continuei vivendo, me apropriei do seguinte pensamento: É preciso mudar essa realidade, e é a partir do conhecimento que

consegurei. Considero esse o ato em que deixei de espiar as possibilidades libertárias de nossas expressões de gênero e sexualidade e as abracei, ao mesmo tempo em que abraçava tudo e todos(as) aqueles(as) que se pareciam comigo.

Esse foi, para mim, o primeiro passo de empoderamento sob minha identidade. Esse último substantivo bastante dissipado nas mídias entre os últimos anos, felizmente, dirige-se ao processo de autoconhecimento, autoreconhecimento, autocuidado e autoaceitação do que se é enquanto ser social generificado, com sexualidade, raça, etnia e classe, por exemplo. Ao mesmo tempo em que esse caminho do empoderamento me(nos) fortalece enquanto sujeito(s) singular(es) me(nos) permite(m) ser(mos) acolhido(s) e acolher as dores dos nossos pares, o que age para o fortalecimento do grupo que nos autoidentificamos, em meu caso, à população LGBT.

A Arquiteta e Urbanista Joice Berth, pesquisadora do direito à cidade com enfoque em gênero e raça, mulher negra, junto de Djamila Ribeiro (2019), filósofa feminista e negra, categorizou o conceito de empoderamento, ao historicizar a ascensão do seu significado. Ela concluiu:

Empoderamento como teoria está estritamente ligado ao trabalho social de desenvolvimento estratégico e recuperação consciente das potencialidades de indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão, e visa principalmente a libertação social de todo um grupo, a partir de um processo amplo e em diversas frentes de atuação, incluindo a emancipação intelectual (p.32).

Reflito, hoje, nesse processo de rememorar as minhas memórias com as capacidades intelectuais atuais, que esse foi o primeiro passo da indignação que apertava meu peito. Essa apropriação benigna do que eu sentia, dos sentimentos que já tinham nomes ao decorrer de minha adolescência, exigiram de mim o princípio do conceito supracitado, a colaboração no processo de transformação da sociedade, intentando o fim dessas violências. E foi assim, que a situacionalidade do saber que produzo neste trabalho, ganhou novos ângulos, a partir da ação coletiva nos movimentos sociais da cidade em que escrevo.

No ano de 2016, o povo brasileiro enfrentou uma crise democrática a partir das configurações majoritárias do Congresso Nacional entre parlamentares conservadores, neoliberais, e anti-petistas. O caos social criado por esses grupos, com bandeiras de “Chega de corrupção”, “Dilma devolva meu dólar a R\$1,99”, “Pela família e pelas crianças”, organizaram as marchas que deram início e fim ao

processo de impeachment (afastamento) da Presidenta titular Dilma Rousseff (PT). O fato, dentre muitas variantes, foi uma reação das classes dominantes aos avanços progressistas e populares que o povo pobre brasileiro vivenciava, como por exemplo, o acesso e permanência à educação e ao ensino superior, como mencionado.

Naquele ano eu tinha 16 anos, imaginava que sabia quem eu era, no que acreditava e no que era preciso fazer. Pois bem, no dia 17 de Abril desse mesmo ano, fora eu e minha colega de escola, Ana, gritar nossas angústias e preocupações com o afastamento da presidenta e de sua agenda política. Apanhamos com socos, chutes e até bituca de cigarros apagadas em nossos rostos, de uma multidão que nos expulsava aos berros de “puta”, “viado”, “viadinho”, “boiola”, “aqui não é o lugar de vocês”. A partir desse dia e de todo discurso ampliado dos conservadores sobre mulheres, gêneros, sexualidades, raça, classe e população LGBT, acirrei minha ação política no mundo, amparado de que essa decisão era uma razão do empoderamento.

Logo após, eu e Ana, dois secundaristas, fomos eleitos como Diretor LGBT e Diretora de Mulheres, da União Municipal dos Estudantes Secundaristas Ponta-Grossenses, nos tornando os primeiros diretores dessas pastas. Nessa entidade, vivenciamos a Ocupação do Colégio Frei Doroteu de Pádua, que recebia seus estudantes em salas de madeiras, com mais buracos que madeira, realizamos as ocupações contra a reforma do ensino médio, contra a lei da mordça, ou Lei da Escola Sem Partido, conquistamos a ampliação do passe-livre estudantil para os estudantes secundaristas que queriam fazer cursos técnicos em escolas afastadas de suas casas e para os estudantes universitários que tinham outra rotina de horário de aulas e estágios. Todos esses fatos, elucidando em microfones, panfletos, salas de aula, ônibus, etc., para milhares de jovens como nós, as necessidades de repensarmos nossa cultura machista, patriarcal e LGBTfóbica.

Desse período da minha adolescência, destaco que uma das ferramentas que me ajudava a enfrentar o aniquilamento das minhas expressões nas ruas, em cada esquina, em cada faixa de pedestres, em cada buzina, em cada risinho, grito, e olhar assustado era um simples fone de ouvido. Não havia mais aquele aniquilamento enquanto a Beyoncé estivesse cantando nos meus ouvidos, era desesperador andar sem fone de ouvido, com um lado apenas funcionando ou

arreventado. Ainda lembro-me da sensação que tive quando analisei e hipotetizei comigo a razão pela falta que tinha notado em não ter mais ouvido a homofobia.

Mas o fato é que pelas mesmas avenidas em que eu era a bicha louca, em que me protegia contra a homofobia nos meus fones de ouvido, foram os mesmos espaços em que milhares de estudantes secundaristas como eu, adolescentes de escolas públicas, possivelmente em sua maioria cis-gêneros e heterossexuais, também construídos pela mesma narrativa machista que eu, manifestaram sua indignação junto comigo ao microfone: “As Gay, As Bi, As Trans e as Sapatão estão todas organizadas pra fazer revolução!”, assim como: “Se cuida, Se cuida seu machista, a América Latina vai ser toda feminista”. Foi em momentos subversivos (Fotografia 02) que eu estabeleci uma postura otimista diante da transformação da sociedade e seus problemas. E assim, prossegui e prossigo, e considero que é apenas pelo otimismo que teimo em ser professor e pesquisador.

FOTOGRAFIA 02 - Dos atos do movimento estudantil secundarista contra a política do golpe de 2016.



Fonte: Acervo do autor (2022)

Ao concluir o ano e o Ensino Médio, nos dedicamos em entrar para a Universidade Pública, para a nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), foram dias e meses nos dedicando em decorar fórmulas e informações muitas vezes descontextualizadas, deixando dos pequenos e baratos “rolês” que fazíamos e correndo para não perder o ônibus dos dias de “aulões” públicos para vestibulandos.

Eu fui aprovado no curso de Letras e Ana não conseguiu ser aprovada em Geografia como queria, mas felizmente é uma formanda como eu, agora. Apesar disso, seria injusto não registrar nesse TCC o que a falta de garantia de acesso ao ensino superior impõe para nós: tristeza e indignação. Foi e ainda é terrível não viver a companhia dos nossos colegas na continuidade dos estudos. Seria injusto não registrar aqui porque é injusto que o sonho tão possível e tão sonhado do outro, do próximo, da minha e da sua amiga, não possa ser realizado, materializado. Todos os sonhos precisam ser possíveis, todos são importantes, todos têm história, todos têm suor e sangue.

Então em 2017, ao entrar para o mundo universitário, busquei continuar meu processo de empoderamento, construindo espaços coletivos que nos oportunizassem agir. Felizmente havia sido fundado, em meados de 2015, o GUDI, Grupo Universitário de Diversidade Sexual e de Gêneros, pela primeira aluna e mulher transexual a se formar na nossa instituição, a farmacêutica e trabalhadora do Ministério da Saúde no departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), Alícia Kruger. O Grupo estava sem ações desde a formatura de Alícia, e em conjunto com colegas próximos e também LGBT organizamos um primeiro encontro para discutir o tema: “Vivências LGBT na Universidade”.

Nesse encontro foi onde tive meu primeiro contato pessoal com uma pesquisadora e historiadora de Gênero, a Dr<sup>a</sup>. Prof<sup>a</sup>. Georgiane Garabely Heil Vazquez, professora universitária, mulher branca e mãe, e foi nas suas palavras que eu me questionei: “Não é possível que há estudos sobre as nossas vidas”. E isso me levou a considerar: porque esses estudos não são adaptados à linguagem e entendimento do povo? Porque eles nunca chegaram na minha escola? Na minha casa? Claro que essas inquietações não foram culpabilizadas e destinadas à professora, que já desenvolve inúmeras atividades de pesquisa e extensão na Universidade, mas um questionamento a todos os(as) agentes envolvidos(as) no processo de produção e publicação da ciência e da formação de professores(as). E

nesse dia foi a primeira vez que pensei: “Menina, achei meu tema de pesquisa, as nossas vidas”.

Posteriormente ao GUDI, a necessidade de expandir nossa luta para a sociedade e principalmente para as pessoas não-LGBT e potencialmente autoras das violências que sofria(mos), necessitei(amos) refundar o Diretório Central dos Estudantes (DCE) em 2017, onde venci(emos) duas eleições, até meu afastamento em 2019. Foi por meio do DCE que construí(mos) intervenções na cidade na intenção de fazê-la menos LGBTfóbica, especialmente porque vivia(mos) em um período de narrativas falaciosas e cruéis sobre gênero e sexualidade. Os grupos conservadores no Brasil, representantes de igrejas neopentecostais e partidos de direita, lançaram uma campanha contra os estudos sobre gênero ou sexualidade no currículo escolar, justificando que tratavam-se de temas familiares e domésticos, que confundiam a cabeça das crianças e adolescentes e as tornavam LGBT.

Na cidade de Ponta Grossa, que historicamente tem uma formação social conservadora e logo uma configuração parlamentar também conservadora, não foi diferente. Um dos vereadores, conhecido como “Pastor Ezequiel” (PSC), o “vereador da família e policial” afastado, após ver o lançamento da grade de artistas que participariam de um festival tradicional, a Munchen Fest, que traria a cantora Drag Queen Pablio Vittar, disse: “Se ela for nas escolas falar de ideologia de gênero, eu mesmo vou ir lá e vou prender”<sup>4</sup>.

Considerarei(amos) na época, pela visibilidade que a Drag trazia às pautas identitárias por meio das mídias, um grande ataque a toda a população LGBT, a nós. E assim organizei coletivamente a nossa primeira ocupação na Câmara Municipal de Ponta Grossa contra as falácias inventadas sobre os estudos de gênero e sexualidade e as narrativas que se erguiam sobre a nossa população, nos colocando em um lugar de depravados, tarados, pedófilos, aberrações.

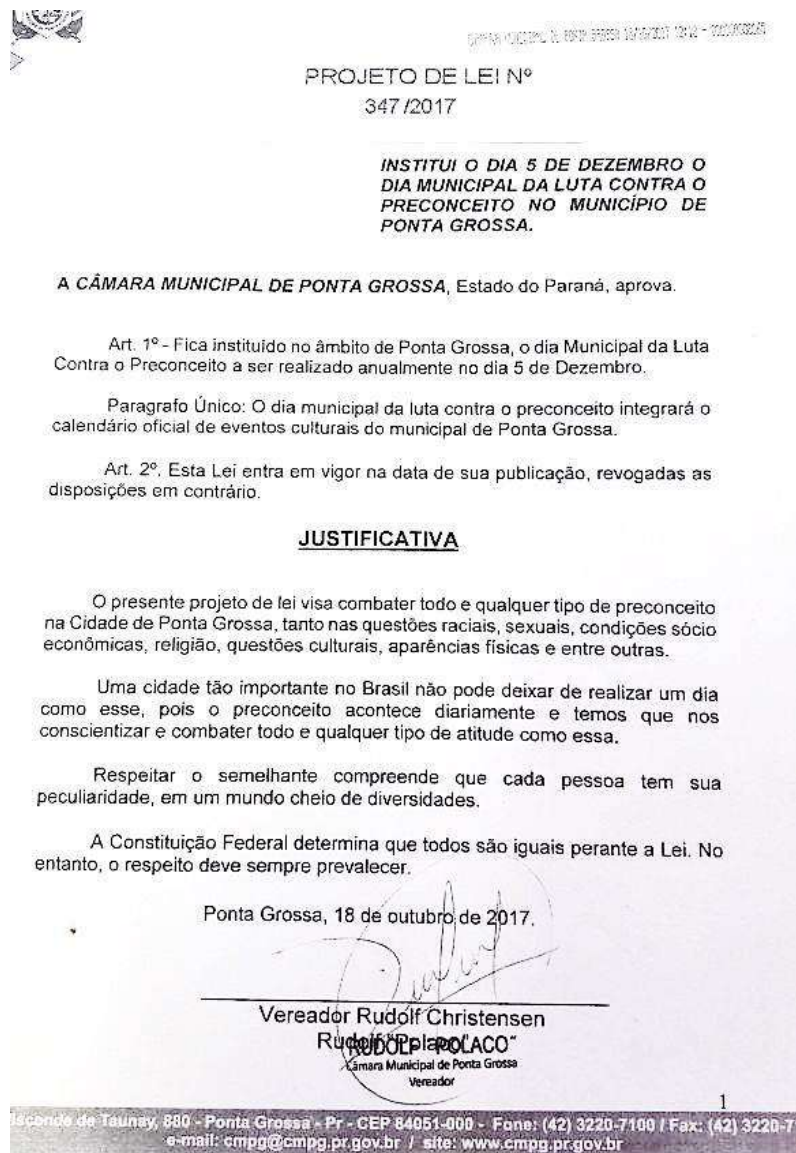
Nesse dia concluí meu discurso na tribuna afirmando: “Estamos dizendo em alto, bom e claro tom, não voltaremos para nenhum fogão, armário ou senzala”. Nesse também fatídico dia, 5 de Dezembro de 2017, articulamos com um dos vereadores menos conservador, que embora de direita e defensor das pautas

---

<sup>4</sup> CÂMARA 18 10 17. Produção: TVE Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2017, 1 vídeo (4:17s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ml0lzJVNdCc>. Acesso em: 14 jan. 2022.

conservadoras, parece contradizer-se com as pautas progressistas e justas que lutávamos, típico do movimento ignorante de conservadores que vive-se na atualidade, para que pudesse projetar o Dia Municipal de luta contra o Preconceito. E assim o conquistamos no PL nº 347/2017 (Fotografia 03). O que eles não esperavam, já que por anos sempre tiveram um silêncio da oposição para confrontá-los nesses temas, era que fossemos acabar por ali. Mal esperavam o que ainda iria(mos) aprontar. Pois nos anos seguintes, 2018, 2019, 2020 e 2021, realizamos no dia 5 de Dezembro, a nossa Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais.

### FOTOGRAFIA 03 - Da Lei que instituiu o Dia Municipal de luta contra o Preconceito



Fonte: Acervo do autor (2022)



Destaco desse evento, alguns momentos ímpares para o meu processo de empoderamento. O primeiro foi o sentimento de linhas tênues entre medo e gratidão, medo pela reação pública e política a esse evento e gratidão pela conquista em organizá-las pela primeira vez na história da nossa cidade. A sensação de empoderar-me da luta de que meu corpo reivindica requer coragem, que é alimentada pela expectativa do que a conquista de uma demanda coletiva gera. Mas a coragem também é intimidadora, por provocar a necessidade de qualificar a leitura intelectual sobre a realidade, meu(nosso) tom e vocabulário ao comunicar e ainda a sabedoria de agir inteligentemente entre os setores institucionais, legislativos, executivos e judiciários.

Entendia que para a realização das Paradas (Fotografia 04), era preciso apoio, me soava como se tivesse apenas uma chance diante da população pontagrossense, sendo assim era preciso apoio institucional das entidades republicanas e democráticas. Ao final da saga em obter segurança política sob o evento, que depois considerei ser fruto da opressão ideológica em que me insiro como LGBT, contei(amos) com o apoio da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, as Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Saúde, Segurança, Meio Ambiente, de Assistência Social, de Planejamento e Urbanismo e de Administração, Hospital Santa Casa de Misericórdia, Ordem dos Advogados do Brasil subseção Ponta Grossa, Associação Nacional LGBTIA+, Grupo Dignidade, Grupo Renascer, GUDI, Coletivo Universitário Marie Curie, Empresa Cargil, e grupos universitários de ensino, pesquisa e extensão.

FOTOGRAFIA 04 - Da Parada Cultural LGBT+ dos Campos Gerais

(continua)

## FOTOGRAFIA 04 - Da Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais

(conclusão)



Fonte: Acervo do autor (2022)

As Paradas ocorreram em suas duas primeiras versões presencialmente, até a chegada do isolamento social diante da pandemia do novo coronavírus em 2020. As duas foram realizadas em um espaço público do centro da cidade, o mesmo lugar onde eu aprendi a andar de bicicleta, onde retorcia de medo e ansiedade em ouvir homofobia, onde eu caminhava na companhia da Beyoncé. Foi muito emocionante o sentimento de abraçar a minha história, as minhas dores, os sonhos que deixei pelos passos e voltas de bicicleta por ali. A sensação era a de me sentir no máximo da minha condição de cidadão, de usar aquilo que se diz sobre a cidadania, de exercer um papel de transformação social efetivamente.

Enquanto os gritos ecoavam, os corpos reboavam, as memórias se abraçavam em um momento coletivo de ressignificação delas, enquanto os amores eram trocados e os afetos sentidos, eu intimamente me questionava: Como o Guilherme de oito anos de idade, que só queria expressar sua saúde e alegria em um corpo dançante, se sentiria ao saber desse feito? Da realização do sonho que parecia impossível, mas que sempre foi um sonho possível? Tudo o que conseguia

identificar na bagunça das minhas sinapses<sup>5</sup>, era paz. Havia paz entre cada sorriso, maquiagem, cílios postiços, bandeiras de arco-íris, abraços, beijos, línguas, suores, sarradas, encontros, reencontros e gritos.

Esses passos aguerridos constituem também a situacionalidade do saber científico que escrevo, pois foram responsáveis por iluminarem meus sentidos para outra ótica diante da sociedade, rompi com o pessimismo que extrapolava o sentido de assegurar-me na realidade e me mantinha na posição de espera e aguardo e não de esperar e me levantar para a mudança, como diria Paulo Freire (2014) em que é preciso ter esperança que seja do verbo esperar e não de esperar, já que a esperança do verbo esperar não é esperança, é espera, segundo o autor esperar é se levantar, ir atrás, construir, não desistir, é levar adiante e juntar-se com outros para fazer de outro modo.

Considero que a esperança sempre foi um sentimento que carrego, mas que por muitos anos também não teve nome, era o sentimento equivalente a irritar-me com as injustiças do mundo e não satisfazer-me com o que me era dado, ofertado ou permitido. A esperança nesse percurso foi a linha que originou e manteve a tecedura da minha história, desde um olhar cuidadoso e amoroso para dentro de mim, até a (re)união dos que como eu gostariam de fazer e viver de outro modo, como anunciou Freire.

Reconheço, depois dos encontros com Freire na Universidade, em *Pedagogia do Oprimido* (2005), *Pedagogia da Esperança* (2014) e *Pedagogia dos Sonhos Possíveis* (2015), que a ânsia pela salubridade da minha, e da nossa existência LGBT, nessa sociedade, nascia de um elemento central, o sonho. Ele foi e é o ponto de partida para os fatos progressistas da história da humanidade, como as revoluções populares. Um sonho sob o mundo é um projeto político de fazê-lo diferente, menos feio, é uma teimosia em transformá-lo e não tornarmos-nos adaptáveis a ele.

Mas um sonho possível não se limita à esperança individual de autotransformação da vida, mas sim entre as condições que o mundo no modo como está, nos permite realizá-lo. E essas condições não são favoráveis aos sonhos

---

<sup>5</sup> As sinapses são junções entre a terminação de um neurônio e a membrana de outro neurônio. São elas que fazem a conexão entre células vizinhas, dando continuidade à propagação do impulso nervoso por toda a rede neuronal. É possível saber mais por meio do trabalho de Marta Pinheiro: "Fundamentos de neuropsicologia—o desenvolvimento cerebral da criança", publicado pela Revista *Vita et sanitas* em 2007.

dos excluídos, do povo pobre e trabalhador, porque a desigualdade criada pelo sistema capitalista através das classes dominantes reage e constitui ideologicamente um espaço e uma condição de impossibilidade ao sonho, aniquilando-os ou os mantendo na rédea. Daí que Paulo Freire (2015) nos adverte que quanto menos nós, os(as) dominados(as), sonharmos um sonho de modo confiante, exercitemos nossa capacidade de agirmos pelas utopias e nos tornemos adeptos ao pragmatismo, melhor dormirão as classes dominantes.

Assim, esperando, registro meu sonho possível com essa pesquisa, o de viver em um mundo em que as bonitezas expressadas pelas mentes e corpos tenham outro espaço e condição, a em que ser livre é possível. O meu sonho possível, em que me levanto através das lutas populares e da conclusão do ensino superior com esse TCC é o de viver em um mundo anti-LGBTfóbico, em que haja amor, afetos, e políticas que promovam atos esperançosos. Eu quero viver para trabalhar e conhecer gerações de crianças que não sofram por expectativas de gênero ou sexualidade que não comportam suas bonitezas.

Desse modo, esperando é que justifico a descrição de outra ótica, porque crescemos com uma única narrativa, a da dificuldade, a da alienação, a da desunião, da incapacidade individual e coletiva para avançar na resolução dos problemas concretos, a que nossa vida será um eterno proteger-se e esconder-se da LGBTfobia. Este é o caminho que nos é representado pela história, pela maioria dos filmes, séries, livros e revistas LGBT. Por isso outra ótica, só poderia me trazer para outro caminho, mas o outro não é o diferente, é o contrário, onde não se há menos LGBTfobia, mas onde não se há, na mesma medida, entrar neste novo caminho é a única possibilidade avistada para poder continuar (des)caminhando, em minhas subjetividades, nos atos políticos e para a pesquisa científica.

Nesse último aspecto, o descaminho científico foi descrito pela pesquisadora Maria Isabel Edelwiss Bujes, brasileira, mulher branca e professora, seu descaminho não refere-se a uma tentativa de expor o tecnicismo da produção científica que muitas vezes conduzem os pesquisadores a achar uma suposta “verdade”, mas aos momentos em que na vida o reconhecimento da possibilidade de pensar diferente do que se pensa é indispensável para continuar refletindo, o que a levou a um descaminhamento científico (BUJES, 2002).

E nesse descaminho, que por sua vez é um ato político, pela mudança consciente, teimosa e corajosa da rota, que carrego comigo critérios profissionais

para a construção de saberes, pois foram nessas experiências organizacionais e políticas em que ergui algumas ideias. Como por exemplo: que o conhecimento produzido pelos cientistas precisa ser feito para aqueles que juntos financiam sua produção, o povo, a Dona Maria e o Senhor João, na obrigação de que ambos possam entender o ato de comunicação. A produção científica não é menos científica ao assumir uma postura ética e comprometida diante de seus objetos ou grupos investigados em suas relações com o mundo. É preciso contextualizar corpus investigados e agir em conjunto a essas aferições, deduções, hipóteses, resultados e conclusões em prol da sua qualidade.

E é assim que me encontrei com a pesquisa, com os temas de gênero e sexualidade, motivado pela indignação de ter assistido a aulas, ainda no curso de Letras, em que as professoras pedagogas, doutoras em educação, possuíam um discurso conservador e preconceituoso. Eu como qualquer estudante debochado me perguntava: Como esta criatura tem doutorado e passou em um concurso? Como é que esses meus colegas irão reavaliar suas posturas com o gênero e a sexualidade nas escolas e com os estudantes se nesse espaço não lhes é mediado qualificadamente o tema? Quantos Guilhermes sentirão que a escola não é um espaço saudável, livre e democrático?

E foi assim que cheguei na Pedagogia. Com a intenção principal de me tornar pesquisador e professor Universitário, decidido pelo argumento que a formação de professores em uma universidade regional, estrutura a narrativa de pensamento e cultura nas escolas e logo na cidade, pelos diálogos que os(as) professores(as) travam com seus outros 20, 30 estudantes e crianças. Considero a formação docente como um potencial ampliado e multiplicador da cultura de paz e de uma cultura anti-LGBTfobia no mundo.

Quando busquei oportunidades de pesquisar gênero e sexualidade relacionados à educação, inventei várias observações dos campos epistemológicos da formação dos meus professores universitários. E já que a maioria nesse período do quadro profissional da minha Universidade estuda o impacto da educação e da política educacional em diferentes grupos da sociedade, era óbvio para mim que onde há gente, povo, história e cultura, especialmente do ocidente, há gênero e há sexualidade.

Não havia, segundo eles/elas.

Dediquei-me em recorrer pela última vez à Professora Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira, professora da disciplina de Sociologia e pesquisadora das relações entre educação, geriatria e população idosa. Quando emprego a expressão “última vez”, não dirijo-me a tentativa de desqualificar a Professora em questão, mas a da realidade sobre a distinção dos nossos temas de pesquisa e logo da diferença na capacidade de orientação teórica. Mas para minha sorte e pela minha dedicação, ela me ouviu, acreditou em mim e me permitiu realizar minha primeira pesquisa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Desse descaminho, escrevi o artigo “Considerações dos Estudantes Secundaristas sobre estudos de Gênero e Sexualidade na escola em tempos de Ideologia de Gênero”. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa realizada em conjunto com a participação de 100 estudantes secundaristas de uma escola pública da cidade que estudaram gênero e sexualidade na disciplina de Sociologia. Ao investigar os impactos intelectuais sobre suas próprias existências, concluí o que já problematizava, uma possibilidade de romper com posturas preconceituosas, discriminatórias, com a violência de gênero, violência doméstica, contra a mulher e contra a população LGBTQ+, na mesma medida em que proporcionou um momento de autoreconhecimento de suas identidades, colaborando num processo de aceitação e respeito consigo e com os(as) próximos(as), com o comum e com o diferente.

Foi emocionante aprender a fazer ciência, me sentir responsável por registrar, historicizar esse efeito nos corpos e mentes dos estudantes, queria que meu trabalho fosse visto por quem nos julgava, por quem desacreditava, por quem inventava falácias desses estudos. Assim o fiz, o apresentei para o Congresso da OAB-PG, para formações continuadas de professores em cinco escolas públicas da cidade, para o Prefeito e Prefeita da época, Marcelo Rangel (PSDB) e Elisabeth Schimidt (PSD), para a Secretária de Educação Dr<sup>a</sup> Esméria de Lourdes Saveli e para todos os então vereadores da Câmara, incluindo o “Pastor Vereador”

É por esse feito que também considero outro elemento fundamental para minha responsabilidade com a pesquisa nesse descaminho: é gratificante, necessário e possível realizar uma investigação com criticidade e compromisso com o tema, é preciso fazer da pesquisa um instrumento relevante de uso público, que possa ser referencial para quem sabe a construção de uma política pública.

Porque a tarefa de um investigador de realidades, de um pesquisador, tenho descoberto ser a de visualizar e interpretar seus fatos, obstáculos, resistências, impasses, dilemas e problemas. Sendo assim, é preciso encorajarmo-nos diante das pedagogias silenciadoras dos armários e substantivar como um problema, um fator ou situação que se apresenta exatamente como um problema. Pois onde há problema, há necessidade de transformação, há uma possibilidade de solução, e há também a chance do pesquisador dissertar sobre o fenômeno estudado, indicando variantes em uma tomada de decisão política e pública sobre a realidade. Por essa vista outras palavras me acompanharam sobre essa questão durante a Universidade: A ciência precisa existir para mudar para melhor a vida das pessoas.

Continuando a história desse meu descaminho, realizei outra pesquisa com a mesma Professora como orientadora, em um artigo do PIBIC intitulado: Relações, Desigualdades e Violências de Gênero e da Velhice na história de vida de mulheres idosas da Universidade Aberta à Terceira Idade. Trata-se de um trabalho de abordagem quali-quantitativa e com a colaboração de 60 participantes do programa de extensão Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Originou-se pelos diálogos que tinha com as idosas do programa enquanto realizava a minha primeira pesquisa. Elas me diziam no corredor: “Alguém tinha que escrever nossa história de vida, né?”, assim como também dividiam comigo: “Eu só entrei para a UATI depois que meu marido morreu, ele não deixava”, ou “A primeira vez que entrei no prédio da Universidade foi com 65 anos, meu pai, meu avô e meu marido não me permitiam”. Esse segundo ano dedicado à pesquisa universitária tive a oportunidade, o carinho e o exercício ético em reconhecer e analisar histórias de vidas marcadas por situações de desigualdades entre gêneros e gerações. Na criação dos filhos, no casamento, no trabalho doméstico, com violências psicológicas, morais, físicas, sexuais e patrimoniais e constrangimentos e violências atrelados à idade, à velhice, ao corpo que se transforma, ao estigma capitalista de inutilidade e improdutividade.

Nessa oportunidade que fortaleci minha defesa da necessidade dos estudos de gênero na escola e na formação de professores, mediante a seguinte situação comparativa: Ao investigar e acolher as histórias de vida das mulheres idosas da UATI visualizamos que a manutenção da binariedade entre homens e mulheres, masculinidades e feminilidades são os precursores de experiências desiguais ou violentas entre gêneros, pois ela majoritariamente inferioriza mulheres e sustenta o

domínio social pelo homem. Ou seja, estamos falando de mulheres de mais de seis décadas de vida com experiências injustas diante do gênero.

Ao colocar na mesa a primeira pesquisa e seus resultados dos efeitos intelectuais construídos pelos adolescentes sobre o estudo desses fenômenos, pude hipotetizar a possibilidade de transformarmos os problemas originados e vividos pelas relações desiguais e violentas entre gêneros, como a vivida por nossas idosas. Ao mesmo tempo em que um problema originado pela cultura, só pode ser alterado nesse mesmo campo, mas a transformação da cultura não se dá por via farmacêutica, como dos problemas de saúde, mas pela via das reflexões dialógicas que atuam na atitude pessoal e erguem novas condutas da sociedade.

Já minha terceira e penúltima atividade com a pesquisa foi orientada pela Professora Dr<sup>a</sup> Georgiane Garabely Heil Vazquez, que originou o artigo: Relações de Gênero na pandemia do novo coronavírus no Brasil. Um estudo exploratório de abordagem quali-quantitativa que realizamos com a participação de 431 mulheres das cinco regiões brasileiras, documentando suas condições acerca do espaço doméstico, de trabalho e renda, de desigualdades e violências e da publicação de políticas públicas com enfoque em gênero, especificamente das mulheres. Ao passo que estava em defender a necessidade dos estudos de gênero, dei-me conta da necessidade de avançar um passo epistemológico ao avaliar a necessidade de um trabalho eficiente do Estado para a vida das pessoas pobres e/ou em situações de vulnerabilidade, como as nossas mulheres no cenário da pandemia.

Para além da pesquisa, a Universidade Pública apresenta outros dois campos do tripé que a constitui, a Extensão e o Ensino. Na Extensão, meu descaminho teimoso foi composto pela atuação no projeto Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), que atende mulheres em situação de violência doméstica com serviços de assistência social, jurídica, psicológica e pedagógica, em que realizei formações acerca do combate a violência doméstica contra a mulher para secundaristas de escolas públicas e privadas. Assim como no projeto “O que você estava vestindo?”, uma exposição das roupas de mulheres, homens, LGBTQ+, idosos e crianças abusados sexualmente que levamos para escolas, Universidades e Faculdades, no intuito de despertar uma conscientização acerca dos impactos dessa violência.

De fato, o trabalho prático na extensão contribuiu com a minha percepção e defesa do papel da Universidade para a cidade e à sociedade, na mesma intensidade que afunilava minha responsabilidade com os temas em que estudava e



trabalhava. No entanto, o recorte deste trabalho foi sendo elaborado ao longo da graduação, especificamente no campo do Ensino. A Pedagogia como teoria epistemológica formou um ideário da defesa do direito a uma infância saudável para toda e qualquer criança, a partir de convenções, congressos, elaborações e materializações de políticas públicas ao longo da história da humanidade. Mas às escolhas das nossas professoras esse era o limite de nossas discussões. As crianças tinham direitos, precisavam ser respeitadas, ouvidas, atendidas, mas elas não tinham cor, nem uma expectativa de gênero, nem sexualidade, nem etnia, sequer classe social.

Sinceramente, isso me irritava, indignava.

Outra vez, deveríamos realizar uma atividade de uma disciplina de estudos da Educação Infantil, fazendo perguntas para as crianças e trazendo suas respostas do estágio que realizamos naquele período. Meu planejamento foi: Um carro e uma boneca nas mãos e a pergunta: Com qual brinquedo você prefere brincar e por quê?. Minha intenção nesse trabalho era verificar se as crianças com cinco anos de idade já faziam menções conscientes ou inconscientes sobre as exigências da feminilidade e da masculinidade, buscando promover uma reflexão crítica do discurso e a prática docente nesses aspectos.

Ainda consigo enxergar os olhos esbugalhados da professora me dizendo: “Acho que eles não entenderão, você precisa mudar o tema”. Não mudei, pois sabia que se tratava de uma perseguição ao tema. Teimeei até o fim. Mas o fim foi inesperado, a professora cancelou a realização do trabalho para todas. Era uma mensagem clara do medo que o terrorismo da ideologia de gênero havia causado. Mas ora, quem nunca ouviu de crianças de cinco anos de idade frases como: “Esse brinquedo é de menino” ou “Boneca é coisa de menina”? Se você, caro(a) leitor(a) não convive com crianças, vou lhe contar uma rápida passagem que vivi nesse período de estágio em questão.

Eram crianças do Infantil 5 (cinco), todas possuíam no máximo cinco anos de idade, em uma escola pública e periférica da cidade. Certo dia a professora regente da turma precisava tirar fotos das crianças para um portfólio a ser enviado à Secretaria Municipal de Educação, como um bom ser humano que já vivenciou processos de exclusão, vi que a professora selecionou das vinte crianças, as dez mais claras (brancas), bem vestidas, perfumadas, e perguntou se eu cuidava das outras 10 até o seu retorno. Rapidamente me dispus. Nesse pouco tempo, as

crianças foram cada vez mais se aproximando de mim, perguntando onde eu estudava, se eu queria ser professor, me contando causos de suas famílias, até que se sentiram interessadas em me fazerem desenhos (Fotografia 05)

FOTOGRAFIA 05 - Desenho de criança durante o estágio



Fonte: Acervo do autor (2022)

A criança autora dessa obra com referências da Idade Média, com castelo, príncipe e princesa travou o seguinte diálogo comigo:

Criança: Professor, eu fiz esse desenho pra você e outro pra você entregar para sua namorada.

Eu: Muito obrigado, eu vou guardar com muito carinho, mas o prof<sup>o</sup>. não tem namorada.

Criança (com cara de espanto): Você tem namorado então?!

Eu: Não, o professor não namora.

Criança: Ah, eu sei porque, é porque você usa essa bolsa com franja e passa rímel, nenhuma mulher gosta.

Eu: Mas porque que os meninos não podem usar bolsa ou rímel? Veja, por exemplo, o prof<sup>o</sup>. guarda os documentos, a chave de casa e o que mais preciso durante o dia nessa bolsa. Afinal, não é pra isso que serve uma bolsa?

Criança: É... Mas ela é de mulher. Você é menina, professor?

Eu: Não, o professor é um menino, um menino que usa bolsa e às vezes passa rímel.

Felizmente a professora chegou nessa parte do diálogo e o encerramos.

Nos outros dias em que convivi com eles, a fofoca já estava solta. Eram chamados debochados de “professor menina” pra lá e pra cá, na entrada, no recreio e na saída. O tal do aniquilamento. Ao mesmo tempo em que visualizava o cenário das expectativas de gênero reforçadas nas crianças, também percebia a manutenção desses discursos pelas práticas da professora. Eram as regras clichês: sentar como menina, jogar bola com os meninos, cantar “com quem será que a criança vai casar”, votação do casal ajudante do dia, cantinho dos meninos e cantinho das meninas, ritos diários que fortaleciam aquele discurso genereficado e homofóbico que ouvia.

Todos esses episódios divididos aqui, da experiência da homofobia durante minha infância, da fuga da violência em fones de ouvido, da Beyoncé, das ações no movimento estudantil, do processo de empoderamento, da dificuldade em ser orientado por conta do tema, do trabalho com a pesquisa e a extensão, da responsabilidade com a história de vida das pessoas e para com a política pública, do compromisso com a formação de professores e de jovens estudantes, e com a criticidade para refletir os discursos e práticas docentes, todos, corporificam-me e me fundamentam no descaminho científico que segui na construção dessa pesquisa. Essas experiências com o mundo das crianças, dos jovens, dos adultos, dos professores, dos pesquisadores, dos vereadores, dos prefeitos e advogados, edificam os princípios pelos quais me encontro pensando, refletindo, falando e escrevendo nesse descaminho.

Da nossa resistência em viver, nasce essas próximas páginas na busca por exprimir e racionalizar a existência de nossas infâncias.

## **ENTRELAÇAMENTOS CONCEITUAIS CONSTITUINTES DAS INFÂNCIAS ESCOLARES DAS CRIANÇAS LGBTQS: INFÂNCIA, GÊNEROS, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO**

Ao propor um trabalho dialógico e de saber localizado, entendo que a racionalização teórica-científica do tema pode ser concretizada de modo em que o conhecimento racional esteja em um horizonte contextualizado na realidade, nesse sentido utilizamos de uma narrativa que se apresenta como um diálogo e que tem origem em um local, incide sobre ele e nos permite compreender, explicar e transformar (FREIRE, 2001). Já que na primeira parte deste estudo dividi as experiências escolares da minha infância viada, nesta nova racionalizo cientificamente essas crianças na escola a partir de algumas situações relatadas. Para isso, perpassaremos quatro conceitos constitutivos dessas relações, a Infância, o Gênero, a Sexualidade e a Educação.

O percurso cultural da experiência de vida de nós seres humanos em um cenário de modernidade(s), é marcado pelos períodos biológicos, psicológicos e sociais ou, biopsicossociais, denominados como infância, adolescência, juventude, adultez e velhice, como argumenta o médico brasileiro e professor universitário, homem branco, Mario Alfredo De Marco (2006), sendo todos também históricos. Esses períodos foram construídos, apre(e)endidos e repetidos durante a história da humanidade, todos tratam-se de conceitos elaborados pela racionalidade humana. O período biopsicossocial para o qual dedico esta investigação é o da infância, por ser o fenômeno central do currículo da Pedagogia e por ser o momento em que se estabelecem as primeiras impressões de gênero e sexualidade e que são vividas e mantidas pela escola, portanto pela educação.

A anunciação da infância como uma categoria social, como uma invenção que denomina e caracteriza um período do ciclo da vida, foi feito por Philippe Ariès, professor universitário francês, homem branco, em 1960 com a publicação do seu livro "História Social da Criança e da Família". Nessa obra, Ariès (1981) faz um trabalho historiográfico de análise iconográfica de fotografias de famílias e crianças na Europa na Idade Média, o que fez com que o autor pudesse determinar a existência de uma sociedade tradicional ocidental, em que não se havia um sentido ou sentimento de infância e a construção das características da infância que realoca

as crianças e as famílias em outros locais nas sociedades modernas, um processo de duração entre os séculos XVII (16) e XVIII (18).

Na Idade Média a vida era lida de modo homogêneo, em que não havia diferenciação social entre os períodos da vida humana, as crianças e os adultos eram tratados igualmente na sociedade. O sentimento de infância só foi construído socialmente no final da idade média, até então as crianças eram tratadas como “adultos em miniatura” e que necessitavam de atenção até aprenderem a executar sozinhas (ARIÈS, 1981). Essa enumeração da vida humana e de um acultramento sobre a idade criou a categoria de criança, essa identificação de idade cresceu concomitantemente com o espaço urbano da sociedade moderna e industrial e suas relações de trabalho (ARIÈS, 1986).

O autor explica que a ausência de um sentimento sobre a infância é percebido especialmente pela análise dos altos índices de mortalidade infantil e de infanticídio praticado por homens e mulheres na Idade Média, fatos devidos especialmente pelas condições sanitárias, médicas e farmacêuticas, em que a perda de uma criança era comum. Nas sociedades em que Ariès (1981) denominou de sociedades tradicionais, as crianças com mais de sete anos eram tratadas como pequenos(as) adultos(as), vestindo-se, trabalhando e se reproduzindo como eles(as) em idades consideráveis, nesse período a socialização das crianças era feita fora do núcleo familiar e tinha como objetivo a prática de um ofício, a proteção da vida, sem que isso implicasse relações afetuosas. Essas relações eram vividas através de outras convivências públicas, como festas, jogos e cerimônias.

Na sociedade moderna, um novo lugar começa a ser cedido para a criança, principalmente pelo advento da escola e da família como instituições, na escola a criança era educada à moralidade e interesse desse processo de transformação social, e na família encontrava um espaço de afeto e também de educação. O estudioso também notou que no início do século XVIII (18), na França, as famílias se distanciam de uma vida comunitária e passaram a se recolher em moradas privadas, pela nova concepção arquitetônica, de intimidade e privação. É também no século XVIII (18) que a criança começou a ser “paparicada”, reconhecida como dependente, e como inocente, principalmente pelos ideais iluministas (ARIÈS, 1981).

Embora a obra seja expoente nos estudos sobre infância, ela promove inquietações em alguns aspectos não abordados, precisamente sobre a experiência de “infância”, nesse processo de sua constituição, que as crianças pobres viviam,

infâncias de crianças que não se enquadravam às características das crianças burguesas da época analisadas nas fotografias. No entanto, do que é importante, a infância enquanto conceito social não é natural e foi erguida pelas transformações da sociedade média para a moderna. As pedagogas brasileiras, Cláudia Terra do Nascimento, Valeska Fortes de Oliveira e o pedagogo Vantoir Roberto Brancher (2008) (ambos sem identificação racial descrita), argumentam sobre essa nova ótica de infância e criança na modernidade, considerando que a noção de fragilidade, inocência infantil e direitos da criança foi firmado no início do século XX (20) nos Estados Unidos, quando começaram-se a criar as primeiras leis ocidentais sobre o trabalho infantil, a escolaridade obrigatória e um sistema judicial para criminalidades infantis.

No Brasil, o primeiro grupo identitário do que ocidentalmente começamos a reconhecer como criança, no período moderno, foram as crianças indígenas, mas essas crianças não viviam sob a lógica da organização social e cultural da Europa na Idade Média, as crianças indígenas no Brasil, em suas distinções entre tribos, concebiam a criança com autonomia e com capacidade de decisão, como registra a antropóloga brasileira, mulher branca, Antonella Tassinari (2007). Contudo, diante do processo de colonização por Portugal, o modelo das crianças europeias invadiu a cultura indígena do Brasil, propagando-se como representação universal de infância, seguindo a referência do menino Jesus, é nesse momento que as crianças indígenas foram vistas como “papéis em branco” aptas a serem transformadas, como argumenta a professora universitária brasileira, mulher branca, Mary Del Priore em 1991.

Nesse processo colonizador, pelo qual não me sinto representado, admirado ou orgulhoso, pelo ato permanente de violência, as crianças que foram sendo geradas no período Colonial, século XVIII (18) e XIX (19) principalmente pelos imigrantes que viviam em situações difíceis com a falta de recursos financeiros, de alimentação, de higiene e saúde, fez com que muitas crianças fossem jogadas em locais públicos, mortas e vivas (PRIORE, 1991). Essa realidade cruel exigiu a atenção da sociedade e da representação do estado em buscar alternativas para combater a morte e o abandono de crianças. A primeira política nesse sentido foi através do Ministério de Estado da Justiça e Negócios Interiores em 1923 na implantação do Decreto nº 16. 272 que regula a assistência e proteção aos menores “abandonados e delinquentes”. Ao desenrolar do então século XX (20), esse

reconhecimento das crianças como sujeitas de direitos foi se ampliando, sendo conquistado outras políticas importantes como a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em 1964, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

Para que possamos evidenciar a nova cultura sobre a infância e a criança, materializada em uma política pública do século XX destacamos o artigo 4º do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Esse recorte legislativo nos indica que a criança na contemporaneidade é reconhecida como um sujeito dotado de direitos a serem garantidos pelo estado, pela sociedade e pela família, no acesso e usufruto de direitos fundamentais da política brasileira, como saúde, alimentação e educação. Para além disso, também observa-se que as crianças brasileiras têm em suas infâncias algumas marcas modernas, por serem tratadas com sentimentos de amor, carinho, compreensão e atenção, dependendo obviamente das condições classistas e familiares em que se encontram e vivem. Nesse sentido, podemos afirmar que vivemos no Brasil, infâncias plurais, distintas por classe, gênero, constituição familiar, território de moradia, dentre outros. Nessa mesma política, demarca-se na contemporaneidade o tempo de vida da população das crianças, em que se produz e vive a infância, brasileiros(as) até 12 anos de idade (BRASIL, Art. 2, 1990).

Como foi possível reconhecer, as crianças enquanto cidadãos têm garantias constitucionais de segurança às suas vidas, mas essas múltiplas infâncias e crianças tem em seus corpos folhas em branco, como descreveu Priore (1990)? É nas infâncias das crianças em que seus corpos não apenas ganham os sentidos construídos para esse período de suas vidas, mas também é ensinado e especulado a reconhecer, reproduzir e naturalizar as normas de gênero e sexualidade. Essas insistências de comportamentos, discursos e afetos, foi exatamente o que senti quando ouvi daquele homem “Hmm, baitola!”, aos oito anos de idade enquanto esperava para entrar na escola.

Ao me referir ao Gênero, o caracterizo como uma construção social sob o modo como uma dada sociedade determina historicamente, socialmente e

fisicamente as condutas e comportamentos para o chamado binarismo de gênero – Homem e Mulher. Essas construções se diferem pelos períodos históricos e territorialidades, classificando ações do trabalho, da vida pessoal, de vestimentas, de hábitos que devem estar presentes e não podem vir a se misturar na dicotomia da construção do masculino e do feminino. Esse conceito foi conquistado pela Epistemologia dos estudos feministas como um termo político, que ampliou os olhares reflexivos sobre a cultura de e entre mulheres e homens, anunciando a potencialidade que a pesquisa sobre “gênero” tinha em desnaturalizar sua própria construção.

Ao refletir esses dois termos, sexo e gênero, a professora universitária estadunidense, mulher branca, Judith Butler (2018) argumenta que ao sugerir um determinismo de significados do gênero sobre o corpo, por meio da cultura e de suas leis, temos a impressão de que o gênero é tão fixo pela cultura quanto o sexo está para a biologia. Nesse sentido, para a autora o sexo não resume-se à anatomia humana, ele já é apresentado conceitualmente como gênero desde o princípio, já que em sua visão, um corpo de sexo fêmea não garante a expressão de gênero feminino. O que a autora exprime em sua ideia é que sem um determinismo biológico e cultural qualquer corpo contemplado com pênis ou vulva, seria apenas um corpo. Contudo esses determinismos, incluindo o gênero como categoria cultural, limita o ser com pênis a ser um homem e com vulva uma mulher. Ou seja, na contemporaneidade avançou-se a interpretação de que próprio sexo, mesmo como elemento físico do corpo é também concebido com sentidos e significados, o macho e a fêmea são por si só construções sociais, assim como o feminino e o masculino, como o sexo.

Essas determinações constituem sobre o gênero uma binariedade, já que majoritariamente os corpos humanos são dicotomizados em órgãos genitais, os quais foram os pressupostos para o reconhecimento do sexo e do gênero. Essa dicotomia estabelece padrões estéticos de comportamentos, a feminilidade e a masculinidade, respectivamente, dirigida ao corpo fêmeo da mulher e ao corpo macho do homem. A feminilidade está atrelada a sentidos domésticos, de quietude, de submissão, carinho, delicadeza, de trabalho doméstico, familiar e reprodutivo, enquanto a masculinidade foi sendo construída com elementos de poder, de controle, de posse, de vida pública, de trabalho formal remunerado. Esses polos



tanto estabelecem papéis sociais a esses dois corpos, quanto criam e mantêm desigualdades e violências de e entre gêneros.

Esse fenômeno é inscrito nos corpos infantis desde o nascimento de um bebê, ou de um exame de ultrassom que já estabeleça por padrões médicos-biológicos-sociais a sua identidade de gênero, através de sua genitália, do “sexo”. A partir de então se é adquirido o enxoval azul para os tidos como meninos, do sexo/ genitália masculino, e o enxoval rosa para as tidas como meninas, do sexo/ genitália feminino, respectivamente aqueles que nasceram com pênis e aquelas que nasceram com vulva. Essas expectativas de gênero sobre o corpo infantil são ampliadas ao desenvolvimento cognitivo e experiencial da criança, em que os padrões binários de gênero são cobrados em discursos cada vez mais presentes e incisivos como: “menina usa rosa”, “menino usa azul”, “menina brinca de boneca”, “menino brinca com carrinho”, “meninos brincam com meninos”, “meninas brincam com meninas”, “meninos gostam de meninas” e “meninas gostam de meninos”.

Toda essa assimilação e apreensão de comportamentos regulares e o apontamento dos comportamentos que fogem, escapam ou rompem essas fronteiras, foi o fenômeno enfrentado por mim, nos momentos em que eu em minha infância fui constrangido por querer dançar com as meninas, por desfilar com um pompom na rua, por gesticular os punhos e minha mãos de modo afeminado, em todo e qualquer movimento sutil de quadril, perna, mãos, dedos e cabelos que criaram indagações às óticas normativizadas daqueles(as) que me viam. Ao mesmo tempo em que vivia essas perseguições sobre minhas expressões corporais generificadas pela compreensão da nossa cultura ocidental, a minha sexualidade já era indicada pelas críticas que ouvia do modo como me comportava. Todos esses distanciamentos com a masculinidade e aproximação com a feminilidade traziam a tona o nome dos meus sentimentos: Bicha!

Sendo assim, ao reconhecer o elemento da sexualidade na construção dos corpos das crianças e das experiências de infâncias, precisamente a de (nós) crianças LGBTs, parto do entendimento de que ela também trata-se de uma invenção social erguida por discursos e práticas institucionais ao longo da história da humanidade. A sexualidade compõe-se de aspectos subjetivos, objetivos e emocionais como os sentidos que damos à amizade, ao amor, ao afeto, à prática sexual, ao gênero, ao prazer e à reprodução. É manifestada com diferentes abordagens, pois também é constituída de referências pessoais como do contexto

social e econômico, do contexto cultural, do contexto familiar, do contexto de valores morais e religiosos e do contexto subjetivo.

O professor universitário francês, homem branco, Michel Foucault (1988) afirma que a sexualidade é um “dispositivo histórico”, devido ao fato de se apresentar de modo heterogêneo em discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, enunciados científicos, no que é dito e não dito. Esses dispositivos, segundo o filósofo, caracterizam a sexualidade como uma invenção social, constituída historicamente a partir de múltiplos discursos que normatizam e criam padrões e verdades. Esses padrões, historicamente foram sendo definidos a partir dos interesses de instituições das sociedades, majoritariamente a heterossexualidade ocupa o local como generalizada e universal, como algo inato ao ser humano. Nesse sentido, espera-se que todos(as) os(as) indivíduos(as) demonstrem em suas infâncias e adolescências o despertar do desejo natural para a heterossexualidade, para concretização do alcance de desejos e parceiros(as) sexuais.

Ao mesmo tempo em que ao longo da história da humanidade e do ocidente um tipo de sexualidade, heterossexual, foi sendo marcada como única possibilidade de experiência, também declarou-se quais são as outras sexualidades desviantes da norma. Essa norma é o que se chama de heteronormatividade, segundo Butler (2018), em que sexo, gênero, sexualidade e desejo estão alinhadas. Logo, o principal alvo dessas políticas e pedagogias da sexualidade são as pessoas não identificadas ou satisfeitas com a heterossexualidade. Precisamente as pessoas Lésbicas, como sendo mulheres que se relacionam com outras mulheres, as Bissexuais, sendo homens e mulheres que se relacionam com ambos e diversas identidades de gênero, as Gays, sendo homens que se relacionam com outros homens, as Transexuais, sendo as pessoas que não identificam-se com a proposição cultural de gênero em seus corpos e nascimentos, e as pessoas Travestis, sendo aquelas que rompem com as categorias binárias de gênero. A principal organização LGBT do Brasil, a Associação Nacional LGBTI, lançou o Manual de Comunicação LGBTI+ em 2018 onde há descrições conceituais racionalizadas por pares da população LGBT na intenção de qualificar melhor suas experiências identitárias de sexualidade:

Nesse manual, Lésbica refere-se a: “Mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/ gênero (cis ou trans). Não precisam ter

tido, necessariamente experiências sexuais para se identificarem como lésbicas” (REIS, 2018, p. 23). Bissexual: “É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. O termo “Bi” é o diminutivo para se referir a pessoas bissexuais” (REIS, 2018, p.21). Gay “é a pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais para se identificarem como gays” (REIS, 2018, p. 22). Transexual é uma “pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. As pessoas transexuais podem ser homens ou mulheres, que procuram ou não adequar-se a padrões binários de gênero” (REIS, 2018, p.30). E Travesti “é uma construção de gênero feminino oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal através dessa identidade. [...] o termo possui um teor político de ressignificação do que foi criado como pejorativo” (REIS, 2018, p. 31).

No corpo infantil, a sexualidade é ativada a partir da identidade de gênero especulada pelos discursos às crianças, ela revela-se em toda tentativa de assimilar a elas que um relacionamento afetivo-sexual benquisto e permitido é com o(a) colega/amigo(a) do gênero oposto. Daí que iniciam-se os episódios das famosas interrogações: “E as namoradinhas?”, “E o namoradinhos?”. Essas repetidas investidas e demarcações de expectativa de comportamentos é processualmente naturalizada e aceita por aquelas crianças que não reconhecem problemas em satisfazer-se nessa perspectiva de sexualidade a partir de suas subjetividades. O problema está justamente sob os sentidos que as crianças não-heterossexuais ou não-heterossexualizadas, constroem sobre si e seus sentimentos que muitas vezes não possui nome, mas existe.

Nesse sentido, todas as crianças possuem diferentes condições ao viverem suas infâncias, mas encontram comumente em nosso mundo ocidental elementos constitutivos de suas identidades como o gênero e a sexualidade, projetando que suas posturas públicas e subjetivas serão binarizadas, feminilizadas, masculinizadas e heterossexuais. E é nesse contexto de reconhecimento e formação identitária que as crianças LGBT revelam suas resistências aos limites que esbarram em suas próprias vidas. Uma das instituições responsáveis em demarcar esses limites, é a escola, onde se encontram as crianças não-LGBT e as LGBT, todas apre(e)ndendo referências sobre suas sexualidades.

Como me propus a dialogar com os conhecimentos evidenciados de sua origem sob a realidade, exemplifico essa especulação entre gênero e sexualidade na infância com um objeto pessoal, visualiza-se em imagem (fotografia 06) e em descrição para as pessoas cegas ou com dificuldade de visão retratarem:

FOTOGRAFIA 06: Hey! Mulheres, cheguei, Guilherme Rafael Portela



Fonte: Acervo do autor (2022)

Trata-se de um enfeite de porta para maternidade ou quarto de bebê, redondo, feito de tecido, branco ao centro e azul nas extremidades, apresentando a seguinte frase ao centro: “Hey! Mulheres, cheguei, Guilherme Rafael Portela”. Esse presente foi uma expectativa pública sobre meu corpo, meu gênero e minha sexualidade, a mensagem é óbvia, avisar as “mulheres” de que eu havia nascido, com a intenção de que possivelmente relacionemo-nos, ambos inscritos na heterossexualidade. Desse objeto, o que se percebe é a materialidade do discurso heteronormativo sobre a infância, evidenciando ser uma construção social que

embora incisiva não é eficaz, já que o bebê que avisou as mulheres sobre seu nascimento construiu-se como uma bichona, um sujeito homossexual.

Toda essa (re)pressão ao corpo cria, a partir das expressões subversivas à regra heteronormativa, resistências, sentidas e vividas por meio de situações de preconceito, discriminação e violência. Quando referem-se à subversão entre gênero e sexualidade, o alvo principal de uma sociedade heteronormativa é a população LGBT, a qual resiste à heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2018), que fere sua existência.

Essas resistências resultaram na constituição do movimento popular e social da população LGBT, que tem como princípio a erradicação da LGBTfobia. O professor universitário brasileiro, homem branco Iran Ferreira de Mello (2016), colabora na fundamentação de um histórico do movimento LGBT no mundo. O pesquisador registra que um dos principais acontecimentos da construção do movimento atualmente reconhecido como LGBT deu-se em 1969 nos Estados Unidos, em um bar chamado The Stonewall Inn (NY), em que dois detetives do sexto distrito policial de Manhattan (EUA) invadiram o estabelecimento constrangendo e humilhando os(as) frequentadores LGBT. Essa perseguição ao bar e às pessoas LGBT já era comum, mas nesse dia elas enfrentaram os policiais e foram conquistando apoio dos populares a volta, que também rebelaram-se contra a polícia estadunidense.

A partir de então muitas vozes de resistência foram ouvidas ao redor do mundo, em nosso país, algumas datas demonstram os reflexos dessas alvoradas de esperança. No ano de 1978 foi publicada a primeira edição do jornal *Lampião da Esquina*, um jornal com temática exclusiva da comunidade LGBT no Brasil, em 1980 aconteceu a 1ª Parada do Orgulho LGBT na cidade de São Paulo, nesse mesmo ano também foi criado o Grupo Gay da Bahia, um dos coletivos mais reconhecidos como fonte de dados sobre violência contra a população LGBT. Em 1981 foi criado o Grupo de Ação Lésbica Feminista, responsável pela publicação do jornal *ChanaComChana* que tinha o intuito de combater a invisibilidade lésbica dentro do movimento.

No ano de 1985 o Conselho Federal de Medicina foi pressionado pelos movimentos e retirou a homossexualidade da sua lista de doenças, cinco anos antes da Organização Mundial da Saúde fazer sua retirada. Em 1999 o Conselho Federal de Psicologia proibiu o tratamento de reversão sexual. Em 2011 o Supremo Tribunal

Federal (STF) aprovou a união estável homoafetiva. Em 2008 o Sistema Único de Saúde começou a ofertar o tratamento de identificação de gênero. Em 2016 foi permitido o uso do nome social de pessoas transexuais e travestis, mas apenas em 2018 o STF autorizou a mudança de nomes diretamente nos cartórios de registro e em 2019 o STF equiparou o crime de racismo ao de homotransfobia.

Ao longo desses anos o movimento LGBT já foi identificado como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) sigla que foi mantida até o início do século XXI no Brasil, após, em 2004, foi realizada em Brasília e 1ª Conferência Nacional GLBT, em que a nomenclatura da sigla do movimento foi alterada para a de seu título e em 2011 com a realização da 2ª Conferência Nacional LGBT que foi votado pelos participantes do país todo, a representação da sigla do movimento nessas letras e nessa ordem. Atualmente, outras inserções de identidades de gênero e/ou sexualidade têm sido feitas por alguns movimentos ou produções científicas, como é o caso de LGBT+, LGBTQ, LGBTQI, LGBTQIA, LGBTQIA+. O acréscimo dessas novas letras na contemporaneidade representam: Q: identidade Queer (corpos que não se identificam com o binarismo de gênero, no Brasil nossa sincronia conceitual é Travesti); I: Intersexuais (pessoas que nascem com duas genitálias diferentes e são submetidas a cirurgias sexuais ao nascimento, daí a demanda da população); A: Assexuais (pessoas sem interesse em relações afetivo-sexuais) e o “+” é o agregamento de Q, A, I e de outras identidades que agregam-se por demandas de gênero e sexualidade.

Para essa esta pesquisa, escolhi investigar as infâncias escolares da população LGBT, fazendo referência à deliberação nacional da última Conferência Nacional LGBT (2011). Portanto, ao dissertar sobre os conceitos que constituem as crianças LGBTs, infância, gênero e sexualidade, busco conceituar essas infâncias para que possa(mos) pensá-las dentro do campo da educação e da escola.

Entendo que as crianças LGBTs são aquelas que em suas expressões de gênero ousam romper com os princípios da feminilidade, da masculinidade e da heterossexualidade, das meninas que enxergam a possibilidade de gostarem de brincar com outros meninos, de jogarem futebol, de negarem adereços femininos que não as fazem bem. Dos meninos que arriscam suas vidas ao se afastarem de um projeto de masculinidade que não contempla seus corpos expressivos, dançantes, afeminados. São crianças caracterizadas pelas teimosias que reagem contra as ordens da heteronormatividade, que buscam descobrir suas próprias

tentativas de construção de identidade, com a permissão metafórica de ir do rosa ao azul, do azul para o rosa. São meninas e meninos que não sabem o nome do sentimento que possuem, mas sabem sobre aquilo que sentem. As crianças LGBTs são aquelas que possuem infâncias mal-ditas, que são cobradas a exercer um papel performático que não adaptam-se aos seus corpos, que os mutila, os constrange, os faz sentir medo, os fazem pensar em desistir da própria existência.

As crianças LGBT são, em suma, as que subvertem as normas de gênero e de sexualidade, projetadas sobre suas vidas pelos discursos da sociedade, da saúde, da família e da escola. E por falar em escola, essas crianças, assim como todas as demais no Brasil, possuem a garantia de acesso à educação a partir dos quatro anos de idade na Educação Infantil, ou seja, são crianças que (r)existem pelos corredores das escolas, crianças que não virão, mas que já estão e precisam ser respeitadas em suas expressões e subjetividades, por isso minha preocupação epistemológica sobre esse tema.

Sobre essas crianças que atentam contra o tabu, os pesquisadores brasileiros, João Paulo de Lorena Silva e Marlucy Alves Paraíso, homem e mulher brancos, encontram-se em nossa tentativa de conceituar essas infâncias e crianças já no campo educacional da escola. Ele e ela publicaram:

A criança lacradora, menina tombadora, Maria homem e Maria sapatão, bagunçando as normas de gênero, transgredindo o currículo e apontando para outros possíveis. [...] os infantis-queer são capazes de efetuar no currículo um 'devir-criativo' que permite a construção de novas formas de relação e um 'devir-transviado' que afeta e contagia todas as crianças. Nisso reside uma possibilidade de resistência importante, que consiste na recusa das formas impostas de subjetividade para meninos e meninas e na construção de outros modos de estar e viver as infâncias no currículo (SILVA; PARAÍSO, 2017, p. 2).

As crianças LGBT nos espaços educacionais tornam-se aquelas que transgridem o gênero e a sexualidade nas expressões de seus corpos, assim como balançam as estruturas curriculares e pedagógicas das suas escolas, como defendem o pesquisador e a pesquisadora. Ao dividirem suas existências na escola, essas crianças confrontam as culturas existentes na comunidade escolar, exigindo direta ou indiretamente transformações dos planejamentos curriculares que agreguem discussões que promovam os direitos humanos, assim como requerem revoluções pedagógicas ao apavorar seus professores e professoras com suas

bonitezas singulares. Essas crianças criam resistências na escola por deixar nítido o despreparo, a falta de formação e/ou a fragilidade da inclusão e da democracia no processo de ensino e aprendizagem.

A professora universitária brasileira, mulher branca, Guacira Lopes louro contribui ao alegar os riscos que as crianças LGBT vivem ao transgredirem os limites destinados aos seus gêneros e sexualidades, ela afirma:

Aqueles e aquelas que transgredirem as fronteiras de gênero ou sexualidade, que as atravessem ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados 'próprios' de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes. Tal como atravessadores ilegais de territórios, como migrantes clandestinos que escapam do lugar onde deveriam permanecer, esses sujeitos são tratados como infratores e devem sofrer penalidades. Acabam por ser punidos, de alguma forma, ou, na melhor das hipóteses, tornam-se alvo de correção. Possivelmente experimentarão o desprezo ou a subordinação. Provavelmente serão rotulados (e isolados) como 'minorias'. Talvez sejam suportados, desde que encontrem seus guetos e permaneçam circulando nesses espaços restritos. Já que não se ajustaram e desobedeceram as normas que regulam os gênero e as sexualidades, são considerados transgressores e, então, desvalorizados e desacreditados. Uma série de estratégias e técnicas poderá ser acionada para recuperá-los: buscando curá-los, por serem doentes, ou salvá-los por estarem em pecado; reeducando-os nos serviços especializados, por padecerem de 'desordem' psicológica ou por pertencerem a famílias 'desestruturadas'; reabilitando-os em espaços que os mantenham a salvo das 'más companhias' (LOURO, 2020, p.80).

Todas essas marcas, estratégias e técnicas de controle dos corpos que escapam das regras, são os mesmos atos que ocorrem no intramuros da escola quando se tratam das crianças LGBT. É nesse período da infância na escola que as crianças são submetidas a punições, constrangimentos e isolamentos, em atos de insistentes correções sobre o modo como se expressam em seus corpos, em suas comunicações, em seus gestos; são constrangidos(as) pelos castigos que sofreram e sofrem por suas teimosias de sentirem-se realizados como de fato são, identificam-se e satisfazem-se; são isolados como uma técnica de demarcação daquilo que os demais não podem ser, são isolados das brincadeiras que gostam, das filas pelas quais se autoidentificam, dos espaços onde a visibilidade é um problema quando não há criticidade e a amorosidade pedagógica.

O que vivi, vivemos, li, estudei, citei e descrevi sobre as infâncias escolares das crianças LGBT demonstram que as discussões epistemológicas caminham



corajosamente mesmo que em poucos passos. Contudo o que encontramos intensivamente neste descaminho científico foram depoimentos, narrativas e relatos de outras crianças LGBT que não viveram sequer alguma experiência saudável e ética em sua escolarização na infância, o que descobri é que essas crianças estão emergindo nas escolas, na sociedade, na produção científica e precisam ser racionalizadas para serem reconhecidas, legitimadas, respeitadas, ouvidas e amadas por seus professores e suas professoras.

Elaborei as duas próximas partes do estudo buscando transparecer o meu descaminho investigativo para consolidação de uma Revisão de Literatura, assim como apresento em seguida o conteúdo e a análise das obras selecionadas, suas amplitudes e limites epistemológicos acerca da Infância Escolar das crianças LGBTs.

## **CAMINHOS INVESTIGATIVOS: UM DESCAMINHO PANDÊMICO SOBRE A VIDA E À PESQUISA CIENTÍFICA**

No ano de 2020, iniciei o terceiro e penúltimo ano da graduação, um ano de grandes expectativas sobre estágios curriculares e início da produção dos nossos TCCs. Em quase dois meses de aulas fui surpreendido, junto de minhas colegas, pelo anúncio da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que o mundo estava vivendo uma pandemia, originada pela contaminação globalizada do novo coronavírus, causador da infecção respiratória COVID19. Uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença, a partir de uma epidemia que surge em uma determinada região e se espalha por diferentes continentes a partir da transmissão entre seres humanos.

Eu e minhas colegas de turma nunca tínhamos ouvido esse termo, embora na história da humanidade esta não fosse a primeira pandemia, já que foram registrados as seguintes situações pandêmicas segundo a Fundação Oswaldo Cruz (2021): Peste do Egito (430 a.C.) com a febre tifoide, Peste Antonina (165-180) com a varíola, Peste de Cipriano (250-271) com varíola e sarampo, Peste de Justiniano (541) com a peste bubônica, Peste Negra (1300) com a peste bubônica e a Gripe Espanhola (1918-1920) com o vírus Influenza H1N1.

O primeiro registro da COVID19 foi feito pela OMS em Dezembro de 2019 na província chinesa de Wuhan, e aos poucos a doença foi evidenciando seus impactos no organismo humano. As reações mais comuns do vírus são sintomas gripais como febre, tosse, cansaço, perda de paladar ou olfato, sintomas menos comuns são dores de garganta, cabeça, no corpo e diarreia e os sintomas graves são a dificuldade de respirar, perda da fala, mobilidade ou confusão psicológica. O principal fator que exigiu, e exige, a busca por atendimento médico é a dificuldade de respirar causada pela infecção nos pulmões que resulta na fibrose pulmonar causada pela cicatrização e lesão do tecido pulmonar. Ela “engrossa” o tecido que envolve os alvéolos comprometendo a respiração, impedindo a normal passagem de oxigênio para a corrente sanguínea.

O primeiro registro de contaminação do vírus no Brasil foi confirmado pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, em um homem de 61 anos que voltou de uma viagem à Itália, considerado um dos primeiros centros epidêmicos da doença. Já a primeira morte foi a de uma mulher no Rio de Janeiro

com 63 anos de idade e que trabalhava com limpeza doméstica, contaminada pela exposição ao vírus transmitida pela patroa que voltou de uma viagem à Itália. Desde março de 2020 até o início de 2022 foram contaminadas mundialmente 351.831.176 pessoas, com o total de 5.597.724 de mortes. Em nosso país 24.054.405 brasileiros foram contaminados e 623.370 foram vítimas fatais, (JHONS HOPKINS UNIVERSITY MEDICINE, 2022).

Como a doença não tinha investigações científicas e, portanto, nenhum fármaco ou tratamento médico para tratá-la, a principal maneira de conter a contaminação e as mortes que já cresciam nos primeiros meses ainda de 2020, era o isolamento domiciliar e o distanciamento social defendido pela OMS já em Janeiro do ano citado. Nesse sentido, as escolas e universidades do mundo e do Brasil suspenderam suas aulas presenciais, na UEPG minhas aulas que ocorriam em modo presencial foram suspensas em 17 de Março de 2020 pelo Conselho Universitário, que compunha como representante discente.

O sentimento que vivi a partir de Março de 2020 foi o de permanente instabilidade, insegurança, medo, estresse, ansiedades, pânicos e depressões. Ninguém possuía experiência para viver e manter-se vivo em um cenário pandêmico, ninguém sabia quanto tempo viveríamos em isolamento domiciliar, com as aulas suspensas para todas as etapas da educação básica e do ensino superior. Em um primeiro horizonte esperançoso, viveria(mos) pouco mais de um mês até um retorno a uma vida em cenário socioambiental regular. Eu e todos(as) nos enganamos. Mas nessas inseguranças, o mundo já ouvia pela primeira vez a possibilidade de ser criada uma vacina que combatesse os impactos do contágio e dos sintomas. Daí outra dúvida central: quando teríamos vacinas? Quando e quanto seríamos imunizados? Quanto e qual potencial a vacina teria para o controle da pandemia?

Enquanto isso, e na condição de estudante, vivia(mos) duas situações paralelamente: a do início do crescimento do discurso e da prática negacionista à ciência pelo governo federal do presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) e a dos estudos no Conselho Universitário da UEPG para implantação de um modelo alternativo de ensino, um que contemplasse a necessidade do isolamento social.

A primeira situação permanece como uma política de governo, um negacionismo que custou e custa a saúde da população brasileira a partir de afirmações presidenciais como: “Trata-se de uma gripezinha”, “Superdimensionado

poder de destruição do vírus por questões econômicas”, “Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada”, “Eu não sou coveiro”, “E daí, quer que eu faça o que?”, “Pessoas de direita tomam Cloroquina e de esquerda Tubaína”, “A gente lamenta todos os mortos mas é o destino de todo mundo”, “É como uma chuva, vai atingir você”, “Temos que parar de sermos um país de maricas” e “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso<sup>6</sup>”. Toda essa concepção sobre a ciência e os impactos da pandemia nortearam, já que Bolsonaro aliava-se ao ideário estadunidense do presidente Donald Trump (Republicanos), as políticas de governo em “combate” à pandemia.

Isso acarretou a mudança de quatro Ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (demitido em 16 de Abril de 2020 após discordar de Bolsonaro pelo uso do medicamento Cloroquina), Nelson Teich (renunciou ao cargo em 15 de Maio de 2020 após divergências com Bolsonaro sobre o uso da Cloroquina e do isolamento domiciliar) e Eduardo Pazuello (exonerado em 24 de Março de 2021 por pressões políticas de parlamentares bolsonaristas) foram os primeiros, renunciados ou afastados por discordarem da maneira com que o presidente agia diante da pandemia, até a chegada de Marcelo Queiroga, último Ministro nomeado até o início de 2022.

A concepção negacionista sob a pandemia não apenas rodou a cadeira do Ministério da Saúde, mas também concretizou políticas como: o uso de apenas 29% do tesouro público disponibilizado para o combate ao coronavírus, mais de 5,6 bilhões de reais, como apontou uma investigação do Conselho Nacional de Saúde, a crise de compra e distribuição de oxigênio, especialmente ao estado de Manaus, novo protocolo para permitir a prescrição de cloroquina para tratamento da COVID19, recusa de 37 e-mails da empresa Pfizer, produtora de uma das vacinas disposta a vender ao Brasil, sabotagem do valor de R\$600 reais do auxílio emergencial, conquistado pela força legislativa das esquerdas, em contrapartida aos R\$200 defendidos na oferta das direitas e do governo federal, redução de 35 bilhões

---

<sup>6</sup> GRIPEZINHA, País de maricas: as frases de Bolsonaro sobre a pandemia. **Estado de Minas**. Rio de Janeiro, 19 jun. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/19/interna\\_politica,1278492/gripe-zinha-pais-de-maricas-as-frases-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/19/interna_politica,1278492/gripe-zinha-pais-de-maricas-as-frases-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia.shtml). Acessado em: 14 jan. 2022.

do orçamento anual de 2021 para o Ministério da Saúde, negação da distribuição de água potável e materiais de higienização aos povos indígenas, ocultação dos dados sobre a contaminação e morte pela doença, dentre outros fatos.

Vivia(mos) um caos, não podia(mos) ir às ruas gritar contra os mandos e desmandos da política bolsonarista. Estava(mos) sem amparo, sem um governo responsável pelo seu povo, sem esperança de superarmos as tragédias trazidas pela pandemia.

Ao passo que vivia(mos) cada uma das decisões anti-ciência de Bolsonaro, a Universidade estudava a possibilidade de retomar suas atividades em um ensino remoto a partir do uso de tecnologias da informação e comunicação. Em outras palavras, a realização de um ensino virtualizado em salas de aulas digitais com o uso de computadores, notebooks, celulares e internet. Minha maior teimosia, enquanto movimento estudantil, no espaço do Conselho Universitário, foi a necessidade de averiguar as condições sociais, financeiras, estruturais e emocionais dos(as) estudantes para uma retomada das aulas em formato tecnológico.

Foram dias planejando, publicizando, organizando e refletindo sobre dados coletados em duas grandes pesquisas que realizei e apresentei ao Conselho, com a participação de quase cinco mil estudantes do total de oito mil. Ficou claro, que daquele pouco mais de 50% dos estudantes, centenas precisavam de computadores, celulares e internet e milhares não tinham condições estruturais, domésticas, de saúde mental, de gênero e de renda para estudar remotamente na realidade pandêmica. Foram cinco meses exigindo de professores que ocupam cargos administrativos que atendessem as (nossas) demandas estudantis em suas respectivas atribuições de pró-reitorias. Enquanto nós estudantes tentávamos manter nosso frágil elo com o ensino superior, experienciava o egoísmo de muitos servidores públicos, não-estudantes, nas reuniões públicas e transmitidas do Conselho, gente maquiada, bem vestida, com fundos de escritórios com móveis planejados, às vezes com mais de um computador.

Havia uma realidade investigada e descrita sobre a vida dos estudantes, haviam problemas e demandas que a Universidade tinha o compromisso em garantir a permanência dessa comunidade. Era uma luta sangrenta em explicar o óbvio, em explicar como é a lotação de um ônibus do transporte público, de que a Universidade possuía a tarefa de institucionalizar e estruturar o ensino remoto para a garantia de direitos estudantis, que “bom senso” não pode ser critério para

elaboração de decisões no serviço público, que os(as) estudantes viviam novos cenários sobre suas vidas nos termos de trabalho e renda, sobrecarga do trabalho doméstico, com crianças, adultos e idosos com enfermidades e que a falta de equipamentos não poderia ser desconsiderada na decisão de retomada de aulas que exigissem esses equipamentos.

Foi um sufoco. Meses de trabalho para contemplar todas as áreas, setores e cursos em suas particularidades curriculares, de carga-horária e de recursos humanos. Aprovamos, no Conselho, a retomada das aulas em formato remoto e digital para 20 de Julho de 2020, após a homologação da política de permanência estudantil no período do ensino remoto na pandemia do novo coronavírus. Quando retomamos as aulas, estava exausto, sem saúde, sem ânimo e sem expectativas boas sobre o ensino remoto, não por desconfianças sobrenaturais, mas pelas realidades singulares que centenas de estudantes dividiam comigo na intenção de ajudá-los entre as decisões do Conselho.

Trancado em casa, realizando a decisão coletiva da minha candidatura a vereança da Cidade e tendo que cuidar da minha mãe internada com embolia pulmonar, eu transtornei. O sufoco tinha deixado de ser político para ser sentido no meu peito, pela dificuldade em respirar, pelo medo de morrer, pela dificuldade em diagnosticar e tratar um transtorno de ansiedade. Lembro-me ainda da sensação de acordar e respirar regularmente pelo nariz depois de meses respirando custosamente pela boca. Até o momento de publicação deste trabalho, foram oito caixas de antidepressivo, 480 comprimidos ingeridos, um ano aprendendo a reconhecer a saúde mental através da falta dela.

Todas essas circunstâncias me trouxeram também ao descaminho no qual encontro-me nesta pesquisa.

Ao longo da minha experiência de estudante e pesquisador sempre entreguei o melhor de mim, em cada aula, disciplina, trabalho, prova e estágios. As duas primeiras pesquisas que realizei pelo PIBIC foram premiadas em primeiro lugar na área de Ciências Humanas no Encontro Anual de Iniciação Científica (EAIC-UEPG). Sempre tive o sentimento de realização pessoal, profissional e política na produção científica, não seria diferente no planejamento e idealização do meu TCC, entendia que se meu curso não tinha conduzido discussões a cerca de infâncias gêneros e sexualidades, eu tinha o compromisso de deixar à Universidade um trabalho investigativo de campo sobre o tema.

Mas nem tudo ocorreu como previa. A sobrecarga do trabalho formal que tenho em uma escola privada da cidade, atrelada às centenas de trabalhos que são usados para validar altas cargas-horárias no curso em que me formo, as responsabilidades domésticas que tenho cotidianamente e as inseguranças pandêmicas não me permitiram realizar a primeira versão da minha idealização de TCC, produzir um trabalho de campo, de estudos de narrativas com a participação de jovens e adultos LGBTs rememorando sobre suas infâncias escolares. Era a tentativa de construir um Manifesto Autobiográfico, Pedagógico, Político e Amoroso sobre Infâncias de Crianças LGBTs na Escola.

Realizar uma pesquisa concomitante a uma atividade profissional remunerada, sem bolsas exclusivas para a produção científica, foi o principal aspecto que aprendi nesse período sobre a dificuldade de pesquisar com dignidade. Ao mesmo tempo, amadureci relutando, que tentar escrever esse Manifesto pode ser mais digno e qualificado na estrutura curricular e de carga-horária em um Programa de Pós-Graduação em Educação. Mas essa avaliação não inibe a nossa necessidade epistemológica de descobrir como e o quanto as produções científicas têm tratado o tema de Infâncias de Crianças LGBT na escola. Meu descaminho me trouxe, então, à realização de uma Revisão de Literatura do tema, que caracterizo como um estudo introdutório, demarcando que espero ampliar esse estudo em futuras oportunidades acadêmicas.

Fundamentalmente a metodologia de um trabalho científico é a descrição do estudo e das abordagens utilizadas para a construção de um conhecimento, é o percurso a que se escolheu e em que se (des)caminhou durante a pesquisa buscando responder aos objetivos e problemas. O professor universitário brasileiro, homem branco, José Carlos Koche (2011), evidencia que a metodologia deve explicitar as escolhas da investigação, detalhando os principais procedimentos que podem ser apresentados como técnicas e instrumentos de coletas de dados, de forma que um(a) leitor(a) possa tomar ciência do roteiro utilizado, dos elementos que se julgem como preciosos para a compreensão, identificação e avaliação da obra, como realizo ao longo desta parte do estudo.

O objetivo geral da pesquisa foi sendo alterado ao longo do descaminho pandêmico e teórico-metodológico, resultando para esse trabalho como: Mapear e discutir as produções científicas das Infâncias Escolares de Crianças Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT). Esse objetivo geral foi delimitado

em lugar e público de investigação. Objetivamente me refiro ao compromisso em mapear o alcance das produções científicas das infâncias da população LGBT na escola. Quanto ao espaço selecionado como campo de investigação deve-se pela minha área de formação, a Licenciatura em Pedagogia e pela professora orientadora do trabalho, a Licenciatura em Ciências Biológicas, ambos possuímos como campo de estudo e trabalho a escola. Nesse sentido, quero verificar quais as potencialidades teóricas que as investigações sobre a infância escolar da população LGBT alcançam. E a cerca do público investigado, elegi a população LGBT por representar historicamente um grupo marginalizado pela sociedade diante dos fenômenos de gênero e sexualidade, aliados a raça, etnia e classe, corpos que são apontados e corrigidos desde a infância na escola, como relato.

A Revisão de Literatura é uma categoria de trabalho científico que busca o balanço de produção e estado do conhecimento, é um tipo de pesquisa que visa reconhecer a construção de conhecimentos de um determinado tema, neste caso, as Infâncias Escolares das crianças Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT). Os objetivos desse tipo de pesquisa é analisar os referenciais teóricos encontrados por buscas em bancos indexadores de produções científicas. Alguns questionamentos são centrais para esse tipo de investigação, como: Quem são os(as) autores(as)? Quais lacunas existem entre os estudos já desenvolvidos? Quanto se investigou nessa área? Qual a espacialidade que originou os trabalhos? Quais os objetivos? Metodologias ou Caminhos Investigativos? Referenciais teóricos?

A principal fonte teórica para a construção de um método de busca, seleção, organização e reflexão de trabalhos científicos foi o artigo: As pesquisas denominadas do tipo “Estado Da Arte” em Educação das cientistas Joana Paulin Romanowski, pedagoga brasileira, mulher branca e Romilda Teodora Ens pedagoga brasileira, mulher branca, publicado pela Revista Diálogo Educacional no ano de 2006. Para as autoras, a princípio, a Revisão de Literatura é uma qualidade de trabalho em que se busca oportunizar visões gerais da produção da área e revelam a quem interesse o panorama dessas pesquisas, suas características, focos e lacunas (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Para que a consolidação de uma Revisão de Literatura seja possível, alguns elementos são fundamentais às pedagogas, tais como definir descritores, localizar bancos indexadores de obras bibliográficas, critérios de seleção do material



encontrado, leitura, análise e síntese considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, a metodologia/caminhos investigativos e os resultados conclusivos, e organizar a sistematização das sínteses destacando suas tendências epistemológicas e de produção.

Para atender a esses elementos supracitados, considerei como descritores os termos “Criança”, “Infância”, “Educação” e “Escola” somados a: “Lésbica”, “Gay”, “Bissexual”, “Travesti”, “Transexual”, “Trans” e “LGBT”. Cada um desses foi selecionado para atender aos princípios do tema em investigação, o período biopsicossocial da vida humana: Infância e Criança, sendo dois substantivos complementares por representarem respectivamente um fenômeno social e a categoria nominal dessa população. Para concentrar a investigação em minha área de estudo, os termos: Educação e Escola, substantivos também correlacionados que poderiam auxiliar ao encontro de trabalhos relevantes, por representarem o eixo de pesquisa das ciências humanas e outro o campo de trabalho e investigação. E para efetivamente encontrar esses conceitos interligados na relação de vida e de escolarização da população investigada, pesquisei individualmente, acrescido aos outros dois supracitados, os descritores: Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Trans e LGBT. Justifico do penúltimo, que o inseri por reconhecer que os estudos da população LGBT+ apresentam repetidamente a abreviatura “trans” para referir-se a Transexual, Transexuais e/ou até mesmo para Travestis, embora tenham sentidos diferentes de representação. Mas de fato, o que ansio com esse número expandido de descritores, escolhidos rigidamente, é de poder encontrar percentuais e qualidades referentes ao tema de pesquisa para edificar o mapeamento da revisão de literatura: a infância escolar das crianças LGBTs.

Para colaborar na compreensão da busca, exemplifico os descritores submetidos em cada caixa de pesquisa das plataformas utilizadas (quadro 01). Cada termo foi acrescido a outros dois para promover uma busca afunilada sobre o tema, na primeira coluna inseri os termos da área e do campo que investigo, a Educação e a Escola, somados aos termos que representam o período biopsicossocial em exame: Infância e Criança e por fim incorporado o termo de representação populacional LGBT: Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Trans e LGBT. Desse modo:

QUADRO 01 - Mostra exemplar da pesquisa dos descritores

<b>Termo de campo investigação</b>	<b>Área e de</b>	<b>+</b>	<b>Termo representação período biopsicossocial</b>	<b>de de</b>	<b>+</b>	<b>Termo representação populacional LGBT</b>	<b>de</b>
Educação		+	Criança		+	Lésbica	
Educação		+	Infância		+	Lésbica	
Escola		+	Criança		+	Lésbica	
Escola		+	Infância		+	Lésbica	

Fonte: Organização do autor (2022)

Cada uma dessas buscas segregadas por cada linha do quadro acima gerou um resultado único em quantidade e qualidade, e que ao passar por uma leitura atenta quanto aos títulos e aos conteúdos, transformaram-se em outras quantias, com qualidades relevantes ao tema. Essa descrição detalhada será brevemente exposta, já que outros elementos necessários a uma pesquisa de Revisão de Literatura, argumentados por Romanowski e Ens (2006) precisam ser declarados.

Os critérios da seleção dos trabalhos que compõem essa Revisão de Literatura passaram por uma rígida e exclusiva leitura de seus títulos e de seus conteúdos na íntegra. Assim que os descritores geraram os resultados da busca nas plataformas logo indicadas, visualizei desde a quantia zero, até a casa dos milhares, como foram na plataforma de Dissertações e Teses. Especificamente nos casos de milhares de obras, as pesquisas listadas pelos logaritmos das plataformas elencaram trabalhos que nem em seu título, nem em seu conteúdo apresentavam algo relacionado ao tema. Por isso, tive de pesquisar cada uma das páginas que carregavam os milhares de trabalhos, com a variante do tempo em aberto/vazio, ou seja, quis verificar, catalogar e analisar todos os trabalhos relativos ao tema escritos e publicados em qualquer década ou milênio.

Outro critério foi o foco em trabalhos que em seu conteúdo apresentassem menções, reflexões ou conceitos sobre e para as infâncias e/ou crianças LGBT em espaços escolares. E como já anunciado, busquei entre as ferramentas de pesquisa que cada plataforma oferece, a seleção dos trabalhos exclusivos da nossa grande Área de conhecimento, as Ciências Humanas e da área de conhecimento Educação, sendo esse último a seleção para outras ferramentas de busca como: avaliação, nome do programa de pós-graduação ou área de concentração.

Quanto aos bancos indexadores de bibliografias, dediquei-me em apurar as publicações de tipo Artigo na Plataforma Scientific Electronic Library Online (SCIELO) ([www.scielo.br](http://www.scielo.br)) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>). Assim como me debrucei em estudar as Dissertações e Teses dos programas de pós-graduação em Educação indexadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ([www.bancodeteses.capes.gov.br](http://www.bancodeteses.capes.gov.br)). Dessa busca e da análise do conteúdo dos trabalhos listados pelas plataformas, alcancei diferentes resultados em suas respectivas buscas, os quais detalho no quadro 02. Iniciei a busca na plataforma de artigos científicos SCIELO, seguido do Portal de Periódicos da CAPES.

QUADRO 02 - Resultados da busca por artigos na Plataforma SCIELO

(continua)

<b>Descritores</b>	<b>Resultado total de artigos</b>	<b>Resultado final da análise do conteúdo dos artigos</b>
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + LÉSBICA	0	0
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + LÉSBICA	0	0
ESCOLA + CRIANÇA + LÉSBICA	0	0
ESCOLA + INFÂNCIA + LÉSBICA	0	0
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + GAY	0	0
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + GAY	0	0
ESCOLA + CRIANÇA + GAY	0	0
ESCOLA + INFÂNCIA + GAY	0	0
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + BISSEXUAL	0	0
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + BISSEXUAL	0	0
ESCOLA + CRIANÇA + BISSEXUAL	0	0
ESCOLA + INFÂNCIA + BISSEXUAL	0	0
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + TRANSEXUAL	0	0
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + TRANSEXUAL	0	0

## QUADRO 02 - Resultados da busca por artigos na Plataforma SCIELO

(continuação)

ESCOLA + CRIANÇA + TRANSEXUAL	0	0
ESCOLA + INFÂNCIA + TRANSEXUAL	0	0
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + TRANS	0	0
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + TRANS	1	1
ESCOLA + CRIANÇA + TRANS	0	0
ESCOLA + INFÂNCIA + TRANS	1	1
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + TRAVESTI	0	0
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + TRAVESTI	0	0
ESCOLA + CRIANÇA + TRAVESTI	0	0
ESCOLA + INFÂNCIA + TRAVESTI	0	0
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + LGBT	0	0
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + LGBT	0	0
ESCOLA + CRIANÇA + LGBT	0	0
ESCOLA + INFÂNCIA + LGBT	0	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + LÉSBICA	0	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + GAY	0	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + BISSEXUAL	0	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + TRANSEXUAL	0	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + TRANS	0	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + TRAVESTI	0	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + LGBT	0	0
<b>Total de artigos encontrados</b>		2
<b>Total de artigos encontrados relevantes ao tema</b>		1
<b>Total de artigos encontrados relevantes e sem repetição</b>		1

Fonte: Organização do autor (2022)

Nessa primeira busca, visualizei um cenário que já hipotetizava, uma baixa produção de artigos publicados sobre nossas crianças e infâncias escolares LGBT. Obtive com a quantia de um único trabalho nos descritores “Educação + Infância + Trans” e “Escola + Infância + Trans”, essa única obra foi listada pela plataforma nas

duas seleções de descritores, trata-se do trabalho “A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental” publicado pela Revista Latino Americana de Enfermagem em 2021 e escrito pelas pesquisadoras brasileiras Francisca Vilena da Silva, Renata Dantas Jales, Ivoneide Lucena Pereira, Luana Rodrigues de Almeida, Jordana de Almeida Nogueira e Sandra Aparecida de Almeida.

Ao pesquisar obras pelos descritores elencados, questioneimei-me: Será possível responder ao objetivo geral se pesquisar apenas os descritores do período biopsicossocial atrelado ao termo populacional LGBT? Ao refletir, concluí que essa nova busca poderia me levar ao encontro de trabalhos relevantes, não excluindo a área e campo de trabalho e investigação, mas ampliando a possibilidade de verificar trabalhos que possam ter explorado a infância das crianças LGBTs também nos espaços escolares, mas que por uma decisão autoral, teórica e de objetivos não tiveram como foco principal a educação ou a escola. Em outras palavras, focamos em apresentar os trabalhos que apresentaram a seguinte consideração: se em seu conteúdo apresentam menção, recorte, parte ou investigação sobre as Infâncias das Crianças LGBTs na escola, está contemplando nosso objetivo.

Nossa segunda busca foi na plataforma do Portal de Periódicos da CAPES, seguindo as mesmas sequências já estabelecidas (quadro 03).

QUADRO 03: Resultados da busca por artigos na Plataforma Portal de Periódicos da CAPES

(continua)

<b>Descritores</b>	<b>Resultado do total de artigos</b>	<b>Resultado final da análise do conteúdo dos artigos</b>
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + LÉSBICA	456	7
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + LÉSBICA	227	9 (sendo 7 repetidos)
ESCOLA + CRIANÇA + LÉSBICA	412	9 (todos repetidos)
ESCOLA + INFÂNCIA + LÉSBICA	207	7 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + GAY	630	1 (repetido)
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + GAY	356	1 (repetido)
ESCOLA + CRIANÇA + GAY	603	1 (repetido)

QUADRO 03: Resultados da busca por artigos na Plataforma Portal de Periódicos da CAPES

(continuação)

ESCOLA + INFÂNCIA + GAY	319	1
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + BISSEXUAL	246	3 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + BISSEXUAL	128	3 (todos repetidos)
ESCOLA + CRIANÇA + BISSEXUAL	220	3 (todos repetidos)
ESCOLA + INFÂNCIA + BISSEXUAL	113	3 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + TRANSEXUAL	281	8 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + TRANSEXUAL	152	7 (todos repetidos)
ESCOLA + CRIANÇA + TRANSEXUAL	254	7 (todos repetidos)
ESCOLA + INFÂNCIA + TRANSEXUAL	142	6 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + TRANS	1314	4 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + TRANS	659	2 (sendo 1 repetido)
ESCOLA + CRIANÇA + TRANS	1243	2 (todos repetidos)
ESCOLA + INFÂNCIA + TRANS	613	2 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + TRAVESTI	76	4 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + TRAVESTI	52	4 (todos repetidos)
ESCOLA + CRIANÇA + TRAVESTI	72	4 (todos repetidos)
ESCOLA + INFÂNCIA + TRAVESTI	47	3 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + LGBT	219	5 (todos repetidos)
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + LGBT	109	6 (todos repetidos)
ESCOLA + CRIANÇA + LGBT	196	3 (todos repetidos)
ESCOLA + INFÂNCIA + LGBT	93	4 (todos repetidos)
CRIANÇA + INFÂNCIA + LÉSBICA	156	5 (todos repetidos)
CRIANÇA + INFÂNCIA + GAY	203	6 (todos repetidos)
CRIANÇA + INFÂNCIA + BISSEXUAL	79	4 (todos repetidos)
CRIANÇA + INFÂNCIA + TRANSEXUAL	92	7 (todos repetidos)
CRIANÇA + INFÂNCIA + TRANS	693	6 (todos repetidos)
CRIANÇA + INFÂNCIA + TRAVESTI	49	4 (todos repetidos)
CRIANÇA + INFÂNCIA + LGBT	84	5 (todos repetidos)

QUADRO 03: Resultados da busca por artigos na Plataforma Portal de Periódicos da CAPES

(conclusão)

<b>Total de artigos encontrados</b>	10795
<b>Total de artigos encontrados relevantes ao tema</b>	155
<b>Total de artigos encontrados relevantes e sem repetição</b>	11

Fonte: Organização do autor (2022)

No Portal de Periódicos da CAPES encontrei um vasto número de publicações a partir dos descritores, então tive o trabalho de passar um “pente fino”, como diriam na minha vila, entre os títulos, resumo e conteúdo de cada artigo. Dessa varredura encontrei um número reduzido diante do total, esse fato deve-se a plataforma elencar trabalhos que incluíam um dos descritores em seus assuntos ou títulos, mas não apresentavam inter-relações entre os demais. No fim dessa busca por artigos, conquistei 1 artigo na Plataforma SCIELO e 11 artigos no Portal de Periódicos da CAPES, esse último apresentou 155 vezes repetidas os artigos nos descritores utilizados. A repetição deles é apresentada no quadro 03 com o número total de artigos seguido do número total dos artigos repetidos, encontrados por descritores anteriores.

Como o objetivo principal é mapear e discutir as produções científicas das Infâncias Escolares de Crianças LGBT, entendi como irrelevante organizar e expor quais trabalhos se repetiram em cada descritor, já que sua apresentação não representa nenhum aspecto pertinente para nossas reflexões. Sendo assim, exponho abaixo o resultado geral, dos artigos da Plataforma SCIELO e Portal de Periódicos da CAPES, os trabalhos que selecionamos para conhecer e analisar. No quadro 04 destaco os seguintes elementos: o ano em que foram publicados, o título, a autoria, a revista e o link em que estão indexados virtualmente.

QUADRO 04 - Resultado total de artigos publicados sobre Infâncias Escolares de Crianças LGBT

(continua)

QUADRO 04 - Resultado total de artigos publicados sobre Infâncias Escolares de Crianças LGBT

(continuação)

Ano	Título	Autoria	Revista	Link
2012	A experiência transexual: estigma, estereótipo e desqualificação social no intramuros da escola	Denise da Silva Braga	Revista Periferia	<a href="https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/8412">https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/8412</a>
2015	Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização	Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini	Revista Estudos Feministas	<a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38860/29341">https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38860/29341</a>
2016	A (re)invenção de si no entrelaçar das enunciações de gays, travestis e transexuais	Deise Azevedo Longaray e Paula Regina Costa Ribeiro	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	<a href="https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8328">https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8328</a>
2017	Diversidade de gênero na infância e educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)gênero	Sandra Palma Saleiro	Revista ex æquo	<a href="https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/diversidade-de-genero-na-infancia-e-na-educacao">https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/diversidade-de-genero-na-infancia-e-na-educacao</a>
2019	“As brincadeiras denunciavam que eu era uma criança viada”: o gênero “fabricado” na infância	Pedro Paulo de Souza Rios, Alfrancio Ferreira Dias e José Paulo Gomes Brazão	Revista Educação em Questão	<a href="https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/18651">https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/18651</a>
2019	Jovens gays na escola: masculinidades, infância e narrativas	Juliane Costa Silva e Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios	Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica	<a href="https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5968">https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5968</a>
2019	Novas formas de ser: mídia e transexualidade a partir de narrativas de (re) construção identitária	Robéria Nádia Araújo Nascimento	Revista Famecos	<a href="https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/30398">https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/30398</a>
2019	O processo de construção da identidade de gênero e transexualidade: narrativas, trânsitos e diferenças	Aparecido Francisco dos Reis	Interfaces da Educação	<a href="https://periodiconline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/2960">https://periodiconline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/2960</a>
2021	A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental	Francisca Vilena da Silva, Renata Dantas Jales, Ivoneide Lucena Pereira, Luana Rodrigues de Almeida, Jordana de Almeida Nogueira e Sandra Aparecida de Almeida.	Revista Latino-Americana de Enfermagem	<a href="https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/187952">https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/187952</a>



QUADRO 04 - Resultado total de artigos publicados sobre Infâncias Escolares de Crianças LGBT

(conclusão)

2021	Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar	Ana Laura Almeida e Rosângela Rodrigues Soares	Revista Estudos Feministas,	<a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/articler/view/67625">https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/articler/view/67625</a>
2021	Vidas que se cruzam na pedagogia do insulto: uma análise das vivências escolares de pessoas LGBTQIA	Isaias Batista de Oliveira Júnior e Diego Raone Ferreira	EccoS Revista Científica	<a href="https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/11337">https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/11337</a>

Fonte: organização do autor (2022)

Encontrei 12 artigos publicados com alguma menção, depoimento ou reflexão sobre a infância escolar das crianças LGBT, descobri obras desde o ano de 2012 até 2021, um recorte de quase uma década, nove anos, de trabalhos que corajosamente iniciaram um processo de conceituação, documentação, historicidade dessas infâncias na escola. Percebi desse processo investigativo que fui assertivo nas duas escolhas inusitadas, a inserção do descritor “Trans” que me permitiu encontrar outro trabalho relevante e que não foi elencado na pesquisa dos descritores “Transexual” ou “Travesti”. Assim como ao pesquisar individualmente cada um dos termos populacionais LGBT, já que ao pesquisar coletivamente “LGBT” encontrei o maior índice de cinco artigos publicados. Se a busca fosse reduzida a este descritor, certamente a Revisão de Literatura seria mais restrita, encurtada, com um recorte bastante específico e generalista.

Deixando a apresentação das obras para um espaço exclusivo, registro a seguir a busca por outros tipos de produções científicas, as dissertações e teses publicadas pelos programas de pós-graduação em mestrado e doutorado. Nossa base indexadora escolhida foi a do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ser o portal oficial, vinculado ao Ministério da Educação, de indexação das produções de nível de pós-graduação no Brasil. Nessa plataforma há algumas ferramentas de busca que podem afunilar as características dos trabalhos, sendo elas: Tipo (Mestrado ou Doutorado), Ano, Autor, Orientador, Banca, Grande Área de Conhecimento, Área de Conhecimento, Área de avaliação, Área de concentração, Nome do Programa, Instituição e Biblioteca.

Dessas ferramentas deixei em aberto: Tipo, Ano, Autor, Banca, Instituição e Biblioteca, na intenção de viabilizar um maior encontro com as obras e então poder aferir sentidos quanto ao tempo de publicação, autoria e instituições de ensino vinculadas. Mas considerei necessário recortar nosso estudo sobre os seguintes aspectos: Grande Área de Conhecimento em que selecionei a caixa dos trabalhos de “CIÊNCIAS HUMANAS” e “CIÊNCIAS HUMANAS” por ser de fato minha grande Área de Conhecimento, a Área de Conhecimento em que optei pelas opções “EDUCAÇÃO” e “EDUCAÇÃO” já que é o campo epistemológico que trabalho, a Área de Avaliação em que escolhi “EDUCAÇÃO” e “EDUCAÇÃO”, a Área de Concentração em que sobressaí os do eixo “EDUCAÇÃO”, “Educação” e “Educacao” e o Nome do Programa (de pós-graduação) em que apurei os de “EDUCAÇÃO” e “Educação”. Realizei essa terceira busca seguindo os mesmos critérios de seleção das demais, a sequência dos descritores (Termo de Área e campo de investigação + Termo de representação de período biopsicossocial + Termo de representação populacional LGBT) e os critérios epistemológicos quanto ao conteúdo (trabalhos que apresentem menções às infâncias escolares das crianças LGBT), quadro 05.

QUADRO 05 - Resultados da busca por Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado na Plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

(continua)

<b>Descritores</b>	<b>Resultado total de obras</b>	<b>Resultado final da análise do conteúdo das obras</b>
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + LÉSBICA	21.631	1
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + LÉSBICA	21.631	0
ESCOLA + CRIANÇA + LÉSBICA	3.383	1 (repetido)
ESCOLA + INFÂNCIA + LÉSBICA	4.214	2 (sendo todos repetidos)
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + GAY	21.631	2
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + GAY	21.631	0
ESCOLA + CRIANÇA + GAY	3.383	2 (sendo todos repetidos)
ESCOLA + INFÂNCIA + GAY	4.216	1 (repetido)
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + BISSEXUAL	21.631	1

QUADRO 05 - Resultados da busca por Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado na Plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

(continuação)

EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + BISSEXUAL	21.631	1 (repetido)
ESCOLA + CRIANÇA + BISSEXUAL	3.378	1 repetido
ESCOLA + INFÂNCIA + BISSEXUAL	4.210	1 (repetido)
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + TRANSEXUAL	21.631	2
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + TRANSEXUAL	21.631	2 (sendo 1 repetido)
ESCOLA + CRIANÇA + TRANSEXUAL	3.379	3 (sendo 2 repetidos)
ESCOLA + INFÂNCIA + TRANSEXUAL	4.211	1 (repetido)
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + TRANS	3.431	1 (repetido)
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + TRANS	21.631	2 (sendo 1 repetidos)
ESCOLA + CRIANÇA + TRANS	3.431	1 (repetido)
ESCOLA + INFÂNCIA + TRANS	4.266	0
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + TRAVESTI	19.923	0
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + TRAVESTI	21.631	0
ESCOLA + CRIANÇA + TRAVESTI	3.382	0
ESCOLA + INFÂNCIA + TRAVESTI	4.214	0
EDUCAÇÃO + CRIANÇA + LGBT	21.631	0
EDUCAÇÃO + INFÂNCIA + LGBT	21.631	0
ESCOLA + CRIANÇA + LGBT	3.393	0
ESCOLA + INFÂNCIA + LGBT	4.227	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + LÉSBICA	1.202	1 (repetido)
CRIANÇA + INFÂNCIA + GAY	1.201	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + BISSEXUAL	1.195	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + TRANSEXUAL	1.197	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + TRANS	1.260	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + TRAVESTI	1.199	0
CRIANÇA + INFÂNCIA + LGBT	1.212	0

QUADRO 05 - Resultados da busca por Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado na Plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (conclusão)

<b>Total de obras encontradas</b>	315.452
<b>Total de obras encontradas relevantes ao tema</b>	26
<b>Total de obras encontradas relevantes e sem repetição</b>	9
<b>Total de obras relevantes ao tema de Tipo Dissertação</b>	6
<b>Total de obras relevantes ao tema de Tipo Tese</b>	3

Fonte: Organização do autor (2022)

A inspeção dos trabalhos elencados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foi trabalhosa pelo número extraordinário de publicações listadas e apresentadas em páginas contendo apenas 20 obras. Foram milhares de páginas investigadas com a intenção de encontrar algumas que fossem relevantes à pesquisa. Destaco que embora tenha um número na casa dos milhares, a minha seleção (hiper)reduzida de trabalhos deve-se a listagem de obras com temas muito distinto da relação entre os três descritores que queria encontrar. A justificativa para isso é a capacidade da Plataforma em agregar as obras que em algum momento apresentam os descritores em seus títulos ou assuntos, isso me fez visualizar diferentes trabalhos principalmente relativos aos estudos da infância, da escola e da educação, mas que não relacionavam-se às infâncias escolares de crianças LGBT.

Ao todo encontrei trezentos e quinze mil quatrocentos e cinquenta e duas obras (315.452), desse conjunto reencontrei, repetidamente, vinte e seis (26) vezes trabalhos relevantes ao tema. Fechei a inspeção com nove pesquisas que representam seis dissertações e três teses. Mantive a mesma decisão anterior de não expor quantas vezes ou quais foram os trabalhos encontrados repetidamente pela sua irrelevância. Isto posto, anuncio as obras selecionadas evidenciando os elementos: ano de publicação, tipo de obra (Dissertação ou Tese) título, autoria, Universidade vinculada e link onde encontram-se indexadas virtualmente (quadro 06).

QUADRO 06: Resultado total de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado sobre Infâncias Escolares de Crianças LGBT no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

(continua)

QUADRO 06: Resultado total de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado sobre Infâncias Escolares de Crianças LGBT no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

(continuação)

Ano	Tipo	Título	Autoria	Universidade	Link
2015	Dissertação	Por um transpensar os gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas	Ana Leticia Vieira	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	<a href="https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10673">https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10673</a>
2016	Dissertação	“Mentir pra si mesmo é sempre a pior mentira”: a heteronormatividade e na narrativa de trajetória escolar de mulheres lésbicas e bissexuais	Vanini Bernardes Costa de Lima	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	<a href="https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10704">https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10704</a>
2017	Tese	O diabo em forma de gente: (R)Existência de Gays Afeminados, viados e bichas pretas na educação	Megg Rayara Gomes de Oliveira	Universidade Federal do Paraná	<a href="https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605">https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605</a>
2018	Dissertação	A produção da criança trans nas reportagens digitais: um olhar para os espaços educativos família e escola	Ariane Pickersgill Arana	Universidade Federal do Rio Grande	<a href="http://repositorio.furg.br/handle/1/8353">http://repositorio.furg.br/handle/1/8353</a>
2019	Dissertação	A formação das identidades sexuais e de gênero: experiências de estudantes gays no espaço escolar	Diego Viana Borges	Universidade Federal de Pelotas	<a href="http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5646">http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5646</a>
2019	Tese	Cidadanias Precárias: Sujeitos Trans e Educação	Izaque Machado Ribeiro	Universidade Federal de Santa Maria	<a href="https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19488">https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19488</a>
2019	Tese	Lesbianidades, performatizações de gênero e trajetória educacional	Keith Daiani da Silva Braga	Universidade Estadual Paulista	<a href="https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182069">https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182069</a>
2020	Dissertação	“Ninguém quer uma pessoa trans por perto”: escolas como espaços protetivos ou reprodutivos da transfobia	Sara Laham Sonetti	Universidade Federal de São Carlos	<a href="https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13371">https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13371</a>

QUADRO 06: Resultado total de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado sobre Infâncias Escolares de Crianças LGBT no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

(conclusão)

2021	Dissertação	Professores- Psicólogos (Trans)formadores: Narrativas Ético- afetivas de masculinidades fora do cis-tema	Luciano Anchieta Benitez	Universidade Federal de Santa Maria	<a href="https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27">https://repositorio. ufsm.br/handle/1/ 27</a>
------	-------------	--	--------------------------------	---	---

Fonte: organização do autor (2022)

Observei que as pesquisas acima datam do ano de 2015 até 2021, um recorte temporal de 6 anos de estudos publicados. Novamente conclui que acertei em incluir o termo “Trans” como um descritor, na tentativa de encontrar trabalhos referentes a população Transexual ou Travesti, que me oportunizou o encontro de mais uma obra para reconhecimento e análise. Da mesma maneira, acertei em pesquisar individualmente cada um dos termos populacionais LGBT, já que ao pesquisarmos coletivamente “LGBT”, dessa vez, não encontrei nenhum trabalho relevante sobre o tema.

O próximo passo deste descaminho científico é análise dos artigos, das dissertações e teses, seguindo os olhares para: a) Olhar para tempo de publicação e o lugar de produção desses conhecimentos, a região e as Universidades; b) Olhar para as infâncias investigadas - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis ou todas; c) Olhar para os objetivos gerais elencados nas pesquisas; d) Olhar para os caminhos metodológicos de coleta e análise dos dados, e) Olhar para os referenciais teóricos, os principais conceitos e/ou teorizações e os autores(as) explicitados(as) e f) Olhar para os alcances e limites reconhecidos nas pesquisas.

Como eu diria para minhas crianças estudantes da escola em que trabalho, quando está na hora do recreio: Simbora!

## REVISÃO DE LITERATURA DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SOBRE INFÂNCIAS DE CRIANÇAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS (LGBT) NA ESCOLA

Neste parte do estudo o meu compromisso é exibir as obras encontradas e selecionadas para edificarem a nossa Revisão de Literatura, para isso apresento primeiramente os artigos e seus conteúdos e posteriormente as Dissertações e Teses. A apresentação dos trabalhos foi construída com os seguintes critérios: leitura integral do conteúdo de cada uma, síntese do conteúdo incluindo aspectos objetivos, metodológicos, teóricos e conclusivos. Após a apresentação em síntese, traço os seis olhares elencados por meio do (des)caminho investigativo, terceira parte do estudo.

O artigo de Denise da Silva Braga (2012) intitulado “A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola” foi publicado pela Revista Periferia Educação Cultura e Comunicação que pertence ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O objetivo do trabalho é analisar as repercussões das práticas escolares e dos discursos das sexualidades nos sentidos incorporados mediante a experiência de viver a diferença enunciada pelo olhar normalizador das instituições de controle. Para responder ao objetivo e ao problema, a autora enquadra o trabalho como de abordagem qualitativa e utiliza como método de coleta de dados narrativas autobiográficas de três mulheres transexuais. A argumentação teórica tem a contribuição de Judith Butler e Michel Foucault. As infâncias escolares investigadas pela autora são as das três mulheres transexuais, divido um recorte de depoimento:

Eu sempre fui o mais arrumado, tinha o material todo que mãe comprava, estudava, sabia conversar, era o mais queridinho das professoras. As professoras viviam falando: ‘Todo limpinho, todo arrumadinho... Olha que bonitinho que ele é. Vocês deviam seguir o exemplo’. No começo ninguém respondia. Depois começaram a tirar sarro: ‘Cruz-credo! Não quero ficar igual esse viadinho, não’. As professoras primeiro não falavam nada, fingiam que não tinham escutado, mas depois, eu acho que elas começaram a ficar incomodadas. Mandavam os meninos calarem a boca. Eles calavam na hora - na frente da professora - mas depois ferviam a me xingar de mulherzinha, de bichinha, de viado. Eu nunca falei nada, nunca reclamei com a professora, acho que eu já sabia que era verdade. Aí comecei a ficar bem quieto, não queria mais falar na sala, nem mostrava os exercícios, não queria participar de nada (BRAGA, 2012, p.16).

As conclusões da pesquisa e as narrativas coletadas é a de que os sujeitos transexuais produzem suas próprias histórias mesmo que estejam à margem dos discursos socialmente legitimados na escola.

Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini são autoras do artigo selecionado “Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização”, publicado em 2015 pela revista Estudos Feministas, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo do estudo é identificar e problematizar os indícios de desestabilização que a presença de professoras trans provocaria nas escolas em que atuam. A abordagem metodológica é qualitativa com a utilização relatos autobiográficos. O referencial teórico apresenta majoritariamente autores como Judith Butler, Rogério Diniz Junqueira e Guacira Lopes Louro. As infâncias escolares mencionadas nesse trabalho são das pessoas transexuais e travestis, exponho um breve relato, referente ao ensino fundamental 1, quando a participante da pesquisa era uma criança:

Você está levando esse murro por ser mulherzinha, tem que ser homem. Isso aconteceu no meu ensino fundamental. [...] No ensino médio eu fui mais vítima de chacota dos alunos, os meninos abaixavam as calças no meio do corredor para demonstrar os órgãos sexuais, [...] me batiam na hora do intervalo, me xingavam de ‘veadinha’, me chamavam de mulherzinha, e ‘olha a travesti para lá, olha a travesti para cá’ (FRANCO; CICILLINI, 2015, p.338).

As conclusões da pesquisa registram que a vida das pessoas trans e travestis, incluindo o percurso em suas infâncias escolares, é atravessada e constituída por processos de resistência e enfrentamentos constantes na defesa de suas identidades, segundo a autora embora hajam discursos hegemônicos acerca de gênero e sexualidade, a escola é um espaço de “sinais de fissuras da heteronormatividade” (FRANCO; CICILLINI, 2015, p.342).

Deise Azevedo Longaray e Paula Regina Costa Ribeiro elaboraram o artigo “A (re)invenção de si no entrelaçar das enunciações de gays, travestis e transexuais”, publicado na Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação no ano de 2015. O objetivo é investigar a constituição de sujeitos, os quais autoidentificam-se como gays, travestis e transexuais, problematizando algumas enunciações envolvidas nos seus processos de subjetivação. A abordagem metodológica é qualitativa com o uso de narrativas autobiográficas coletadas a partir da História Oral. O referencial teórico inclui Michel Foucault, Guacira Lopes Louro e



Rogério Diniz Junqueira. As infâncias escolares discutidas são de crianças gays, travestis e transexuais, uma participante autoidentificada como transexual lésbica narra:

Na primeira série, eu acabei gostando de uma menina; e eu gostava dela de uma maneira diferente assim, eu gostava dela com o intuito de beijar ela, de namorar, aquela coisa bem inocente de criança mesmo, mas eu também tinha uma admiração por ela, como ela era, a aparência dela (LONGARAY; RIBEIRO, 2015, p. 1421).

Concluem argumentando três cenas enunciativas que atravessam a constituição dos sujeitos, a primeira sendo a explicação da origem de suas identidades desviantes da norma, a segunda pelo desejo pelo(a) outro(a) e a terceira apontam para as identificações e reconhecimentos da identidade de gênero.

Sandra Palma Saleiro possibilitou o encontro ao artigo “Diversidade de Gênero na Infância e Educação: Contributos para uma escola sensível ao (trans)gênero”, publicado pela Revista Ex Aequo em 2017. O objetivo é mapear as dificuldades e desvantagens que se colocam a crianças e jovens com identidades e expressões de gênero diversas no decurso do seu percurso escolar. A abordagem metodológica é qualitativa com a utilização de entrevistas com mais de trinta pessoas transexuais adultas. O referencial teórico inclui majoritariamente Judith Butler. As infâncias escolares investigadas são das crianças transexuais, destaco uma entrevista com um participante autoidentificados como homem transexual:

Eu costumo dizer que, desde que me lembro de mim próprio como pessoa, as minhas primeiras recordações já têm esse mal-estar presente. Que eu creio que coincidiu com a entrada no jardim-de-infância, onde estou num local desconhecido, cheio de crianças e há um sistema educativo que várias vezes impõe a separação dos sexos. Eu aí comecei a perceber que me estavam a colocar numa posição, a quererem que eu tivesse um papel social diferente daquele com o qual eu me identificava mais. Portanto, eu queria estar no grupo dos meninos, quer fosse para a fila para a casa de banho, ou para sair para brincar no recreio, e constantemente estavam-me a pôr no local das meninas (SALEIRO, 2017, p. 156).

A pesquisadora finaliza descrevendo um panorama de estranheza, desamparo e violências no ambiente escolar que, segundo ela, demarca a necessidade de implementar medidas efetivas direcionadas ao combate da transfobia, do sexismo e de estereótipos de gênero.

Pedro Paulo de Souza Rios, Alfrancio Ferreira Dias e José Paulo Gomes Brazão elaboraram o artigo “As brincadeiras denunciavam que eu era uma criança viada: o gênero ‘fabricado’ na infância”, publicado na Revista Educação em Questão

em 2019. O objetivo era refletir sobre as brincadeiras de infância de seis professores gays egressos dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Matemática e Biologia do Campus VII da Universidade do Estado da Bahia. A abordagem metodológica é qualitativa e com o uso de narrativas autobiográficas. O Referencial teórico inclui Michel Foucault e Guacira Lopes Louro. As infâncias escolares mencionadas são de crianças gays, um dos participantes relatou:

Tinha piadinhas sim, tipo: olha o viadinho, o fresquinho, a menininha. No meu tempo de escola era arrelhar que se dizia, hoje é bullying, mas tem o mesmo significado. Lembro que os meninos me arrelhavam, porque eu gostava de brincar mais com as meninas, mas assim não chegava a mexer tanto comigo. Ficava triste sim, mas tinha que esquecer. Na verdade, eu precisava esquecer. Naquela época se eu fosse reclamar que alguém tinha me chamado de viado ou de mulherzinha eu era punido novamente, então tinha que sofrer calado. Era mais ou menos aquela história: quanto menos pessoas souberem menos feio para você. Então eu sofria calado, não podia reivindicar o direito de ser quem eu quisesse ser. Quando chegava em casa não podia contar para ninguém. Mas eu continuava brincando com as meninas. Paguei um preço alto, digamos assim, por gostar de brincar mais com as meninas. Ficava o tempo todo com elas. Brincava de casinha, de boneca, de amarelinha. Eu entendo que de certa maneira causava um mal-estar, tanto para as professoras, quanto para os meninos (RIOS; DIAS; BRAZÃO, 2019, p.12).

Os autores concluem que as crianças viadas (gays) se revelam ao transgredir as brincadeiras autorizadas, a vista disso são submetidos a insultos, vigilância, segregação, silenciamento e repressão social. Constataram ainda que o brincar e os brinquedos influenciam os processos de construção do gênero e da sexualidade na medida em que as crianças reconstróem as normas culturais em vivências microsociais na brincadeira. Desse modo, segundo eles, a escola precisa repensar o papel que desempenha com a manutenção da heteronormatividade no currículo, discursos e práticas pedagógicas.

Juliane Costa Silva e Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios publicaram o artigo “Jovens Gays na Escola: Masculinidades, Infância e Narrativas” na Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica em 2019. O objetivo do trabalho não foi descrito pelas autoras. A abordagem metodológica é qualitativa com a utilização de entrevista narrativa inspirada na História Oral. O referencial teórico inclui Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. As infâncias escolares descritas são as das crianças gays, um dos participantes afirmou:

Tem uma escola aqui, no Parque do S eu acho que pra mim foi a melhor escola que eu estudei até hoje porque a diretora de lá ela via quem eu era, entendeu? Eu chegava na escola, eu tirava o sapato, eu calçava o salto dela, e ela nunca chegou pra meu pai pra contar, nunca! Ela perguntou, ela chegou, conversou comigo, ela sentou comigo, ela conversou, o que é que eu sentia quando eu fazia aquilo, mas ela nunca contou pra meu pai, ela nunca chegou pra chegar assim: ‘olhe, fulano, seu filho é assim e assim’ (SILVA; RIOS, 2019, p.563).

As autoras concluem que os jovens gays reconstróem suas histórias de escolarização em um processo de investigação-formação sobre si, percebendo o modo como vivenciaram suas infâncias a partir das relações entre família e comunidade escolar, ambas, segundo elas, utilizam de apelidos pejorativos para atender ao padrão de masculinidade hegemônica, o que acaba violentando os corpos infantis gays.

Robéria Nádia Araújo Nascimento produziu o artigo “Novas Formas de Ser: Mídia e Transexualidade a partir de narrativas de (re)construção identitária” e publicou-o na Revista Famecos Mídia, Cultura e Tecnologia em 2019. O objetivo não foi explicitado no trabalho. A abordagem metodológica é qualitativa com o uso de narrativas como método de coleta de dados. O referencial teórico inclui Guacira Lopes Louro. As infâncias escolares abordadas são das crianças transexuais, uma participante autoidentificada como mulher transexual relata:

Quando cheguei na escola, que era perto de casa, tinha mais meninas do que meninos. Na alfabetização tinha seis meninos e o resto, menina: umas 10. Eu não brincava com os meninos, só com as meninas. Elas eram boazinhas comigo e deixavam eu brincar com as bonecas delas. Uma vez coloquei uma na minha mochila. [...] Era uma boneca Suzy, porque na época não tinha Barbie [...] Aquela boneca foi meu primeiro objeto de menina (NASCIMENTO, 2019, p.11,).

A autora argumenta que o trabalho dá um “passo” em direção às novas formas de ser que questionam as normas culturais, transmitindo afetos aos embates cotidianos das pessoas transexuais, que por sua vez apresentam sensibilidades, lutas e reconstruções identitárias em busca de serem reconhecidas e respeitadas em uma sociedade preconceituosa.

Aparecido Francisco dos Reis elaborou o artigo “O Processo de construção da Identidade de Gênero e Transexualidade: narrativas, trânsitos e diferenças” publicado pela Revista Interfaces da Educação em 2019. O objetivo é discutir os processos pelos quais transexuais pensam sua identidade de gênero por meio dos

discursos que elaboram sobre si ao longo de suas trajetórias de vida. A abordagem metodológica é qualitativa com o uso de entrevistas como método de coleta de dados. O referencial teórico incluiu Judith Butler, Michel Foucault, Guacira Lopes Louro e Johan Scott. As infâncias escolares são representações das crianças transexuais, encontram-se em depoimentos como a de uma participante autoidentificada como mulher transexual:

Aos sete, oito anos; quando eu estava indo para a escola, certo? eu senti que era diferente para as outras crianças. Eu estudei em uma escola de meninos, uma escola salesiana. Então havia garotos puros, então eu me senti estranho porque eu via os colegas de classe de forma diferente, e além disso, eu ficava muito quieto e depois eu gostava das bonecas, das brincadeiras das meninas. Sempre nas brincadeiras de grupo eu gostava de fazer o papel de uma mulher porque na escola eu, gente tinha que ser como se fôssemos puramente machos, sempre às vezes você tinha que fazer o papel de pequena mulher e eu adorava fazer esses papéis. E dos sete, oito anos assim. Eu já percebi que eu era diferente dos outros. Percebi quando era criança. Eu, porque, eu vi por exemplo que eu não gostava de brincar com os rapazes do jardim, quando eu era pequena. Lá com cerca de cinco ou seis anos. Mas eu ainda era muito criança. Quando eu estava na escola. Com dez, onze anos eu percebi que era diferente, era delicado então eu não gostava das brincadeiras rudes. Porque era bom estar com as mulheres é que os meninos gostam de jogos mais violentos, é o que eles fazem, certo? Eu não gostava (REIS, 2019, p.108).

O autor conclui que o processo de descoberta e corporificação da identidade transexual é singular em cada história de vida, mas que há relações comuns presentes no período da infância e da adolescência em que se vivencia enfaticamente a diferença entre gêneros, meninos e meninas, o que promove o processo de autoidentificar-se com uma dessas categorias.

O grupo de pesquisadoras formado por Francisca Vilela da Silva, Renata Dantas Jales, Ivonide Lucena Pereira, Luana Rodrigues de Almeida, Jordana de Almeida Nogueira e Sandra Aparecida de Almeida publicaram o artigo “A Transgeneridade Infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental”, na Revista Latino-Americana de Enfermagem em 2021. O objetivo é analisar as concepções de professores sobre a transgeneridade na infância e identificar as possibilidades e os limites de trabalho com essas crianças no contexto escolar. A abordagem metodológica é qualitativa com a utilização de entrevistas semiestruturadas com 23 professoras de duas escolas municipais de ensino fundamental para coleta de dados. O referencial teórico inclui diferentes autores, em

sua maioria tratam-se de autores internacionais e não-expoentes dos estudos sobre gênero e/ou sexualidade, salientamos a presença do estudo de Saleiro (2017) que compõe nossa seleção de artigos . As infâncias escolares nessa pesquisa são as das crianças transexuais e aparecem nas entrevistas das professoras, como exemplifico:

Eu coloquei no quadro as sugestões das meninas e dos meninos separadas, mas ele queria maquiagem e como eu disse que esse presente estava do lado das meninas, ele não podia pedir. Então, ele não pediu nenhum presente de Natal. Nem pediu bola, porque dentre as sugestões dos meninos tinha bola, jogo, cartas e, das meninas, tinha maquiagem e boneca. A menina queria estar jogando mais futebol, não se identificava tanto com a boneca, que era de menina e acabava sendo discriminada pelos coleguinhas, que não a deixavam brincar (SILVA; JALES; PEREIRA; ALMEIDA; NOGUEIRA; APARECIDA DE ALMEIDA, 2021, p.4,).

As autoras reconhecem que a escola tem dificuldades em promover a inclusão de crianças transexuais, o que torna necessário a implementação de estratégias de sensibilização e capacitação dos profissionais da comunidade escolar. Outro aspecto, segundo as autoras, é que independente das configurações culturais e institucionais das escolas os dilemas enfrentados pelas crianças transexuais são comuns e apresentam-se como experiências de preconceito e discriminação.

Ana Laura Almeida e Rosângela Rodrigues Soares compõe a autoria do artigo “Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar” publicado na Revista Estudos Feministas em 2021. O objetivo é traçar as especificidades e as sutilezas da construção das identidades no espaço escolar, bem como mostrar a representatividade sexual nos conteúdos escolares. A abordagem metodológica é qualitativa e utilizou de entrevistas narrativas como instrumento de coleta de dados, com a participação de sete mulheres lésbicas. O referencial teórico inclui Rogério Diniz Junqueira, Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. As infâncias escolares nesse trabalho referem-se as das crianças lésbicas em narrativas cedidas pelas participantes, tal como:

Eu sempre era a criança que puxava esse tipo de brincadeira, sempre era protagonista, sempre queria e forçava um pouco essa relação com as minhas amiguinhas, sempre queria beijar, queria tá perto, queria encostar, queria pegar na ‘xereca’. [...] E aí, aconteceu muitas e muitas vezes. Dentro da escola, fora da escola, com as minhas primas (ALMEIDA; SOARES, 2021, p.5).

As pesquisadoras percebem que a escola da infância para as entrevistadas não foi um local de acolhimento, pelo contrário apresentaram-se como espaços de violência e discriminação por questões relacionadas a estereótipos de gênero e sexualidade. Afirmam ainda que em nenhum momento a sexualidade ou a homoafetividade foi mencionada como um dispositivo curricular, o que contribui para a invisibilidade do tema, dificultando a construção das identidades lésbicas e promovendo a autorrepressão e a heterossexualidade compulsória.

Isaias Batista de Oliveira Junior e Diego Raone Ferreira elaboraram o artigo “Vidas que se cruzam na pedagogia do insulto: uma análise das vivências escolares de pessoas LGBTQIA”, publicado na Revista Científica EccoS em 2021. O objetivo é analisar os relatos das vivências escolares de 118 participantes que se reconhecem como pessoas LGBTQIA. A abordagem metodológica é descritiva e exploratória com a utilização de questionário investigativo. O referencial teórico inclui Berenice Bento, Judith Butler, Michel Foucault, Rogério Diniz Junqueira e Guacira Lopes Louro. As infâncias escolares são das crianças LGBTQIA, mas nem todas apresentam relatos em contextos da infância escolar, destaco alguns com a inserção entre chaves da identidade dos participantes:

[participante mulher transexual] Desde o primeiro momento dentro da escola fui hostilizada, agredida, excluída dos espaços [...] antes de conseguir completar a quarta série, fui vítima de abuso sexual no banheiro masculino e expulsa da escola. [Participante gay] Ainda no jardim de infância, eu ouvi o primeiro insulto homofóbico. Alguns garotos se referiram a mim de modo pejorativo. Eu não entendia o que havia de errado comigo na opinião deles, mas me senti totalmente deslocado. A experiência foi tão ruim que eu nunca mais esqueci. [Participante Gay] Os meninos sempre me batiam sem eu sequer olhar para eles. Lembro de uma vez que eu tinha cerca de 10 anos e ganhei um soco na boca na saída da escola porque disse para uma amiguinha que eu gostava de um menino da minha sala. Esse menino ficou sabendo disso no mesmo dia e me bateu com outros 9 garotos (JUNIOR; FERREIRA, 2021, p.11).

Os autores refletem que os padrões normalizadores investidos pela escola em seus discursos e práticas excluem aqueles que são considerados como diferentes, impactando na esfera dos sentimentos, da dignidade e do desempenho escolar. Ainda argumentam que é preciso “dar voz” às vivências escolares de pessoas LGBTQIA na justificativa de que é ouvindo-as que se pode pensar na

ampliação de estratégias de combate às ações subversivas a que são subordinados na escola.

Ana Leticia Vieira é autora da primeira obra de tipo Dissertação de Mestrado encontrada na variante de tempo histórico, a pesquisa é intitulada “Por um transpensar os gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Rio de Janeiro, publicada no ano de 2015. O objetivo foi descrito como: potencializar pensamentos que provoquem deslocamentos e desestabilizações nas bases dominantes dos discursos e práticas que dizem respeito às normas de gênero, à regulação da sexualidade e à educação. A abordagem metodológica é qualitativa e utilizou-se de método de captação de dados narrativas a partir de conversas, totalizando oito (8) participantes. O referencial teórico é baseado em Berenice Bento, Judith Butler, Michel Foucault, Guacira Lopes Louro, Joan Scott e Tomaz Tadeu da Silva. A infância escolar encontrada na obra, referem-se a das crianças meninas transexuais e apareceram nas conversas com uma das participantes:

E aí dos 7 aos 11 anos digamos que eu estive no meio termo de uma identidade de gênero. Apesar de ter um comportamento dito feminino, era como uma figura indefinida e que não se definia. Na verdade, eu não sabia o que estava se passando comigo. EE nesta época, a escola foi um espaço muito cruel. Você acaba ficando no espaço do meio. Os meninos não querem ficar perto de você e as meninas também não pelo fato de você não ser uma menina como elas. Devido a isso, eu passei por muitos momentos de solidão. De lanchar sozinha ou mesmo não comer. Ficar s[ó] na sala durante o recreio. Eu preferia ficar sozinha porque eu não tinha nenhum amigo ou amiga pra conversar (VIEIRA, 2015, p. 95).

Vieira (2015) conclui que a presença de pessoas transexuais nas escolas e até mesmo em outras instituições, desestabiliza a ordem social dominante sobre gênero, sexo e sexualidade nos corpos. Ao mesmo tempo, ela argumenta que a sobrevivência na escola pelas participantes esteve atrelada muitas vezes ao conformismo às ordens dominantes, por medo, pela tentativa de sofrer menos preconceito e discriminação e pelo artifício da inteligência para serem respeitadas.

Vanini Bernardes Costa de Lima foi a estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que apresentou a Dissertação de Mestrado no ano de 2016 com o título “Mentir pra si mesmo é sempre a pior mentira: a heteronormatividade na narrativa da trajetória escolar de mulheres lésbicas e bissexuais”. O objetivo é problematizar e discutir os

sentidos da heteronormatividade prevalente na memória da educação escolar de mulheres lésbicas e bissexuais, a partir das narrativas de suas trajetórias escolares. A abordagem metodológica é qualitativa e utilizou-se de entrevista como método de coleta de dados com sete (7) mulheres, sendo cinco (5) autoidentificadas como lésbicas e duas (2) como bissexuais. O referencial teórico é marcado por Judith Butler, Joan Scott, Guacira Lopes Louro e Michel Foucault. A infância escolar investigada nessa obra é a das crianças lésbicas e bissexuais, mencionado na narrativa:

É... na verdade, como eu falei, desde a pré-escola eu sabia que eu gostava de meninas. Eu não sabia o nome que eu dava pra isso, né, até então eu nunca tinha ouvido nem sapatão, nem veado, nem lésbica, porque eu morava no meio do mato com minha família e... com a minha avó na verdade, e não tinha essa coisa, não tinha chegado até nós, isso. E desde pequena eu falava que eu gostava de meninas; Quando acontecia dessas histórias, da Disney, princesas e príncipe e blá, blá, blá, engraçado que o meu príncipe era uma princesa, ou eu era a princesa e a outra princesa vinha me resgatar (LIMA, 2016, p. 79).

Lima (2016) conclui a pesquisa afirmando sobre uma urgência em se abordar temas relativos a gênero e sexualidade na educação escolar como instrumento de combate ao preconceito e à discriminação. Ainda explicita que a vivência escolar tende a ser um processo menos opressivo quando os discursos da e na escola promovem a valorização da diferença em contraste à legitimação da ordem da heteronormatividade.

Megg Rayara Gomes de Oliveira é a autora da Tese de Doutorado intitulada “O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, no ano de 2017. O objetivo é identificar os elementos que incidem de maneira positiva nos processos de subjetivação das experiências negras que fogem à norma cis heterossexual e como esses elementos são agenciados no interior da escola. A abordagem metodológica é qualitativa e utilizou-se de autobiografias como método de captação de dados, com quatro (4) professores negros e gays em atividade em escolas públicas do Paraná e do Rio de Janeiro. O referencial teórico inclui autores como Berenice Bento, Judith Butler, Michel Foucault, Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. As infâncias escolares estudadas com breve foco nessa pesquisa foi a das crianças gays e aparecem em narrativas como:



Na infância tem esse lance dos meninos estarem no banheiro, estarem se pegando, descobrindo sua sexualidade, que eu não considero como algo ofensivo. E nessas brincadeiras uma vez eu estava na escola e minha tia foi chamada porque eu estava com os meninos de 'amassa-amassa' na escola. E eu nem sabia por que mas a minha tia estava lá. Estava todo mundo brincando e minha tia foi chamada na escola (OLIVEIRA, 2017, p.117).

A pesquisadora conclui que ao se identificarem como gays afeminados, viados, ou bichas, os participantes da pesquisa ressignificam positivamente esses termos utilizados publicamente para agredi-los e marginalizá-los. Para Oliveira (2017) os “fantasmas” que assombravam as existências de gays afeminados, viados e bichas pretas continuam rondando as salas de aulas e as salas dos(as) professores(as), mas não parecem assim tão mais assustadores. Segundo ela, o Diabo em forma de gente construído pelos discursos normatizadores e normalizadores se materializa e é ele quem coloca em debate as múltiplas possibilidades de (r)existências que questionam os dispositivos de poder que queriam destruí-lo. O racismo e a homofobia se interseccionam e continuam operando sobre as existências de gays afeminados, viados e bichas pretas como dispositivos de poder.

Ariane Pickersgill Arana foi estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande e construiu a Dissertação de Mestrado “A Produção da Criança Trans nas reportagens digitais: um olhar para os espaços educativos”, família e escola no ano de 2018. O objetivo é investigar a produção da criança trans em reportagens digitais, enfocando os espaços educativos, família e escola. A abordagem metodológica foi qualitativa e exploratória com o uso de fontes de obtenção de dados os sites: CLICRBS/ZH- Zero Hora, G1-Globo, BBC-Brazil, UOL/Folha de São Paulo e Estadão. O referencial teórico apresenta autores como Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. A infância escolar analisada nessa Tese é a das crianças trans, elas são reconhecidas e assumidas a partir de reportagens em sites de notícias, em enunciados apresentados nos conteúdos das reportagens, como esse:

A mãe tentou matricular o filho, já vestido como menina, em outra escola, mas não deu certo; Então ela procurou o Ministério Público Estadual (MPE) e um promotor, que atua no município, o ajudou. Eles foram até a escola e fizeram uma reunião com a direção e os professores para definir algumas questões. Na nova escola, o menino é tratado como menina. Também ficou estabelecido que seriam colocadas fechaduras nas portas dos banheiros para evitar

que alguma criança descobrisse que ela tem órgãos genitais masculinos (ARANA, 2018, p.67).

Arana (2018) concluiu que as reportagens elucidam o que é a transexualidade e mostram a importância de familiares e instituições como a escola no processo de autoconhecimento e autoidentificação de gênero pelas pessoas e crianças transexuais. A autora aponta que ao analisar a escola, ela se apresenta como um espaço que impõe limites e demarca onde eles(as) podem transitar, por exemplo a negação de uso de um banheiro do gênero pelo qual se identifica.

Diego Viana Borges é o autor da Dissertação de Mestrado intitulada “A formação das identidades sexuais e de gênero: experiências de estudantes gays no espaço escolar”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas no ano de 2019. O objetivo é analisar como os estudantes gays constroem as identidades de gênero e sexual em relação ao discurso docente. A abordagem metodológica é qualitativa e apresenta o uso de relatos de três (3) jovens homens gays como método de busca de dados a partir da conversação. O referencial teórico foi indicado sendo Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Michel Foucault e Joan Scott. As infâncias escolares foram as das crianças gays, encontradas em relatos como o que segue:

Lembro de um dia, de chegar atrasado na escola, após o sinal tocar, e entrar na sala de aula com uma garrafinha de água do ursinho Pooh. Levei ela na mão porque, para mim, ela era o máximo, sempre almejei em comprá-la, desde o dia que a vi na vitrine de uma lojinha a caminho da escola, e, ao abrir a porta e pedir licença, dois meninos, colegas, se olham, soltam o riso e dizem: chegou a florzinha com a garrafinha do Pooh. Neste momento, os demais colegas riram e a professora, na mesma posição que estava, pondo a data no quadro, só vira a cabeça, sorri para os meninos e fala: ‘no meio dos meninos sempre tem um que vai gostar de ser a florzinha’. Eu fiquei quieto, soube que aquela fala me caracterizava como gay. Não digo que ela deveria tentar reafirmar para os colegas que a minha orientação sexual era igual a deles, digo deles me referindo aos colegas que ela julgava ter uma identidade heterossexual, os quais riram de mim. Esperava que a professora tomasse uma postura isenta de preconceitos perante o que foi retratado. Só esperava que ela desse uma bronca neles e parasse o que estava fazendo para explicar sobre o respeito com o que é diferente. Seria esse o momento de tratar questões de extrema importância para um bom convívio entre estudantes na escola, mas não foi isso que presenciei. Percebi, também, que aquela brincadeira preconceituosa seria rotineira, tanto ali na sala de aula como fora dela, no decorrer dos dias, uma vez que, talvez, outras pessoas iriam pensar como meus colegas e poderiam me tirar para chacota na rua. Ali comecei a refletir, mesmo sendo uma criança de dez anos, sobre o preço que pagaria em ser um homem gay em uma sociedade machista,

homofóbica e que tem como referência a heterossexualidade (BORGES, 2019, p. 46).

O autor afirma que os(as) professores(as) contribuem na construção e reconstrução de identidades de gênero e sexualidade nos estudantes e nas crianças que estudam, enunciando marcas de definição do gênero masculino, do feminino e do heterossexual na escola.

Izaque Machado Ribeiro estudou no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Maria e conquistou o título de doutor pela Tese nomeada “Cidadanias Precárias: Sujeitos Trans e Educação” no ano de 2019. O objetivo é analisar como são construídas as narrativas (auto)biográficas e trajetórias de sujeitos trans no âmbito da educação. A abordagem metodológica é qualitativa com a utilização de entrevistas de sete (7) sujeitos, três (3) mulheres transexuais, dois (2) homens transexuais e dois (2) pessoas trans não-binárias. O referencial teórico baseia-se em autores como Judith Butler, Michel Foucault e Guacira Lopes Louro. As infâncias escolares analisadas são as das crianças transexuais, meninos e meninas trans e foram mencionadas nas entrevistas sobre o seguinte aspecto:

No meu caso, assim, com 8 anos de idade a professora pediu que eu fizesse um desenho, pra me autorepresentar. Aí eu fiz o desenho de uma pessoa com um rabo de cavalo. Ela [a professora] não aceitou, por causa que ‘não era pra desenhar uma colega’ mas era pra se auto-desenhar. Isso gerou uma polêmica na escola, muito grande. Elas [as professoras] diziam que eu era assim por causa de influência das minhas amigas. E que tinha que trocar de escola, tinha que ter mais participação de pai... mais... saber conviver com homens, porque isso era falta de uma figura paterna. O meu sonho era amarrar os cabelos, mas eu não podia deixar crescer, porque meu pai não deixava e eu não podia usar curto, porque eu não me sentia bem [...]. Aí tá, eu contei pra minha família, eles ligaram pra minha família contaram pra eles e foi assim... a reação da minha família foi bem preocupante. Porque o que aconteceu, enfim... trocaram de escola (RIBEIRO, 2019, p.106).

Ribeiro (2019) observou que o reconhecimento dos lugares de vulnerabilidade pode ser um caminho para construir outra narrativa na educação, as narrativas coabitadas. Para ela, nesse sentido, emerge a potencialidade que os sujeitos trans tem em qualificar a Educação.

Keith Daiani da Silva Braga construiu a Tese de Doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, intitulada “Lesbianidades, Performatizações de

Gênero e Trajetória Educacional”, publicada em 2019. O objetivo é compreender, a partir de narrativas de sujeitos que se autorrepresentam enquanto “mulheres lésbicas”, como se articulam dissidência sexual feminina, performatizações de gênero e trajetórias educacionais. A abordagem metodológica é qualitativa com a utilização de entrevistas abertas com sete (7) participantes mulheres lésbicas. O referencial teórico inclui autores como Berenice Bento, Judith Butler, Michel Foucault, Rogério Diniz Junqueira, Guacira Lopes Louro, Joan Scott e Tomaz Tadeu da Silva. As infâncias escolares estudadas pela autora é a das crianças lésbicas, e foram notadas pelas narrativas em entrevistas como:

[...] na quarta-série eu comecei a perceber que eu não olhava pros menininhos, mas olhava pras meninas. E eu achava que eu era a errada. Eu fiquei com neura na cabeça. Eu ficava ‘nossa... mas tem algum problema comigo!’ ‘não é normal isso!’ sabe? Aí foi passando sabe? Passou...ainda fui na malícia de criança, né? tipo... o que uma criança na quarta-série sabe? Porra nenhuma. Aí eu mudei de escola. [...] algumas coisas foram bem marcantes para mim, do tipo: as meninas me perguntarem por que eu só brincava com menino [...] eu tive fatos, determinados dentro da escola, que assim: as meninas não queriam deixar eu entrar dentro do banheiro, né? As meninas me chamaram de esquisita, elas se afastaram quando eu me aproximava. Coisas assim que, meu, quando você tem 8, 9 anos, é muito forte (BRAGA, 2019, p.196).

Braga (2019) argumenta em suas conclusões a dificuldade das crianças e adolescentes lésbicas em integrarem-se nos grupos femininos, ficando de fora de segredos e rituais de grupos de meninas por não serem heterossexuais. Percebeu também que os corpos das meninas lésbicas que expressavam maiores características masculinas possuem hipervisibilidade na escola, sendo alvo de perseguições e da lesbofobia. Especificamente sobre o campo escolar ela ainda destaca que a lesbofobia atuou impactando a sociabilidade, enfraquecendo o senso de pertencimento à escola.

Sara Laham Sonetti sua Dissertação de Mestrado intitulada “Ninguém quer uma pessoa trans por perto: Escolas como espaços protetivos ou reprodutivos da transfobia”, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos no ano de 2020. O objetivo é analisar os efeitos que a transfobia - frequentemente reproduzida nas escolas - pode ter na saúde mental de pessoas trans. A abordagem metodológica é qualitativa e utilizou de entrevistas semiestruturadas para elaboração de dados, feitas em cinco (5) pessoas transexuais, sendo três (3) homens trans e duas (2) mulheres trans. O referencial

teórico inclui autores como Berenice Bento, Judith Butler, Michel Foucault, Rogério Diniz Junqueira e Guacira Lopes Louro. As infâncias escolares em debate no trabalho são as das crianças transexuais, de meninos e meninas, e aparecem como resultado das entrevistas:

Na escola os meninos sempre tiraram sarro dela por não querer jogar futebol ou estar junto dos meninos, conta. Faziam piadinha e ela diz que foi administrando isso, ora chorando, ora brigando, ou indo falar com a sua mãe e a sua irmã, que em geral acolhiam-na, mas justificavam o que estava acontecendo como fruto do comportamento dela. Diz que acha natural, pois os pais não tinham ideia do que era a transexualidade, pois na época supunha-se que existia apenas menino e menina e gay e lésbica. E quem saía disso usufruindo de mudanças corporais, eram travestis, conta, e diz que, em geral, estavam ligados a uma visão estigmatizada. Refere ter sofrido bullying desde o pré até o início do ensino médio, como toda criança LGBT (SONETTI, 2020, p. 24).

A autora concluiu sob análise do conteúdo das entrevistas que as escolas reproduzem transfobia em seu cotidiano, mantém os efeitos do preconceito e da discriminação, o que influencia negativamente a saúde mental dessa população em diferentes faixas etárias, impedindo suas permanências na escola.

A última obra selecionada é uma Dissertação de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, intitulada “Professores-Psicólogos (Trans)formadores: Narrativas ético-afetivas de masculinidades fora do cis-tema”, escrita pelo estudante Luciano Anchieta Benitez em 2021. O objetivo é trazer contribuições sobre temas relacionados à educação e sexualidade, a partir de (auto) biografias de professores de Psicologia de diversos estados brasileiros que se identificam como homens trans. A abordagem metodológica é qualitativa e utilizou-se de autobiografias para elaboração dos dados, ao todo foram analisadas 2 autobiografias. O referencial teórico inclui autores como Berenice Bento, Judith Butler, Michel Foucault e Joan Scott. As infâncias escolares são de dois homens transexuais, rememoradas nas autobiografias:

Bom, em relação à transição de gênero algo que eu sempre lembrava 'que muitas amiguinhas minhas da escola, quando criança, elas sempre tinham 'o paquerinha', que era o meninozinho bonitinho. Isso daí criança, né, enfim, nessa lógica heteronormativa que a gente insere nas crianças desde muito cedo, né. Que sempre uma delas tinha um meninozinho bonitinho, e isso eu tô falando isso muito jovem mesmo, ao 6, 7 anos de idade. [...] E eu percebo hoje, né, já adulto, fazendo uma leitura desse momento. E não porque eu tive o oposto, no caso de me interessar por uma menina, pois minhas

amigas lésbicas já falam disso, [...] na minha leitura da minha vivência, eu não vejo que isso foi nem um nem outro. Na realidade, eu olha muito para os meninos, mas não de desejar os meninos. Hoje eu tenho essa leitura. E eu tenho essa memória, assim de olhar muito e d não saber que eu era diferente dos meninos. Olha só que doido!. [...] Simplesmente eu era igual ali, era igual aos meninos (BENITEZ, 2021, p.47).

O autor conclui a possibilidade de compreender que a forma como os sujeitos constituem seu fazer profissional e seus reconhecimentos como psicólogos e professores são atravessados e constituídos pelas vivências que produziram suas identidades de gênero em todas as idades e no campo escolar.

Ao término da apresentação das obras em síntese, início as análises das obras seguindo os olhares mencionados, para o ano de publicação e locais de produção, para as infâncias investigadas, para os objetivos, para a metodologia/caminhos investigativos, coleta e análise de dados e para os referenciais teóricos. Meu primeiro olhar é para a) Tempo de publicação e o lugar de produção desses conhecimentos, a região, a Universidades e o programas de Pós Graduação.

Quanto ao tempo de publicação dos artigos e das obras de pós-graduação, me refiro ao recorte anual de suas publicações em revistas ou nas bibliotecas virtuais indexadoras dos programas de pós-graduação em educação. A seleção lista trabalhos do ano de 2012 até 2021, quase uma década de produções, exato nove anos. Como todas as pesquisas são originárias de pesquisadores(as) brasileiros(as), suponho que todos(as), ou maioria, residam em nosso país, já que em suas descrições biográficas vinculam-se às Universidades nacionais. Essa condição de localidade de onde se produz o saber e o tempo de suas publicações me instigou a pensar a possibilidade que o cenário político governamental, da década de publicações, representado por uma política progressista e de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT) proporcionou aos(às) pesquisadores(as) reconhecer as existências das infâncias das crianças LGBT e analisá-las cientificamente, sem aversões discursivas desses corpos infantis.

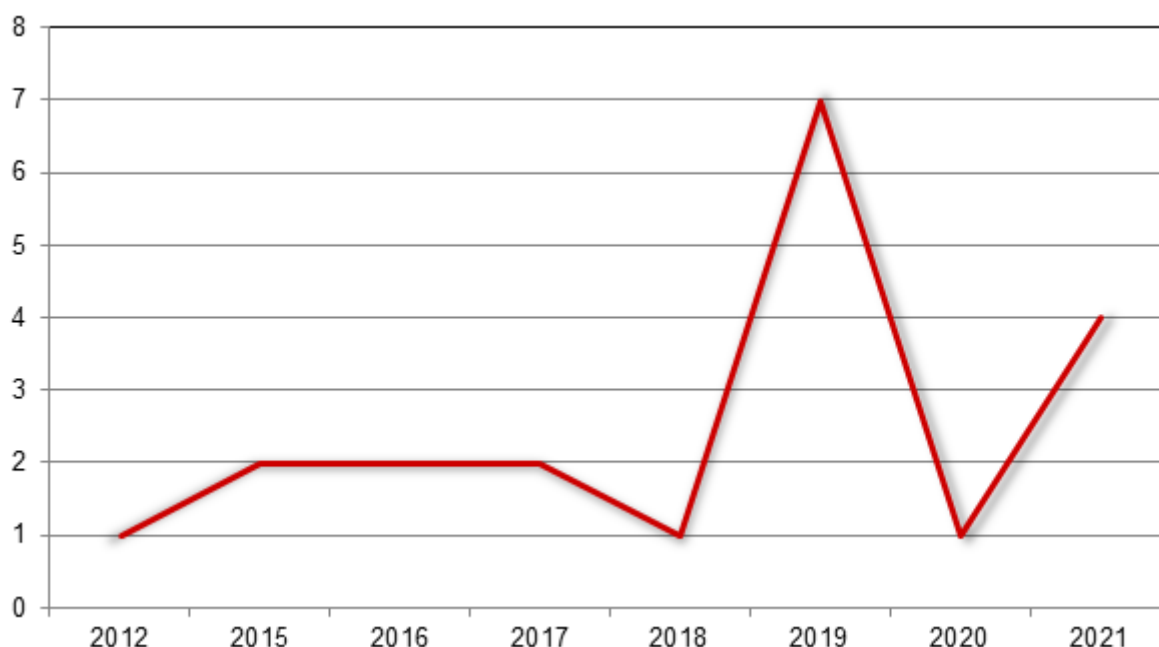
Questionei-me dessa possibilidade, por ser esse o milênio e a década que foram aprovados, decretados ou publicados o maior número de políticas públicas à população LGBT+. Como o atendimento especializado do Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas transexuais (2008), a inclusão das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais na Lei Maria da Penha (2006), o reconhecimento do direito a adoção

por casais homoafetivos (2010), a resolução de casamentos homoafetivos em cartórios (2013), a garantia do uso do nome social às pessoas transexuais e travestis (2016), a criminalização da discriminação contra as pessoas LGBT (2019), dentre outras.

Ao sobrepor a literatura do saber localizado de Donna Haraway (1995) tive maiores condições de aferir sentidos a esse tempo de produção. Se para a autora os nossos saberes têm localidade por serem construídos por alguém corporificado, com história, memória, vivências e cultura, certamente a exposição de argumentos pró-dignidade das pessoas LGBT também podem ser frutos da narrativa social, política e legislativa em que se encontravam e reconheciam as demandas da população LGBT. Obviamente essa é uma hipótese esperançosa sobre o processo de produção das obras, pois a validação de nossa abstração só poderia ocorrer com uma investigação com os(as) próprios(as) autores(as).

Quanto ao Tempo da publicação das obras, construí o primeiro gráfico (gráfico 01) para melhor visualização:

GRÁFICO 01 - Do Tempo de publicação das obras selecionadas



Fonte: organização do autor (2022)

O gráfico acima demonstra a relação de crescimento e de quedas em suas quantidades nas publicações que datam de 2012 a 2021. A linha ao centro

apresenta em seus vértices o número total de obras relevantes ao tema investigado de acordo com o ano de suas publicações, ela demonstra crescimentos (2015; 2019 e 2021), diminuições (2018 e 2020) e manutenções da quantidade de trabalhos publicados (2016 a 2017). No ano de 2012 encontrei um único artigo, de Braga (2012), no ano de 2015 dobrou-se a quantidade de trabalhos, representados pelos artigos de Franco e Cicillini (2015) e pela dissertação de Vieira (2015). De 2016 a 2017 foram publicados dois trabalhos em cada um dos anos, sendo o artigo de Longaray e Ribeiro (2016) e a dissertação de Lima (2016). No ano de 2017, manteve-se a média de publicação em relação ao ano anterior, com o artigo de Saleiro (2017) e da tese de Oliveira (2017).

Mais uma queda é registrada sob o ano de 2018, pelo encontro da única dissertação de Arana (2018), mas no ano de 2019 apresenta-se um salto de publicações, por meio dos artigos de Rios, Dias e Brazão (2019), Silva e Rios (2019), Nascimento (2019) e Reis (2019) e da dissertação de Borges (2019) e as teses de Ribeiro (2019) e Braga (2019). Em 2020 há uma queda 85% pelo único encontro da dissertação de Sonetti (2020). E no último ano em 2021 verifica-se o aumento das publicações através dos artigos de Silva, Jales, Pereira, de Almeida, Nogueira e Aparecida de Almeida (2021), Almeida e Soares (2021) e Junior e Ferreira (2021) e pela dissertação de Benitez (2021).

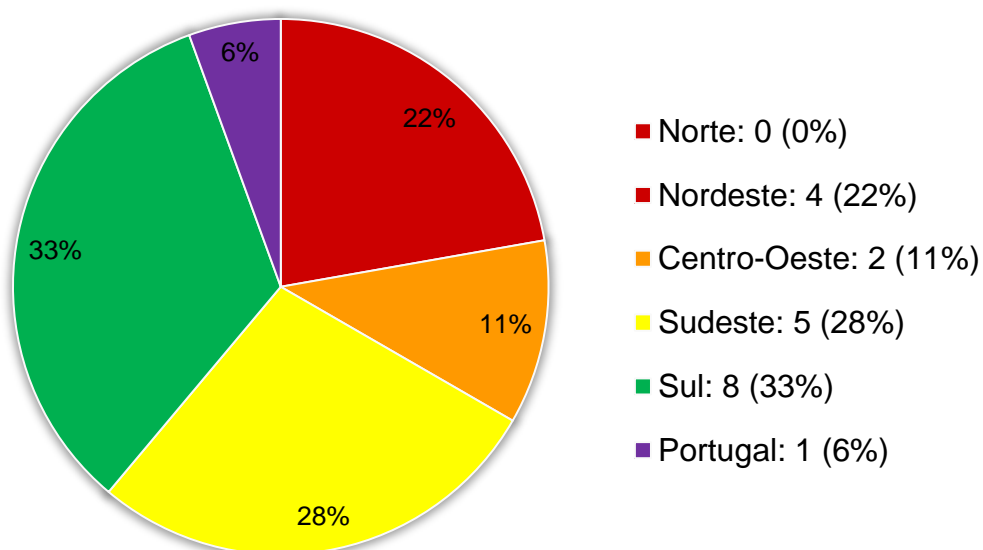
Esses movimentos de quantidade por ano na linha do gráfico, demonstram algumas considerações ao serem contextualizadas, o crescimento de produções e manutenção da quantidade entre 2012 e 2017 representam a realidade progressista do estado brasileiro, da época, em relação aos investimentos no ensino superior, na pesquisa científica e no reconhecimentos de pautas feministas e LGBT. A queda em 2018, pode ser interpretada também como um resultado da nova configuração político governamental no país, após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (2016), em que os discursos neoliberais, conservadores, racistas, machistas e LGBTfóbicos se multiplicaram em tom de naturalidade. O que poderia então responder ao alto crescimento de publicações no ano de 2019 é, em minha perspectiva, uma demonstração de resistência à realidade de perseguições aos temas e as identidades de gênero, sexualidade e LGBT, de mesmo modo a redução em 2020 pode ser devido à pandemia do novo coronavírus.

Quanto à Localidade Geográfica do saber produzido, evidencio inicialmente de quais regiões brasileiras os(as) pesquisadores(as) enviaram seus trabalhos às



revistas e de qual região se encontra a Universidade que agrega o programa de pós-graduação em que estão vinculadas as dissertações e teses. Para isso, utilizei como recurso de coleta de dados dos artigos as breves informações cedidas em notas de rodapé de cada artigo sobre a instituição de pesquisa em que os(as) autores(as) estão vinculados, entendendo as cidades em que elas se encontram como um possível lugar de morada, escrita e envio das obras para as revistas. Já nas obras de pós-graduações reconheci através das indicações em seu conteúdo (gráfico 02).

GRÁFICO 02 - Da Localidade Geográfica das obras selecionados

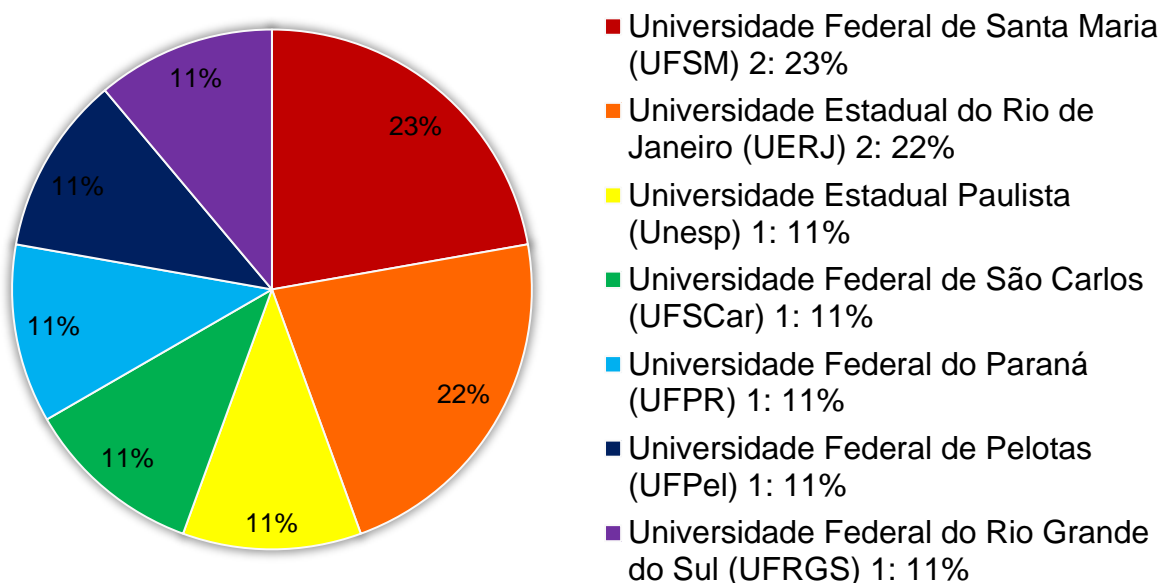


Fonte: organização do autor (2022)

Os pesquisadores pertencem a quatro regiões, das cinco, brasileiras e uma pesquisa é de Portugal (SALEIRO, 2017). Quatro artigos, 22%, foram originários da região Nordeste, de Nascimento (2019), Silva; Rios (2019) e Rios; Dias; Brazão (2019) e Silva; Jales; Pereira; Almeida; Nogueira; Aparecida de Almeida (2021). No Centro-Oeste em 12% publicaram-se os artigos de Fraco; Cicillini (2015) e Reis (2019). No Sudeste encontram-se 28% das obras, sendo os artigos de Braga (2012) e pelas dissertações de Vieira (2015), Lima (2016) e Sonetti (2020), e pela tese de Braga (2019). A região Sul é a que mais originou pesquisas dessa nossa amostra, sendo 33%, por meio dos artigos de Longaray; Ribeiro (2016), Almeida; Soares (2021) e Junior; Ferreira (2020) e pelas dissertações de Arana (2018), Borges (2019) e Benitez (2021) e pelas teses de Oliveira (2017) e Ribeiro (2019).

Quanto às Universidades em que as obras de pós-graduação são construídas, vinculadas e publicadas, destaco que os programas de pós-graduações são em sua totalidade de Educação, e as universidades registram o seguinte percentual (gráfico 03):

GRÁFICO 03: Das Universidades em que se produziram as obras selecionadas



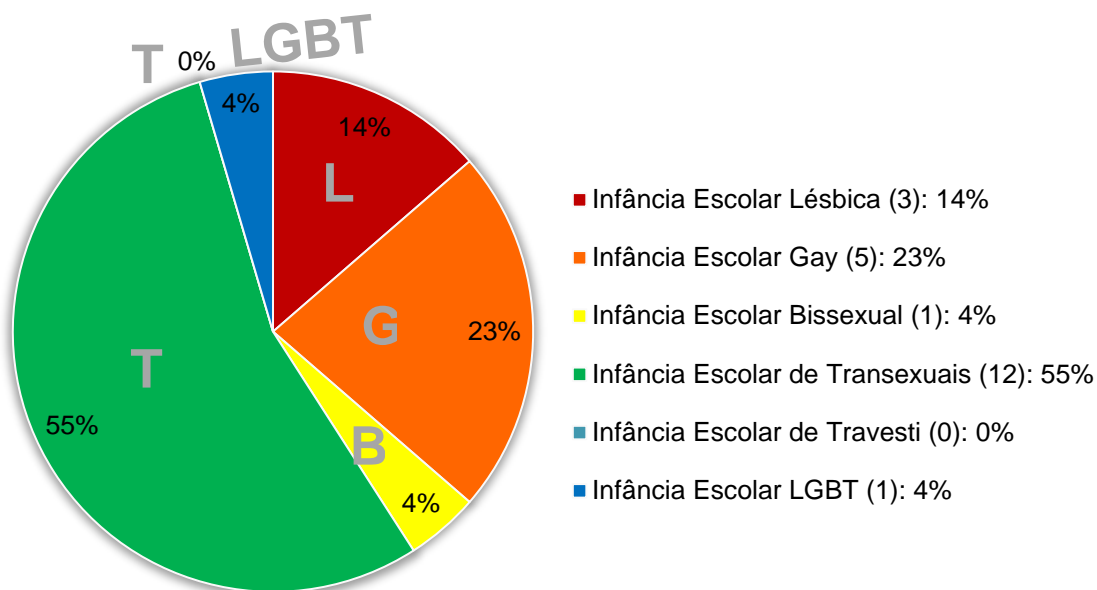
Fonte: organização do autor (2022)

A maioria dos trabalhos, em 23%, são oriundos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) através da dissertação de Arana (2018) e Benitez (2021). A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é responsável por 22% das obras, por meio das dissertações de Vieira (2015) e Lima (2016). Em 11% pertencem à Universidade Estadual Paulista (Unesp) pela tese de Braga (2019). Outros 11% são vinculados à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pela dissertação de Sonetti (2020).

Também em 11% a Universidade Federal do Paraná (UFPR) é incluída por meio da tese de Oliveira (2017). Em 11% também encontra-se a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), apresentada pela dissertação de Borges (2019). Os últimos 11% pertencem à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com a dissertação de Arana (2018). O que percebi desse mapeamento geográfico é que as obras de pós-graduações em educação pertencem apenas a duas regiões, 44% no Sul e 56% no Sudeste.

A próxima análise b) Olhar para as infâncias investigadas - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis ou Todas, revela o agrupamento de conteúdo das pesquisas, quantificando os percentuais de investigação por cada população do movimento LGBT, visualizei: (gráfico 04)

GRÁFICO 04: Do percentual das infâncias LGBT investigadas



Fonte: Organização do autor (2022)

O maior percentual de Infâncias Escolares investigadas foi a das crianças Transexuais, 55%, por meio dos artigos de Braga (2012), Franco; Cicilliane (2015), Longaray; Ribeiro (2015) e Silva; Jales; Pereira; Almeida; Nogueira; Aparecida de Almeida (2021) e pelas dissertações de Vieira (2015), Arana (2018), Sonetti (2020) e Benitez (2021) e tese de Ribeiro (2019). O segundo maior percentual, 23%, são estudos Gays, constituídos pelos artigos de Longaray; Ribeiro (2015), Rios; Dias; Brazão (2019) e Silva; Rios (2019), dissertação de Borges (2019) e tese de Oliveira (2017).

Em 14% quantifiquei os trabalhos sobre Lésbicas, no artigo de Almeida; Ferreira (2021), com a dissertação de Braga (2019) e tese de Lima (2016). A infância escolar das pessoas Bissexuais foi investigada em 4%, por meio da dissertação de Lima (2016). Nenhuma pesquisa abordou a infância escolar de crianças travestis. Um único artigo, representando 4%, estudou a escolaridade da

população LGBT, em Junior; Ferreira (2021), mas nem todos os participantes LGBT anunciaram episódios sobre o período da infância na escola.

Identifiquei dessa categorização que as infâncias escolares das crianças LGBT foram estudadas isoladamente entre si, e apresentam em maior percentual as racionalizações sobre a infância escolar das crianças transexuais, seguido das gays e lésbicas, assim como percebe-se a invisibilidade das crianças travestis e bissexuais na escola pelo baixa ou nula quantidade de pesquisas publicadas até então.

Todos os trabalhos apresentam recortes breves de depoimentos, relatos ou narrativas sobre a infância escolar da população LGBT, isso porque os próprios participantes da pesquisa, que cedem informações sobre suas histórias de vida, decidiram relatar episódios sobre essa faixa etária e essa instituição. Ou seja, revela um movimento que o participante faz em relação ao pesquisador, ao tema, ao questionamento e ao questionário, na mesma medida em que revela a carência de reportar publicamente essas experiências de infâncias na escola. Aparenta ser um movimento epistemológico que parte do investigado, para o campo da investigação, do investigador e de toda a sociedade, o que noto caracterizar-se como uma “Emergência das crianças LGBTs na escola”.

A consolidação das obras em análise foi realizada por meio da construção de um objetivo de pesquisa, os quais tornam-se interesses para nossa investigação, dessa forma alcanço o terceiro olhar: c) Olhar para os objetivos gerais elencados nas pesquisas. Para isso, apresento cada um deles (quadro 06).

#### QUADRO 07: Dos objetivos gerais das obras selecionadas

(continua)

<b>Autor(a) e Ano</b>	<b>Objetivo</b>
Braga (2012)	“Analisar as repercussões das práticas escolares e dos discursos sobre as sexualidades nos sentidos incorporados mediante a experiência de viver a diferença enunciada pelo olhar normalizador das instituições de controle”

## QUADRO 07: Dos objetivos gerais das obras selecionadas

(continuação)

Franco; Cicillini (2015)	“Identificar e problematizar os indícios de desestabilização que a presença de professoras trans provocaria nas escolas em que atuam”
Longaray; Ribeiro (2015)	“Investigar a constituição de sujeitos, os quais autoidentificam-se como gays, travestis e transexuais, problematizando algumas enunciações envolvidas nos seus processos de subjetivação”
Saleiro (2017)	“Mapear as dificuldades e desvantagens que se colocam a crianças e jovens com identidades e expressões de gênero diversas no decurso do seu percurso escolar”
Rios; Dias; Brazão (2019).	“Refletir sobre as brincadeiras de infância de seis professores gays egressos dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Matemática e Biologia do Campus VII da Universidade do Estado da Bahia”
Reis (2019).	“Discutir os processos pelos quais transexuais pensam sua identidade de gênero por meio dos discursos que elaboram sobre si ao longo de suas trajetórias de vida”
Silva; Jales; Pereira; Almeida; Nogueira; Aparecida De Almeida (2021).	“Analisar as concepções de professores sobre a transgeneridade na infância e identificar as possibilidades e os limites de trabalho com essas crianças no contexto escolar”
Almeida; Soares (2021)	“Traçar as especificidades e as sutilezas da construção das identidades no espaço escolar, bem como mostrar a representatividade sexual nos conteúdos escolares”
Junior; Ferreira (2021)	“Analisar os relatos das vivências escolares de 118 participantes que se reconhecem como pessoas LGBTQIA”
Vieira (2015).	“Potencializar pensamentos que provoquem deslocamentos e desestabilizações nas bases dominantes dos discursos e práticas que dizem respeito às normas de gênero, à regulação da sexualidade e à educação”

## QUADRO 07: Dos objetivos gerais das obras selecionadas

(conclusão)

Lima (2016).	“Problematizar e discutir os sentidos da heteronormatividade prevalente na memória da educação escolar de mulheres lésbicas e bissexuais, a partir das narrativas de suas trajetórias escolares”
Oliveira (2017)	“Identificar os elementos que incidem de maneira positiva nos processos de subjetivação das experiências negras que fogem à norma cis heterossexual e como esses elementos são agenciados no interior da escola”
Arana (2018).	“Investigar a produção da criança trans em reportagens digitais, enfocando os espaços educativos, família e escola”
Borges (2019).	“Analisar como os estudantes gays constroem as identidades de gênero e sexual em relação ao discurso docente”
Ribeiro (2019).	“Analisar como são construídas as narrativas (auto)biográficas e trajetórias de sujeitos trans no âmbito da educação”
Braga (2019).	“Compreender, a partir de narrativas de sujeitos que se autorrepresentam enquanto “mulheres lésbicas”, como se articulam dissidência sexual feminina, performatizações de gênero e trajetórias educacionais”
Sonetti (2020)	“Analisar os efeitos que a transfobia - frequentemente reproduzida nas escolas - pode ter na saúde mental de pessoas trans”
Benitez (2021)	“Trazer contribuições sobre temas relacionados à educação e sexualidade, a partir de (auto) biografias de professores de Psicologia de diversos estados brasileiros que se identificam como homens trans”

Fonte: organização do autor(2022)

Ao olhar os objetivos notei três eixos comuns em que as pesquisas se encontram, o primeiro eixo é o de Discursos e Práticas escolares em relação a sexualidade e/ou gênero, como nos artigos de Braga (2012), Franco; Cicillini (2015), Silva; Jales; Pereira; Almeida; Nogueira; Aparecida de Almeida (2021) e Almeida; Soares (2021) e na dissertação de Borges (2019). Esses trabalhos objetivam comumente uma reflexão sobre os discursos e as práticas na escola sobre sexualidade e/ou gênero que impactam as vivências das crianças LGBT nesse

espaço. É representado pelos trabalhos que buscam analisar as repercussões desses atos na escola para as crianças LGBT como em Braga (2012), que investigam a desestabilização da presença trans na escola como Franco; Cicillini (2015), as concepções de professores sobre as crianças transexuais como Silva; Jales; Pereira; Almeida; Nogueira; Aparecida de Almeida (2021), o exame sobre a construção da sexualidade na escola como em Almeida; Soares (2021) e a análise sobre o discurso docente na construção de identidades de estudantes gays como Borges (2019). Tratam-se de pesquisas importantes para a construção de sentidos sobre que se pensa, se diz, se aprende e se reproduz sobre sexualidade e/ou gênero das crianças LGBTs na escola, promovendo o reconhecimento desses discursos e práticas, como evidenciado nas sínteses e citações de cada obra, e a percepção de (des)caminhos fundamentais para a transformação desses atos, principalmente através da formação de professores.

O segundo eixo em que os objetivos se alcançam é o de Reflexões às normas de gênero e/ou sexualidade, como nos artigos de Saleiro (2017), nas dissertações de Vieira (2015) e Arana (2018) e na tese de Oliveira (2017). Foi edificado através de trabalhos que buscam identificar as vivências das crianças com expressões subversivas de gênero na escola, como em Saleiro (2017), o que intenta provocar transformações em discursos e práticas às normas de gênero e sexualidade observados na escola como em Vieira (2015), a investigação sobre as crianças transexuais na escola a partir de reportagens digitais, como Arana (2018) e o que revela elementos positivos nas experiências de gays pretos em suas infâncias na escola e como se produzem essas normas, como em Oliveira (2017). Esses trabalhos demonstram sua relevância por meio de suas potencialidades de provocar reflexões sobre a construção, a manutenção e/ou rompimentos com as normas heteronormativas de gênero e sexualidade na infância e na escola, permitindo o reconhecimento de movimentos realizados para a manutenção dessas normas e seus impactos às crianças LGBT.

O terceiro eixo refere-se à Documentação das vivências LGBT, elaborado por meio dos artigos de Longaray; Ribeiro (2015), Rios; Dias; Brazão (2019), Reis (2019), Junior; Ferreira (2021) e das dissertações de Lima (2016), Sonetti (2020) e Benitez (2021) e pelas teses de Ribeiro (2019) e Braga (2019). É constituído por pesquisas que investiga a subjetivação de gays, travestis e transexuais como em Longaray; Ribeiro (2015), que reflete sobre as brincadeiras vividas por crianças gays

como Rios; Dias; Brazão (2019), que discute como as pessoas transexuais reconhecem seus gêneros ao longo de suas vidas como em Reis (2019), que analisa vivências escolares de pessoas LGBTQIA como Junior; Ferreira (2021), que problematiza os sentidos e as memórias sobre a heteronormatividade na escolarização de mulheres lésbicas e bissexuais como Lima (2016), que analisa narrativas sobre a trajetória escolar de pessoas transexuais como Ribeiro (2019), que busca compreender a narrativa de mulheres lésbicas em suas trajetórias escolares como Braga (2019), que averigua os efeitos causados pela transfobia na escola à saúde das pessoas transexuais como Sonetti (2020) e que elucida relações de homens trans na educação como Benitez (2021). Esse eixo acolhe os trabalhos dedicados em estudar e documentar as vivências das pessoas LGBTs na escola quando crianças por meio de diferentes abordagens de construção de dados narrativos, através dos próprios sujeitos LGBTs em processos de rememoração. Destacam-se pelo compromisso ético em ouvir, registrar e publicar a existência e as experiências dessas infâncias na escola

Seguindo a análise proposta, miro o olhar para: d) Olhar para os caminhos metodológicos de construção e análise dos dados, para isso inicio apontando que a abordagem metodológica das obras foram identificadas todas como qualitativas, pela justificativa de que são pesquisas perpassadas pela subjetividade das experiências de infância da população LGBT, e que os métodos de construção e análise de dados foram diversos entre si. Evidencio esses aspectos no gráfico 04 a seguir, destacando que 100% dos trabalhos declararam métodos de construção de dados e apenas 25% declararam os métodos de análise dos dados.

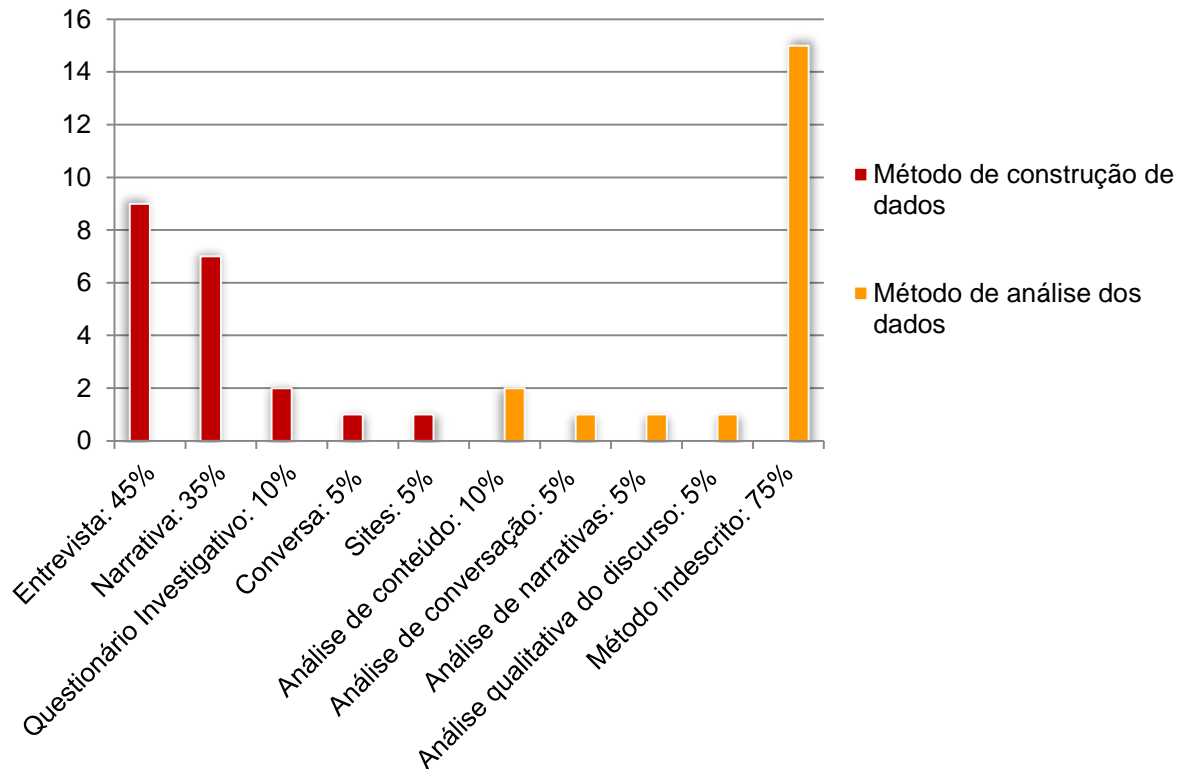
GRÁFICO 05: Dos métodos de construção de dados e da análise dos dados das obras selecionadas

(continua)



GRÁFICO 05: Dos métodos de construção de dados e da análise dos dados das obras selecionadas

(conclusão)



Fonte: organização do autor (2022)

O maior percentual entre os métodos de construção de dados está a Entrevista com 45%, nos artigos de Saleiro (2017), Silva; Rios (2019), Reis (2019), Silva; Jales; Pereira; Almeida; Nogueira; Aparecida de Almeida (2021) e Almeida; Soares (2021), e nas dissertações de Lima (2016) e Sonetti (2021) e nas teses de Ribeiro (2019) e Braga (2019). Em Saleiro (2017) foram entrevistados 37 pessoas transexuais sobre os temas de diversidade de gênero na escola, vigilância da masculinidade, bullying, suicídio e transfobia, a autora não declarou o tipo de entrevista, as perguntas realizadas e referencial teórico sobre o instrumento. Silva e Rios (2019) entrevistaram seis estudantes gays do ensino médio de uma escola pública da Bahia, abordou-se o tema escola, família e masculinidades, as autoras não declararam o tipo de entrevista, as perguntas nem o referencial teórico.

Reis (2019) entrevistou em sua pesquisa sete mulheres transexuais a partir de entrevistas gravadas em áudio, perpassou-se o tema de momentos da descoberta e das redefinições de gênero, as perguntas não foram exemplificadas, o

referencial teórico é fundamentado pela professora universitária brasileira, mulher branca, Ecléa Bosi (1995), segundo ela esse instrumento é importante para conhecer os desenvolvimentos coletivos através de processos individuais e de “dar voz” a um indivíduo inserido na sociedade reconhecido como protagonista de sua história. Silva; Jales; Pereira; Almeida; Nogueira e Aparecida de Almeida (2021) entrevistaram 23 professoras de duas escolas municipais de ensino fundamental por meio de entrevista semiestruturada gravada em áudio, abrangeu-se temas como transgeneridade na infância, papéis de gênero na infância, vivência de crianças trans no contexto escolar e dilemas da interação escola e família, as autoras não mencionaram as perguntas nem referencial teórico.

Almeida e Soares (2021) entrevistaram sete mulheres lésbicas sobre suas vivências escolares, os temas abordados foram a sexualidade na escola, o reconhecimento da identidade homoafetiva, a LGBTfobia e o currículo escolar, as perguntas não foram mencionadas, mas o referencial teórico baseia-se nos argumentos da professora universitária brasileira, mulher branca, Sandra Andrade (2012), em que a entrevista tem como objetivo obter relatos de memórias e fatos vividos, reinterpretados e ressignificados na atualidade. Lima (2016) entrevistou 5 mulheres lésbicas e 2 mulheres bissexuais seguindo um roteiro pré-estabelecido de perguntas, os temas abordados foram a relação com a escola, o gênero e a sexualidade na escola, suas próprias sexualidades, discriminações e violências e uso de banheiro/vestiário. A autora fundamenta esse instrumento a partir de Leonor Arfuch (2010) que defende a entrevista como um descortinamento do apagamento de memórias que ocorrem no espaço-tempo, um resultado de alguém singular habitado pela pluralidade.

Sonetti (2021) entrevistou duas mulheres transexuais e três homens transexuais por meio de entrevista semiestruturada gravada por áudio com perguntas sobre os temas descobertas e vivências transexuais, saúde mental e escola, a autora não mencionou referencial teórico sobre o instrumento. Ribeiro (2019) entrevistou três mulheres transexuais, dois homens transexuais e duas pessoas transexuais não-binárias por meio de áudio gravado sobre os temas escola, nome social, espaços inabitáveis por pessoas trans e universidade, o autor baseou-se nos estudos da professora universitária brasileira, mulher branca, Sandra Jovchelovitch e do professor universitário, homem branco, Martin W. Bauer (2010), segundo os pesquisadores a entrevista possui quatro fases, 1) a preparação das

perguntas, do pesquisador e do pesquisado, 2) a escuta ativa da narrativa a ser contada na entrevista, 3) realização de perguntas e 4) conclusão e encerramento.

Braga (2019) entrevistou e registrou em áudio, as vivências de sete mulheres lésbicas, sem roteiro definido, os temas abordaram escola, homofobia, família, igreja, universidade e resistências. Como fundamentação teórica ao instrumento a autora utiliza das afirmações do professor universitário brasileiro, homem preto, Elizeu Clementino de Souza (2014), de que no processo de entrevista não se pode olhar interessadamente e com rigidez sob o tema e os questionamentos, é preciso, segundo ele, não limitar-se a ouvir aquilo que se encaixa a capítulos que buscam ser construídos, mas a toda informação cedida pelo entrevistado.

O segundo maior percentual entre os métodos de construção de dados é a Narrativa com 35%, nos artigos de Braga (2012), Longaray; Ribeiro (2015), Rios; Dias; Brazão (2019), Nascimento (2019), na dissertação de Benitez (2021) e Vieira (2015) e na tese de Oliveira (2017). Braga (2012) utilizou de narrativas escritas por três mulheres transexuais sobre seus percursos pessoais, escolares e universitários, nesse sentido abrangeu-se temas como a produção do corpo transexual, exclusão, transfobia e espaços educacionais, a autora não indicou outros detalhes da produção das narrativas, nem cita referencial teórico sobre o instrumento. Longaray; Ribeiro (2015) utilizaram da narrativa de oito pessoas sendo cinco autoidentificadas como gay, duas transexuais e uma travesti, as narrativas foram construídas a partir de perguntas geradoras em encontros gravados por vídeos, os temas narrados foram anúncio pessoal e na escola da homossexualidade e transexualidade, as autora não indicaram referencial teórico sobre o instrumento.

Rios; Dias e Brazão (2019) recorreram à narrativa de seis professores homens gays abrangendo os temas de experiências de brincadeiras na infância que constituíram suas identidades de gênero e sexualidade, relações com a escola e homofobia. Os autores não indicaram outros detalhes sobre a produção das narrativas e teorias sobre as quais as projetaram e fundamentaram. Nascimento (2019) pesquisou por meio de narrativas, gravadas em áudio, duas pessoas transexuais, um homem e uma mulher, abrangeu temas como a constituição de suas identidades, preconceitos, discriminações, mídia e relações escolares, não foi mencionado outros processos de elaboração da narrativa e a fundamentação teórica deve-se à professora universitária brasileira, mulher branca, Nilda Guimarães Alves (2008) que reflete que o instrumento possibilita sentir o mundo do outro e não

apenas olhar para ele, para a autora é preciso curiosidade e cuidado para reconhecer histórias de vida que expressam uma realidade.

Benitez (2021) construiu sua dissertação com a análise de narrativas gravadas por áudio de dois homens transexuais professores de Psicologia, os temas abordados foram o imaginário sobre suas identidades, sobre gênero e sobre suas formações, incluindo relações com a escola na infância, o referencial é baseado no estudo do professor universitário italiano, homem branco, Franco Ferrarotti (2010), justifica que o instrumento apresenta a individualidade inserida em um contexto coletivo e social, nesse sentido lê-se a singularidade de alguém assim como configurações de uma sociedade. Vieira (2015) também utilizou de narrativas gravadas em áudio de oito mulheres transexuais sobre suas vivências escolares com temas de construção de suas identidades de gênero, o reconhecimento do ser “diferente” do outro, e os discursos e práticas sobre suas vidas na escola. A autora não utilizou algum(a) autor(a) para fundamentar o instrumento, já que em sua análise as narrativas são apresentadas diretamente no corpo da obra, sem destaques em capítulos, é uma tentativa, segundo ela, de romper com as perspectivas “clássicas” da produção científica.

Oliveira (2017) recorreu à narrativa de quatro professores “bichas pretas” sobre suas vivências na educação, foi produzida por encontros virtuais e presenciais, inclui temas como suas vivências na escola, racismo, homofobia, e formação profissional docente. O referencial referente ao instrumento é por meio do professor universitário brasileiro, homem branco, Marcio Caetano (2016) que o define como um reconhecimento de dimensões individuais e sociais, para ele ela é resultado de práticas cotidianas que podem ser vistas como histórias, assim como a de elucidam denúncias de regras que a governam e a produzem.

O terceiro instrumento, representando 10% do total, é o Questionário Investigativo, nos artigos de Franco; Cicillini (2015) e Junior; Ferreira (2021). Franco e Cicillini (2015) dividiram seu instrumento com doze professoras mulheres transexuais, ele foi publicado e enviado pela internet, as autoras não indicam as perguntas realizadas, nem referenciais teóricos sobre o instrumento, mas os temas abordados pelas participantes incluem suas relações na escola, preconceitos e discriminações, transfobia na escola e na sociedade, invisibilidade das pessoas transexuais na escola, vivências trans na educação básica e no ensino superior e violências vividas. Junior e Ferreira (2021) construíram seu instrumento na internet

pela plataforma Formulários Google, com questões sociodemográficas e com perguntas de respostas abertas, sem alternativas de seleção, estas não foram indicadas, os autores o divulgaram em grupos de redes sociais, alcançando 118 pessoas, 71 homens, 47 mulheres, 13 pessoas transexuais heterossexuais, 17 bissexuais, 84 homossexuais, e 03 pansexuais e assexuais. Os temas estudados foram a construção e as relações de suas identidades de gênero e sexualidade na escola, relações com o discurso, a prática e a ação docente da escola e vivências de LGBTfobia na escola, não foram mencionados referenciais teóricos sobre o instrumento.

Em 5% revelou-se o método de construção de dados a partir da Conversa, por meio da dissertação de Borges (2019), ele conversou com três homens gays presencialmente em locais públicos, gravando o diálogo para transcrevê-lo posteriormente. A conversa partiu da questão: como foi a formação de suas identidades sexuais e de gênero e sua experiência no espaço escolar em relação ao discurso docente? e continuou em questões que foram aparecendo ao longo dos diálogos. Os temas abordados foram suas identidades de gênero e sexualidade na escola, o discurso, as práticas e as ações docentes e de colegas de escola e, vivências de preconceito, discriminação e violências na escola e fora dela. O referencial que fundamentou a Conversa foi a do cineasta e jornalista brasileiro, homem branco, Eduardo Coutinho (2008), que declara que uma conversa possibilita compartilhar momentos vividos e percepções sobre si e outros de modo afetivo e descontraído, permitindo seguir diferentes caminhos de investigação, sem uma rigidez e uma frieza que instrumentos como o questionário propicia.

Outros 5% referem-se a Sites como instrumento de construção de dados, por meio da dissertação de Arana (2018), a autora utilizou dos sites CLICRBS/ZH- Zero Hora, G1- Globo, BBC-Brasil, UOL/Folha de São Paulo e Estadão, nesses endereços virtuais ela selecionou trinta reportagens relacionadas às crianças transexuais, possibilitando a discussão de temas como as articulações e vivências de crianças transexuais na escola e na família, a exposição de conceitos sobre a transexualidade e “dicas” de como “aceitar” e conviver afetivamente com essas crianças. Não foram evidenciados referenciais teóricos para esse instrumento.

A análise dos dados, anunciadas no gráfico 04, foram descritas apenas em cinco trabalhos, representando 25% do total, para 75% que não os declararam, e representam quatro vertentes distintas: Análise de conteúdo, Análise de

conversação, Análise de narrativas e Análise qualitativa do discurso. A análise de conteúdo foi utilizada por 10% do total das pesquisas em estudo, nos trabalhos de Junior; Ferreira (2021) e Silva; Jales; Pereira; Almeida; Nogueira; Aparecida de Almeida (2021), ambos os artigos baseiam-se no referencial teórico da professora universitária francesa, mulher branca, Laurence Bardin (2016), essa teoria de análise de dados qualitativos constrói-se pelos aspectos de organização dos dados (leitura e reconhecimento), de codificação das informações (interpretação) e pela categorização das informações (destaque de elementos selecionados a serem estudados).

No artigo de Junior e Ferreira (2021) foram feitas inferências nas participações das pessoas LGBT para compreender suas estruturas discursivas sobre o contexto escolar, o que o permitiu criar as seguintes categorias estudadas: interditos da diversidade sexual no contexto escolar (tabus, invisibilidade de estudantes LGBTQIA, implicações da pedagogia do insulto, processos de ridicularização); des/contextualização da LGBTQIAfobia (violência sistêmica e vigilância dos corpos) e desconstrução de estereótipos de gênero (constituição da identidade de gênero, “heteroterrorismo”, fragilidade da masculinidade).

No artigo de Silva; Jales; Pereira; Almeida; Nogueira e Aparecida de Almeida (2021) a análise de conteúdo, baseada em Bardin, foi registrada em dois momentos: a Pré-análise consistiu em interpretar as ideias iniciais das informações coletadas, de acordo com os princípios da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência e a Exploração do material em que efetuou-se codificações dos trechos, em função da repetição das palavras, construindo-se as unidades de registro das quais se derivaram as categorias temáticas. Estas últimas foram categorizadas em: Transgeneridade na infância existe, A construção de identidade e papéis de gênero na infância, A vivência de crianças trans no contexto escolar, Crianças trans: como lidar?, Discutir as diferenças em sala de aula: é o caminho? e Dilemas da interação escola e família.

Em outros 5% a Análise de conversação foi utilizada na dissertação de Borges (2018) e foi descrita pelos argumentos do professor universitário brasileiro, homem branco, Luiz Antônio Mascuschi (2003), que propõe elementos centrais para a realização de uma conversa: interação entre pelo menos dois falantes (com quem se pretende conversar), ocorrência de pelo menos uma troca de falantes (diálogo entre o par), presença de uma sequência de ações coordenadas (objetividade ao

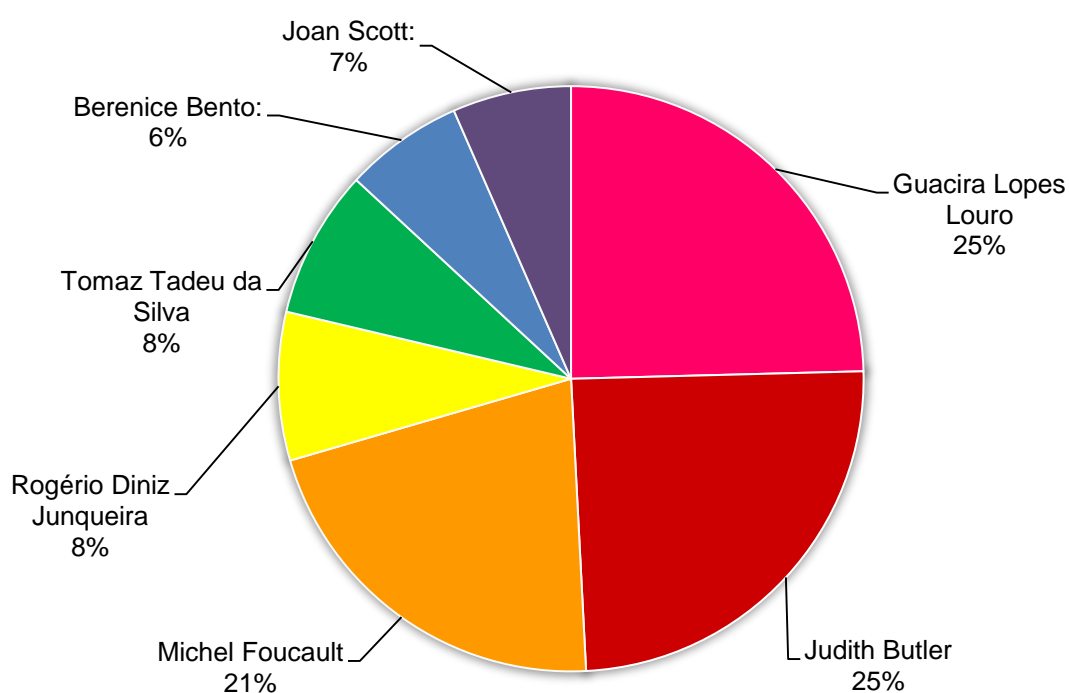
conversar), execução numa identidade temporal e envolvimento numa “interação centrada”. Para a pesquisa de Borges (2018) suas conversas com três estudantes homens gays o possibilitou verificar o que o discurso produz e/ou produziu nesses estudantes durante seus percursos escolares, as lembranças do período estudantil (Ensino Fundamental e Médio), o processo de construção de sua identidade de gênero e sexualidade e a importância do(a) professor(a) na formação das identidades dos estudantes pesquisados.

Também em 5% a Análise de narrativas foi elucidada na tese de Ribeiro (2019) por meio da produção do professor universitário alemão, homem branco, Fritz Schutze (1970), o autor propõe seis passos para sua efetuação: 1) transcrição, 2) divisão do texto em material indexado e não indexado, 3) análise integral do texto em trajetória, 4) investigação das dimensões não indexadas, 5) agrupamento e comparação de trajetórias e 6) reconhecimento de semelhanças em trajetórias contextualizadas. Inserido na produção de Ribeiro (2019), a análise de narrativas de sete pessoas transexuais e suas vivências educacionais não teve seu processo detalhado, as narrativas foram apresentadas em “terceira pessoa”, pelo pesquisador, incluindo fragmentos próprios dos(as) participantes. Esta análise resultou na exploração de vivências e conceitos como a construção de suas identidades na escola, transfobia, discriminações familiares, discursos e práticas docentes.

Os últimos 5% referem-se à Análise qualitativa do discurso, presente no trabalho de Sonetti (2020) fundamentada pelas professoras universitárias brasileiras, mulheres brancas, Rita Catalina Aquino Caregnato e Regina Mutti (2006). Para elas a análise qualitativa é qualificada ao considerar as influências históricas sociais nos discursos, entendendo-a não como código linguístico, mas como forma material da ideologia, nesse movimento de análise o(a) analista (pesquisador(a)) é um(a) intérprete parcial influenciado(a) por suas experiências de vida, portanto sua interpretação é também parcial diante do interesse de sua pesquisa. Em Sonetti (2020) esta proposição teórica foi materializada com narrativas de cinco pessoas transexuais sendo apresentadas em “terceira pessoa” pelo pesquisador, incluindo fragmentos próprios dos participantes e proporcionou reflexões sobre a construção de suas identidades de gênero e sexualidade, vivências, discursos e práticas escolares, relações discriminatórias na família, preconceitos, discriminações e violências pela sociedade.

O penúltimo olhar dessa investigação é: e) Olhar para os referenciais teóricos, os principais conceitos e/ou teorizações e os autores(as) explicitados(as), para esse feito, utilizo o critério de destacar os referenciais teóricos por meio dos(as) autores(as) citados em dois ou mais trabalhos sob investigação, como apresento no gráfico 06 em seguida contextualizo esses referenciais e as teorizações em que foram inseridos nas obras.

GRÁFICO 06 - Autoras e Autores citados como fundamentação teórica nas obras selecionadas



Fonte: Organização do autor (2022)

A primeira autora, presente em 25% dos trabalhos, foi a professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul do curso de Pedagogia e da Pesquisa sobre Gênero, Sexualidade, Relações Étnico-Raciais e Educação, mulher branca, Guacira Lopes Louro. Mencionada nos artigos de Braga (2012), Longaray; Ribeiro (2015), Silva; Rios (2019), Almeida; Soares (2021), Nascimento (2019), Reis (2019), Junior; Ferreira (2021), nas dissertações de Vieira (2015), Borges (2019), Sonetti (2020) e nas teses de Oliveira (2017) e Ribeiro (2019). Foram diferentes pesquisas da professora mencionadas nestes trabalhos, desse modo agrupo-os pelas pesquisas mencionadas evidenciando as teorizações a que foram inseridas, como nos(as) que seguem.



O livro “Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer” (2020) discute a construção e as marcas nos corpos humanos, definidas por padrões e referências, das normas, valores e ideais de uma cultura, que passam a funcionar como marcas de distinção e classificação e, conseqüentemente, como marcas de poder, considerando suas características históricas e culturais. Nesse sentido, os corpos que rompem as fronteiras dessas marcas acabam sendo identificados como corpos estranhos. Em Longaray e Ribeiro (2015) teorizou-se a “ousadia” de gays travestis e transexuais em contestar a sexualidade legitimada pela sociedade, o que os(as) levam a violências e rejeições sociais. Silva e Rios (2019) ao pesquisarem vivências gays na escola reconhecem, por meio da autora, que o corpo gay vivência um gênero não engendrado no discurso legitimado, assim ao desejar um corpo semelhante ao seu, ele foge do padrão sexo-gênero e torna-se um corpo estranho, incômodo.

Nascimento (2019) ao estudar a transexualidade e a mídia, trazendo fragmentos narrativos sobre as infâncias na escola, reconhece esses corpos como estranhos pelo desvio dos padrões homogêneos, o que os torna “abjetos”, “estigmatizados”. Reis (2019) pesquisou processos de construção da transexualidade e teorizou com Lopes (2020) a incoerência e a descontinuidade entre sexo-gênero-sexualidade normativos pelas pessoas transexuais, tornando-os perturbadores da realidade que escapam em seus corpos. Na dissertação de Borges (2019) os corpos de gays no espaço escolar foram racionalizados como desviantes por não pertencerem à norma heterossexual, o que causa um estranhamento e uma luta para definir qual corpo, heterossexual ou homossexual terá um lugar privilegiado na sociedade. Na tese de Oliveira (2017) as bichas pretas na educação, como estudantes ou como professores, constitui movimentos de insistência da e para a cis heterossexualidade que são tomados como normais e se constituem como sujeitos que importam, como aponta Louro (2020). Outra tese de Ribeiro (2019) entende que os sujeitos transexuais possuem cidadanias precárias ao viverem negações ao acesso à educação, nesse sentido seus corpos foram entendidos como estranhos à escola, currículos, educadores que mostram-se desafiados e perplexos para questões que deveriam possuir respostas seguras e estáveis, segundo a professora.

Outro livro mencionado foi “Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista” (2020) que reflete sobre a origem e a necessidade dos estudos sobre gênero e sexualidade na educação, argumentando que ambos

são construções de poder, que produzem e expressam diferenças e desigualdades, essas diferenças são construídas especialmente no campo da escola, segundo a autora, o que mantém os problemas sociais desses fenômenos, podendo ser transformados por uma epistemologia prática e pedagógica feminista. No artigo de Rios; Dias e Brazão (2019) que estudou a fabricação de gênero por gays na infância em brincadeiras, utiliza da autora para sinalizar que em seu estudo a escola continua imprimindo uma marca distintiva entre esses sujeitos através de múltiplos e discretos mecanismos.

Em Almeida e Soares (2021) as mulheres lésbicas no cotidiano escolar ao relatarem suas vivências, foram teorizadas junto de Louro (2020), por apontarem o corpo como principal referência que ancora a identidade e que portanto ele recebe investimentos de imposições culturais, numa tentativa constante de adequá-los a conceitos estéticos e morais da sociedade. Em Júnior e Ferreira (2021) as pessoas LGBTQIA vivenciam a pedagogia do insulto na escola, que segundo a professora, delimita espaços constituídos de símbolos e códigos em se declara o que pode e não pode, separando e instituindo, informando “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Na dissertação de Vieira (2015) ao repensar os gêneros e os corpos transexuais na educação referencia a produção ao concordar que o gênero e a sexualidade independe de discursos “explícitos” da escola, como no currículo, pois ambos “invadem-na” por fazer parte dos sujeitos, sendo algo que não pode ser desligado ou despido. A última obra que teorizou este livro foi a dissertação de Sonetti (2020) que analisou as relações da escola com as pessoas transexuais, referenciou a autora reconhecendo que esse espaço é o principal em reproduzir a heteronormatividade por meio do currículo, da formação docente, da separação de espaços, atividades e habilidades.

Judith Butler é outra autora presente em 25% dos trabalhos, é professora da Universidade da Califórnia em Berkeley, nos Estados Unidos, pesquisadora de feminismos e da teoria queer, mulher branca. Foi mencionada nos artigos de Braga (2012), Longaray; Ribeiro (2015), Saleiro (2017), Silva; Rios (2019), Reis (2019), Franco; Cicillini (2015), Júnior; Ferreira (2021), nas dissertações de Arana (2018), Braga (2019), Borges (2019), Benitez (2021), Lima (2016), Vieira (2015), Sonetti (2020) e nas teses de Oliveira (2017) e Ribeiro (2019). As obras teorizadas da autora foram o livro “Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade”

(2018) e pelo artigo “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”” (2000).

“Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade” (2018), a filósofa questiona a identidade como fundamento da ação política do feminismo, ela argumenta que as estruturas jurídicas engessam as categorias de identidade da ordem heteronormativa, sendo assim ao reafirmar uma identidade, como a das “mulheres” contribui-se para estabelecer a manutenção dessas relações hierárquicas entre masculino e feminino, por isso ela lança novos olhares para o objeto político do feminismo, ampliando as percepções sobre gênero. Em Braga (2012) seu estudo sobre as vivências transexuais no intramuros da escola mencionou a autora ao reconhecer a lógica binária fundada pela determinação de posições como eu e o outro, nós e eles, os certos e os errados, colocando as pessoas transexuais na escola como as outras, impróprias, esta lógica ocorre pelo que Butler (2003) caracteriza como inteligibilidade, em que sexo, gênero e desejo estão alinhados à heteronormatividade.

Longaray e Ribeiro (2015) ao estudarem a enunciação da identidade de gays travestis e transexuais, refere-se à obra por meio do conceito de inteligibilidade cultural, em que os sujeitos investigados estão inseridos segundo as pesquisadoras, por estarem submetidas a leis que buscam estabelecer a ligação heteronormativa entre sexo-gênero-desejo. Saleiro (2017) concordou com a autora ao refletir sobre escolas sensíveis a crianças transexuais diante do conceito de inteligibilidade, em que ela caracteriza essas crianças como ininteligíveis, ao não afirmarem-se dentro do esperado culturalmente. Silva e Rios (2019) pesquisaram gays e suas relações com a escola e mencionam a autora pela concepção de que a sexualidade se constitui com o corpo sendo vigiado, controlado em sua performance, sendo o corpo de seus investigados os que precisam ser negados em suas expressões.

Reis (2019) ao analisar a identidade de gênero na transexualidade, cita Butler (2018) ao indicar sua compreensão sobre gênero e sexo, que para ela e ele o sexo não é uma estrutura isenta de questionamentos em vista de sua materialidade, portanto não só o gênero está passível de uma teorização por estar apresentado na cultura, mas também o sexo que não limita-se ao corpo e a natureza, ao indiscutível. Júnior e Ferreira (2021) elaboram suas ideias sobre gênero, ao estudarem a população LGBTQIA, a partir da autora, que o entende como uma construção

cultural, social e histórica, uma aquisição, uma performance, uma atuação, como lhe pareceu em suas análises sobre os participantes.

Na dissertação de Arana (2018) as crianças trans representam aquelas que não contemplam em suas expressões a inteligibilidade, em que uma pessoa é um gênero em virtude de seu sexo e do seu sentimento psíquico do “eu”, como afirma a autora, já que para Arana (2018) as suas crianças correspondem as que não apresentam expectativas culturais binárias de gênero. Em Borges (2019), seu estudo sobre a arte de fazer-se gay recorreu a autora para também identificar o corpo como uma construção sexual a partir do dispositivo do gênero da sexualidade, indicando essa construção e implicações nos corpos de pessoas gays. Benitez (2021) utiliza da autora concordando com sua crítica à concepção de sexo erigida por Freud, que o concebe como ontológico por meio da natureza dos corpos, assim como a recusa pelo Complexo de Édipo que intenta uma identificação de gênero fantasiosa a meninos e meninas sobre o argumento de que aquelas que não possuem pênis são castradas e o invejam, essa crítica foi expressa ao pensar o gênero na vivência de homens transexuais.

Lima (2016) pesquisando a trajetória escolar de mulheres lésbicas e bissexuais reconhece seus gêneros como performáticos e inteligíveis, como afirma a autora, pelos processos de identificarem-se e de serem identificadas por suas sexualidades e gêneros, já que para Butler (2018) só torna-se inteligível ai estar em conformidade com os padrões reconhecíveis em uma relação entre eu e o outro que permite o reconhecimento, o desconhecimento e a repulsa social. Vieira (2015) utiliza do mesmo conceito de inteligibilidade ao estudar as pessoas transexuais na educação, reconhecendo sua população em investigação como sujeitos incoerentes à relação tríade de sexo-gênero-desejo. Sonetti (2020) estudando as pessoas transexuais na escola concorda com a filósofa sobre a lógica dual de sexo, gênero e orientação sexual, encontrada nas suas interpretações, questionando que embora o sexo tenha sido entendido como binário, não há razão para supor que os gêneros também devam ser, pois assim ele se constitui exatamente como sexo.

Na tese de Braga (2019) suas mulheres lésbicas na escola são estudadas a partir do conceito de performatização de gênero de Butler (2018), pelas narrativas divididas em que o corpo possui uma vulnerabilidade diante da linguagem por sofrer um atravessamento de normas, embora não seja determinista pois essas normas não geram resultados idênticos, daí a resistência das participantes de sua pesquisa.

Ribeiro (2019) ao verificar as experiências escolares de sujeitos transexuais os reconhece também como corpos ininteligíveis, por não subjetivarem-se pela “matriz heterossexual” e pelo alinhamento de sexo-gênero-desejo. Na tese de Oliveira (2017) a produção de Butler é o artigo “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”, em que a autora reflete a performatividade de gênero e a materialização do corpo sexuado, para ela a performance é o ato pelo qual o discurso produz o que nomeia, e são as normas regulatórias de sexo que constituem a materialidade do sexo no corpo guiado pelo imperativo heterossexual. Oliveira (2017) a menciona ao estudar as vivências das bichas pretas na educação reconhecendo que o próprio “agenciamento” de gênero e sexualidade na sociedade disciplinar possibilita a emergência de sujeitos negros homossexuais.

Michel Foucault foi outro autor citado em 21% das obras estudadas, foi um professor universitário francês, homem branco, pesquisador de uma “história crítica da humanidade”, das relações entre poder, conhecimento, disciplina e corpos. Fundamentou os artigos de Braga (2012), Longaray; Ribeiro (2015), Rios, Dias, Brazão (209), Silva; Rios (2019), Reis (2019), Júnior; Ferreira (2021), nas dissertações de Arana (2018), Borges (2019), Benitez (2021), Lima (2016), Vieira (2015), Sonetti (2020) e nas teses de Braga (2019), Oliveira (2017) e Ribeiro (2019). Suas obras citadas foram História da Sexualidade (1988), Vigiar e Punir: nascimento da prisão (1975) e Microfísica do Poder (2007).

“História da Sexualidade” (1988) é uma trilogia, constituída pelas partes “A vontade de saber”, “O uso dos prazeres” e “O cuidado de si”, o objetivo da obra foi determinar o funcionamento do regime de poder-saber-prazer que sustenta o discurso sobre a sexualidade humana. Ao refletir sobre a sexualidade o autor parte de observações da idade média e de suas instituições constituindo narrativas sobre o sexo e a sexualidade, tais como a Igreja, a Literatura, a Medicina, a Psiquiatria, a Justiça penal e a Racionalidade em tornar o sexo útil. Para ele a sexualidade é o conjunto de efeitos produzidos nos corpos através de uma tecnologia política complexa.

Longaray e Ribeiro (2015) utilizam a fundamentação do autor sobre a sexualidade, ao estudarem as anunciações de identidades gays, concordando que a sexualidade faz parte da nossa conduta, da liberdade do usufruto deste mundo, essa liberdade é a de expressar a escolha, de torná-la pública ou de não torná-la, como é o caso dos investigados gays. Rios; Dias e Brazão (2019) ao estudarem as crianças

viadas na escola, recorrem ao autor registrando que a instituição escolar impôs um silêncio ao sexo das crianças e dos adolescentes, desde o século XVIII (18), concentrando a forma dos discursos sobre o tema em seus profissionais, médicos, e pais, impondo-lhes um saber sobre a sexualidade. Silva e Rios (2019) analisando a produção da sexualidade por jovens gays afirma por meio de Foucault que a sexualidade constitui-se como um dispositivo histórico em meio a discursos de controle e normatização, como nas brincadeiras binárias, masculinas e femininas da escola. Reis (2019) reconhece com o filósofo que a transexualidade aparece no ocidente no século XIX, a partir da categoria homossexual, entendida, segundo ele, como uma inversão e anomalia de gênero, como corpos com “androgínia interna”, de “hermafroditismo da alma”.

Na dissertação de Borges (2019) as vivências gays na escola enfrentam discursos heteronormativos que buscam coibir a proliferação de outros tipos como impróprios, esse discurso sobre a sexualidade é descrito pelo autor como uma construção de dada época e sociedade e assumem caráter de verdade e de comportamentos aceitáveis. Na de Benitez (2021) quando a pesquisadora estuda a sexualidade de homens transexuais, inclui o pensamento foucaultiano de que trata-se de um dispositivo histórico constituído e constituinte de discursos, instituições, classificações e normas, condicionando estímulos aos corpos, produzindo resistência e controle às necessidades sociais. Na tese de Braga (2019) a trajetória educacional de mulheres lésbicas apresenta importantes relações com a sexualidade, argumentada pelo autor como uma construção social que não é uma derivação da biologia, mas que é cultural, histórica e discursiva, elaborada principalmente de forma insistente, inscrevendo práticas de poder, regulação e normalização nos corpos das participantes. E em Ribeiro (2019) as cidadanias transexuais são olhadas sobre a perspectiva histórica do autor sobre a sexualidade em que o desenvolvimento de um estado moderno exigiu o controle dos corpos e a incitação sobre o universo da sexualidade, através de discursos normativos jurídicos, médicos, psicológicos e pedagógicos.

No livro “Vigiar e Punir: nascimento da prisão” (1975), o autor apresenta o suplício no século XVIII como maneira de punição aos condenados, materializado em três princípios: produzir certa quantidade de sofrimento, ser marcante à vítima e ser ostentoso, constatado por todos. Esse fenômeno medieval é o que estabelece o poder do estado sobre o corpo do sentenciado e daqueles que sentenciam, gerando

a punição dos atos de violação às regras, constituindo disciplina no comportamento individual e coletivo e aprisionando aqueles(as) rebeldes. Para ele, as cadeias não corrigem o aprisionado e reprimem a criminalidade, mas contribuem com a manutenção da delinquência, como um círculo vicioso.

Júnior e Ferreira (2021) utilizaram dessa obra, relacionando-a à relação que a população LGBTQIA vive na escola o que ele descreve como experiências prisionais, vigiando e punindo suas identidades transgressoras à regra. Citando o autor ele argumenta que o não reconhecimento de estudantes LGBTQIA é uma interdição proposital, que toma três fases segundo Foucault: afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista. Na dissertação de Vieira (2015) as e pessoas transexuais na escola são alvos dessa concepção de vigilância e punição, como exemplifica o pesquisador por meio das narrativas sobre os banheiros escolares que representaram aos participantes um mecanismo de regulação de gênero, de masculinidade e feminilidade, em que foram punidos e vigiados pelos pares e professores da escola. E na tese de Oliveira (2017) a pesquisa sobre bichas pretas reconhecem a partir desta obra, o racismo e a homofobia como dispositivos que produzem e são produzidos por técnicas de poder como a disciplina, a partir da punição e do vigiamento, essa sujeição constante impõe a relação de docilidade e utilidade, formando o que ela caracteriza de bom homossexual negro.

Em “Microfísica do poder” (2007) o filósofo aborda as relações entre Soberania, Disciplina e Governabilidade, partindo de reflexões da Idade Média e do poderio real, Foucault caracteriza que o poder está em todo lugar e é baseado em saber e discurso com a função de legitimar direitos da soberania e a obrigação de obediência. Em reflexões com O Príncipe de Maquiavel, o autor argumenta que o controle cotidiano dos indivíduos não pode se dar apenas pelo controle territorial, mas pelos costumes, hábitos, maneiras de pensar. A comparação com o nascimento da prisão é pela tentativa permanente do poder corrigir e humanizar os indivíduos, como se planeja com os indivíduos em conflito com a lei, presos.

Braga (2012) em seu artigo investigando pessoas transexuais, relaciona esta obra com o corpo transexual fabricado por uma ótica normalizadora que elabora sentidos de abjeção por práticas educativas instituídas como controladoras, ou seja, constituídas de poder. Na dissertação de Arana (2018) as crianças transexuais na escola são percebidas com os argumentos do autor em questão como dotadas e alvos de poder, por funcionar em rede, exercendo poder, sofrendo sua ação, nunca

sendo inertes ao poder, sendo sempre centros de transmissão. E em Sonetti (2020) as pessoas transexuais na escola vivem a transfobia pelo controle social do gênero por meio do biopoder, descrito por Foucault como uma tecnologia anatomopolítica do corpo humano focado em controles regulatórios de mecanismos da vida como o gênero e sua (re)construção pela população transexual.

O quarto autor mais recorrido na argumentação dos(as) pesquisadores(as) foi Rogério Diniz Junqueira, brasileiro, homem branco, pesquisador do INEP, dedicado em pesquisas sobre educação, direitos humanos, política e discurso, direito à diferença, gênero, e sexualidade, citado por 8% nos artigos de Almeida; Soares (2021), Franco; Cicillini (2015) e Júnior e Ferreira (2021) e nas teses de Oliveira (2017) e Braga (2019).

Está presente nestas pesquisas por meio de seu artigo intitulado “Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico” (2010) publicado na revista Espaço do Currículo, trata-se de um estudo que explora a relação entre currículo, heteronormatividade e homofobia, para o brasileiro o currículo é político, um produto cultural, um discurso orgânico que se materializa formalmente e informalmente e constrói saberes, sujeitos, diferenças, identidades desigualdades, hierarquias e exclusões. Nele estuda relatos de profissionais da educação sobre suas experiências com processos de (re)produção das normas de gênero e sexualidade, concluindo que é preciso desestabilizar os dispositivos da escola de disciplinamento heteronormativo para que se promova uma educação inclusiva e não homofóbica. .

Almeida e Soares (2021) perceberam de suas interpretações sobre a escolaridade de mulheres lésbicas aquilo que o autor defende nesta produção, que o currículo escolar é impregnado de matrizes normativas que produzem e mantêm seu discurso de rejeição ao diferente, à diversidade sexual e ao que foge do padrão branco, heteronormativo, produzindo homofobia, racismo e misoginia.

Outro artigo é “Pedagogia do armário: a normatividade em ação” (2013) Junqueira, publicado pela revista Retratos da Escola, argumenta sobre o conceito da Pedagogia do Armário, como sendo um conjunto de práticas, relações de poder, classificação e construção de saberes que o currículo constrói com base nas normas de gênero e sexualidade na ordem heteronormativa. O autor também compreende o currículo como orgânico nesse artigo, o que faz com que os discursos incisivos de humilhação, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação edifiquem



uma Pedagogia que leva estudantes não heterossexuais a não assumirem e viverem com dignidade seus gêneros e sexualidades.

Franco e Cicillini (2015) reconheceram o conceito de pedagogia do armário ao perceberem nas participações de pessoas transexuais em sua pesquisa que adolescentes e jovens estudantes LGBT desenvolvem rendimentos escolares qualificados tentando amenizar situações de exclusão e atos de violência pelos quais são expostos(as) na realidade escolar. Júnior e Ferreira (2021) constroem suas reflexões partindo do conceito de pedagogia do insulto, cunhada nessa obra de Junqueira, termo que representa estratégias de preconceitos, discriminações e violências, vividas pelos investigados LGBTQIA de sua pesquisa em piadas, insultos e expressões desqualificantes. Esse último conceito de pedagogia do insulto também foi mencionado na tese de Braga (2019) teorizado para caracterizar a realidade em que as mulheres lésbicas se encontram no cotidiano escolar.

O artigo “Homofobia nas escolas: um problema de todos’ foi publicado em um livro do Ministério da Educação em 2009, que reconhece que o espaço da escola reproduz a heteronormatividade projetando opressões, discriminações e preconceitos sobre os(as) estudantes LGBT, os(as) quais constituem suas subjetividades com os impactos da LGBTfobia, da negação, da autoculpabilização, da autoaversão. Nesse sentido, o autor defende que todos são responsáveis pela superação desse tipo de paradigma, as famílias, a comunidade escolar, a sociedade e o estado. Na tese de Oliveira (2017) o autor contribui às narrativas das bichas pretas dialogando com suas experiências que sexualidades desviantes interferem no sucesso escolar, pois constroem sentimentos de intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento, o que caminha para o desinteresse pela escola, pela evasão escolar e para a expulsão.

Outro teórico em 8% das obras selecionadas é Tomaz Tadeu da Silva, homem branco, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e pesquisador de: currículo, diferença, Deleuze, Foucault, neoliberalismo, Estudos Culturais, identidade e pós-modernismo, citado nos artigos de Silva; Rios (2019), Almeida; Soares (2021), Nascimento (2019), Júnior; Ferreira (2021) e na tese de Oliveira (2017).

A primeira obra trata-se do livro “Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais” (2000) organizado pelo autor, em que ele publica o primeiro artigo intitulado: A produção social da identidade e da diferença. Nele o autor argumenta

sobre a relação da identidade e da diferença, ambas interdependentes e visíveis ao formalizar uma identidade em que se afirma aquilo que é ao mesmo tempo que aquilo que não se é, isso implica em incluir, excluir, pertencer e não pertencer. A diferença, para ele, só se faz a partir daquilo que o outro é, portanto a diferença é que elabora uma identidade auto-referenciada. A única perspectiva em que diferença não está inserida em uma relação de poder, em inferioridade e superioridade, segundo o autor, é o multiculturalismo, em que corpos gozam da liberdade de expressar múltiplas e diversas identidades.

Silva e Rios (2019) concordaram com esta proposição em suas percepções sobre a narrativa de homens gays na escola, em que estes eram vistos e viviam sobre a diferença, construída por processos linguísticos discursivos em relações de poder, sendo apenas em comparação com o outro que se evidencia, daí que os seus colegas heteronormativos os apontavam como o diferente. Nascimento (2019) ao buscar racionalizar a multiplicidade da identidade transexual, reconhece que a identidade e a diferença resultam de dinâmicas simbólicas e discursivas em que tanto uma categoria quanto a outra possuem naturezas flexíveis em razão das relações sociais que as redimensionam. Júnior e Ferreira (2021) verificaram nas respostas obtidas em suas coletas de dados que houveram diferentes estratégias de demarcação da diferença nos corpos LGBTQIA, o que promoveu na concepção dos participantes a elaboração de uma norma na mesma medida que do indesejável, como pensa o autor. Na tese de Oliveira (2017), Silva fundamenta os marcadores sociais, como símbolos que constituem a diferença, e que promovem a assunção das bichas pretas, como gênero, raça, etnia, classe social, idade, sexualidade, dentre outros.

Na obra “Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do Currículo” (2016), ele objetiva realizar um apanhamento geral das teorias do currículo, refletindo sobre elas perpassando a história da educação ao longo de séculos. As teorias do currículo, para o autor, são invenções do próprio currículo, são discursos vivos e políticos, caracterizando-se como teorias tradicionais, críticas e pós-críticas. A primeira busca manter a ordem social e histórica, os conhecimentos concentram-se em questões técnicas, e na construção do indivíduo para a sociedade, como um sujeito de trabalho sem potencialidade de transformar a realidade. A segunda aponta a escola como portadora de ideologias em seus currículos, disciplinas e conteúdos, nesse sentido os conteúdos são voltados para o rompimento com a alienação,

promovendo espaços reflexivos sobre a sociedade e seu papel nela. E a última responsável por dialogar sobre questões emergentes da sociedade como as questões de gênero, feminismo, raça, classe e sexualidade compõe a seleção de conteúdos dessa teoria. Almeida e Soares (2021) argumentam com o autor ao refletirem sobre a vivência lésbica na escola, por meio da necessidade apontada por Silva de uma pedagogia que busque para além de informações corretas sobre a sexualidade e tolerância da homossexualidade, e que questione todos os processos discursivos e institucionais, o correto e o incorreto, o moral e o imoral, o normal e o anormal.

Berenice Bento teorizou junto de outros 6% dos trabalhos, é professora universitária brasileira, mulher branca, investigadora de Sociologia e Antropologia, nos temas: decolonialidades, estudos queer, direitos humanos, sexualidade, gênero, raça e etnia. Apareceu na dissertação de Arana (2018), Benitez (2021), Vieira (2015) e Sonetti (2020). Em seu livro “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual” (2006) reflete sobre histórias de pessoas transexuais, percebidas como “aberrações” pelas suas identidades de gênero e sexualidade, no trabalho de Arana (2018), a autora fundamentou o conceito de gênero na investigação de crianças trans, materializado em roupas que compõem o corpo, os olhares e gestos, por insistências que buscam estabelecer verdades com o fundamento de determinismo biológico. Em Benitez (2021) o gênero reconhecido como reprodução de masculinidades nos corpos de homens transexuais, pela autora, é operacionalizado pelas instituições como a escola, a ciência, a linguística e a igreja, como defende teoriza Bento (2006). Na dissertação de Vieira (2015), Bento é citada pelo livro “O que é a transexualidade”, publicado em 2008, nessa obra a autora busca elucidar como compreende a transexualidade, objeto de estudo de Vieira (2015), que teoriza por meio da autora que esta identidade é uma experiência de transito entre gêneros, demonstrando a impossibilidade dos sujeitos cumprirem desejos e proposições culturais sobre o corpo, estes corpos são para ela, os que escapam do processo de produção dos gêneros inteligíveis, ao mesmo tempo que revelam a possibilidade de transformar essas normas.

Joan Scott é a autora presente em 7% dos trabalhos, é uma professora universitária estadunidense do Instituto de Estudos Avançados de Princeton (EUA), pesquisou em sua carreira a história francesa e posteriormente a história das mulheres. Fundamentou os artigos de Reis (2019) as dissertações de Borges

(2019), Benitez (2021), Lima (2016), Vieira (2015) e a tese de Braga (2019). Sua obra teorizada foi o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado originalmente no *American Historical Review* em 1986. Nesse trabalho, a estadunidense fundamenta o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais fundado nas diferenças entre sexos, sendo o gênero uma relação de poder. Para a autora ele implica quatro elementos relacionados entre si, sendo o primeiro os símbolos que o evocam, o segundo os conceitos normativos expressos em religiões escola, ciência, política e poder judiciário, formando a posição binária entre masculino e feminino, o terceiro a construção por meio do parentesco e o quarto o elemento subjetivo da constituição dessa identidade, ele é, segundo a autora, o decodificador do sentido das relações complexas entre a interação humana. Todos os trabalhos que citaram a autora a utilizaram justamente para descrever o modo como concebem o gênero, como citado acima, entendendo-os como parte da identidade transexual como em Reis (2019), Vieira (2015) e Benitez (2021) da identidade lésbica como em Lima (2016) e Braga (2019) e da identidade gay como em Borges (2019).

O último olhar sobre as obras selecionadas é f) Olhar para os alcances e limites reconhecidos nas pesquisas, os alcances estou reconhecendo-os como os potenciais percebidos nas pesquisas a partir de suas aproximações com o tema de infâncias escolares LGBT, e os limites como as oportunidades de produção científica não abordados ou pouco abordado entre essas obras. Nesse sentido, alguns elementos parecem-me interessantes, relativos a: identidade de gênero e nacionalidade dos autores(as) das obras selecionadas, percepções sobre a metodologia/caminhos investigativos e os objetivos das obras, o percentual de produções de cada população da sigla LGBT, os limites e as oportunidades diante das obras analisadas.

Da identidade de gênero dos(as) autores(as) 76% são mulheres e 24% são homens, 95% são obras de brasileiros(as) e 5% representam uma autora Portuguesa (Saleiro, 2017). Da metodologia e dos caminhos Investigativos percebo a expressividade total dos trabalhos identificados como de abordagem qualitativa, por representarem os trabalhos que dedicam-se a estudos que envolvem subjetividade, histórias de vida, tornando-se propulsores sensíveis e respeitosos de uma historicidade das infâncias das crianças LGBT. Do método de construção de dados, 95% utilizam de instrumentos de coletas de dados entre narrativas,

questionários, conversas e entrevistas, isso demonstra-se como uma tentativa majoritária dos(as) pesquisadores(as) em racionalizar e conceituar as infâncias escolares das crianças LGBT por meio do “tema” e da “fonte” primária e central das investigações, as próprias crianças revividas a partir de memórias.

Notei que há alcances importantes sobre o grupo investigado pela maioria dos trabalhos, as crianças transexuais e sua vivência na escola, com 55%, na mesma medida em que observo o limite da produção científica sobre as crianças travestis e suas relações com a escola, permanecendo em 0%. Esse contraste entre o número de trabalhos sobre cada agrupamento da população LGBT, pode indicar que as investigações sobre as crianças transexuais na escola tem sido vividas, reconhecidas e apresentadas em maior número como demanda à sociedade, às famílias, à escola e à comunidade científica. Concomitantemente, também revela-se por meio dos demais percentuais baixos, como oportunidades (quase) inéditas de pesquisa, assim como de necessidades sociais sobre a vida e o (des)caminho escolar dessas crianças.

Observei também que nenhum trabalho abordou coletivamente a relação que as crianças LGBT têm na escola em suas infâncias, dentre os 10.795 artigos e 315.452 obras de pós-graduações em educação atingidas pela busca dos descritores, o que revela mais uma oportunidade de pesquisa existente para a Epistemologia LGBT, ao movimento LGBT, e à sociedade. A leitura e análise destes trabalhos selecionados manifestaram que nenhum teve como objetivo central, teórico e metodológico o estudo sobre as infâncias escolares das crianças LGBT, desnudando a interessante percepção de que os fragmentos apresentados nos trabalhos são narrativas selecionadas e contadas pelos próprios participantes das pesquisas, demonstrando um afloramento do reconhecimento da existência dessas crianças e dessas infâncias, em um movimento de auto-rememoração.

Por fim avalio que essas oportunidades de pesquisa, que por suas vezes se apresentam como lacunas, são caras à população LGBT, pois a inexistência e descaracterização conceitual e teórica de algo, torna-o invisível, inexistente, de modo que nenhuma publicação literária e progressista sobre o tema, invisibiliza o reconhecimento e a percepção sobre a existência dessas (nossas) infâncias e de seus impactos. Isso inibe possibilidades de resignificação da infância pela própria população LGBT, assim como da dificuldade em promover olhares, discursos e práticas pedagógicas críticas, amorosas e esperançosas de professores(as) de

crianças sobre o tema, e até mesmo de inseri-la em uma agenda de formação continuada nas políticas educacionais.

## **CONTRIBUIÇÕES ESPERANÇOSAS SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DAS INFÂNCIAS ESCOLARES DAS CRIANÇAS LGBT: DESCAMINHOS TEIMOSOS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO**

Posteriormente à síntese e análise das obras selecionadas, e de todas as considerações anteriores que demonstraram-se necessárias nesse descaminho científico, atinjo a última parte desse trabalho em que traço algumas reflexões dos resultados encontrados e sobre as potencialidades inéditas de produção científica e a necessidade histórica e cultural de se estudar especificamente as infâncias escolares das crianças LGBT para intentar compreender a realidade e transformá-la qualificadamente por meio de (nossas) capacidades intelectuais e científicas.

Dediquei-me nesse TCC em construir um saber localizado, fundamentado por Haraway (2015) em que declaro minha parcialidade diante da produção científica por corporificar-me como uma criança viada, um jovem esperançoso e aguerrido, um feminista e militante dos direitos e dignidades da população LGBT. Entendo que também contemplei essa ótica na construção do texto extrapolando minha corporificação com algumas considerações: a descrição integral dos nomes, do gênero, da cor, da nacionalidade e da profissão dos autores utilizados como fontes teóricas e no compromisso árduo de análise de mais de trezentas mil obras científicas listadas nas buscas por descritores, e nas considerações críticas e comprometidas sobre a infância das crianças LGBT na escola.

Decidi também pela construção de saberes baseados na dialogicidade de Freire (2001), em que meu ato comunicativo teimou em ser acessível a todos(as) que possuem a menor experiência com a alfabetização e o letramento, assim como por escolher linguisticamente palavras e expressões amorosas, respeitosas e cuidadosas com o repertório de saberes já existentes sobre o outro, sobre possíveis leitores(as). Dessas decisões penso que conquistei o objetivo de promover uma leitura crítica, progressista, amorosa e esperançosa e que se distanciasse de qualquer comunicação em tom de colonização, superioridade e indignidade.

Os encontros epistemológicos que vivi ao longo de um processo de descaminhar cientificamente, concluo sobre o tempo histórico de produção e publicação que obtive um recorte de 9 anos, com artigos, dissertações e teses de 2012 a 2021. Esse recorte descoberto encaixa-se em um cenário histórico do Brasil

como tempos de avanços políticos sobre gênero, sexualidade e população LGBT, a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT 2003- 2016). Ao mesmo tempo em que foram construídos em cenários de resistência após o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016 e a crescente onda conservadora, preconceituosa e LGBTfóbica que inundou a narrativa social do país.

Da localidade geográfica da publicação dos três tipos de obras científicas, constatei altos percentuais como 33% das obras terem sido escritas por pesquisadores da região Sul e 0% da região Norte. Da abordagem metodológica, verifiquei que 100% representa pesquisas qualitativas com 95% de utilização de instrumentos de construção de dados. Desses altos percentuais anuncio a hipótese da dificuldade em conceituar apenas teoricamente as infâncias escolares das crianças LGBT, devido ao baixo número de trabalhos e estudos de campo, de investigações direta a sujeitos(as) LGBT que relatam e permitem a análise de suas experiências escolares relacionados a gênero e sexualidade na escola da infância. Em outras palavras, essas escolhas investigativas demonstram a tentativa corajosa e importante em construir uma Epistemologia das Infâncias LGBT.

Epistemologicamente reconheci que os autores mais citados como fontes teóricas foram Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Michel Foucault, Rogério Diniz Junqueira, Tomaz Tadeu da Silva, Berenice Bento e Joan Scott, sendo a maioria autores teóricos pós-estruturalistas, com exceção da última mencionada. Considero que todos(os) os(as) autores(as) nos apresentam pesquisas com referenciais que buscam desconstruir certezas e colocar na roda novos discursos que incluem os modos de ser e viver LGBT, tornando-se uma potente lista de autores(as) encontrados entre os trabalhos estudados e que colaboram para o crescimento desses conhecimentos.

O percentual de trabalhos de cada grupo da população LGBT não é equânime, isso deve-se ao fato da descoberta do percentual de 55% de investigações das infâncias escolares das crianças transexuais enquanto há 0% de trabalhos sobre as infâncias escolares das crianças travestis, por exemplo. Esses números evidenciam as seguintes considerações problemáticas: as crianças Transexuais têm sido reconhecidas na sociedade e nas demandas pedagógicas da escola, o que impulsionou a curiosidade do tema nos(as) pesquisadores(as), assim como a Bissexualidade e a Travestilidade apresentam-se invisibilizada, possivelmente, tanto pela realidade da escola da infância e de seus(as)



professores(as), quanto do olhar científico. Essas razões possuem como ponto positivo a demarcação da existência das infâncias e crianças transexuais nas escolas, bem como pontos negativos como sendo o irreconhecimento e a falta de investigações sobre a infância escolar da população Bissexual, o que reage alimentando os discursos discriminatórios sobre esse grupo, deslegitimando-o, colocando-os em situações estigmatizadas de fases, inseguranças e promiscuidades.

Percebi também que nenhum trabalho teve como objetivo central e exclusivo o estudo das vivências e relações que as crianças LGBT têm em suas escolas, na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental 1. Tanto os Artigos quanto as Dissertações e Teses refletiram sobre a infância dessa população por meio de menções que os(as) próprios(as) pesquisados(as) LGBT faziam em diferentes métodos de construção de dados, ao deporem algum episódio desse período de suas vidas. Nesse sentido, o movimento avistado do pesquisado(a) ao(à) pesquisador(a) e à pesquisa, no contexto dessa pesquisa, alcançou o que reconheci como uma “Emergência das crianças LGBT na escola”, em que tanto o grupo populacional rememora episódios de destaque desse período na instituição, quanto lançam propostas e necessidades investigativas à ciência e seus profissionais. Especificamente sobre os objetivos das pesquisas avistei a categorização de três grandes eixos: Discursos e Práticas escolares em relação à sexualidade e/ou gênero, Reflexões às normas de gênero e/ou sexualidade e Documentação das vivências LGBT.

Outro dado foi que 95% das obras analisadas racionalizam as infâncias LGBT por meio de construções de dados com a própria população na condição de jovens e adultos. Esses altos percentuais não demonstram apenas a escolha metodológica dos(as) autores(as), mas também a sensibilidade e responsabilidade política e teórica em pesquisar sobre as infâncias LGBT em conjunto com as próprias crianças, resguardadas nas memórias dos(as) jovens e adultos(as) investigados(as). Essa postura diante da construção do conhecimento demonstra a necessidade dos(as) pesquisadores(as) em buscar informações diretamente com o grupo investigado, assim como em considerar a potência que o local de fala, e de saber, têm para a construção de dados e a racionalização dessas crianças na escola.

Apuro com esse estudo que há, de momento, oportunidades investigativas e lacunas epistemológicas acerca das infâncias escolares das crianças LGBTs, pelo

menos dentre os 10.795 Artigos e as 315.452 Dissertações e Teses encontradas nas buscas nas plataformas. Dediquei-me em descobrir e evidenciar essas lacunas, como uma tentativa de responder às situações, fatos e desafios que vivi ao longo de minha infância, adolescência e juventude viada, assim como em desmitificar a inexistência de gênero e sexualidade nos corpos infantis, tentando corroborar com discursos e políticas que intentam naturalizar a ordem heteronormativa, a invisibilidade e cura de pseudopatologias de gênero e sexualidade nas crianças LGBT.

Ao tempo em que anuncio os resultados dessa Revisão de Literatura, também constatei o baixo número de produções, o que me motiva a também anunciar minha vontade necessária e sonho possível de documentar e demarcar a existência das crianças LGBT e de suas experiências na escola da infância na Pós-Graduação em Educação. Entendo que há uma possível linearidade de estudo em uma lacuna dos conhecimentos apresentados, em um primeiro momento, a investigação sobre as experiências das crianças LGBT na escola da infância e posteriormente o reconhecimento delas por professores e professoras de crianças, no esforço em buscar referências sobre os impactos dessas crianças à formação docente.

O que teimo com esse TCC é a legitimação de (nossas) infâncias LGBT, infâncias mal-ditas, não descritas, invisibilizadas pela sociedade e no conhecimento científico. Teimo porque as relações que nós LGBTs possuímos com a escola no período de infância, como relatado por mim e pelos(as) participantes nas sínteses das obras, são atos de preconceito, discriminação, violência e negligência pedagógica, não houve reportagem à atos amorosos, de acolhimento e inclusão. Isso me leva a entender, a partir da própria pele e por meio dos encontros epistemológicos nesse descaminho que as situações indignas que vivemos em nossas infâncias são problemas construídos socialmente através da ordem heteronormativa e LGBTfóbica, e se foram construídas, podem ser reconstruídas, revistas, transformadas.

Ao buscar transformá-las estou propondo outro caminho de vida, de memória, de relato, de saúde mental, de desenvolvimento, de aprendizagem, de autoestima e autocuidado na história de vida das pessoas e crianças LGBT. Tento isso, buscando garantir o direito à dignidade infantil estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), pela minha tentativa política e pública de demarcar e defender a

existência das criança LGBT, pela possibilidade de elaborar políticas educacionais, sociais e de infância para esse segmento da sociedade, e pelo compromisso científico em transformar a vida das pessoas para melhor.

Termino minha participação sobre a construção deste conhecimento, a(o) convidando a continuar suas reflexões, até aos futuros e possíveis reencontros que nossas rotas atravessem entre nossos (des)caminhos para o florescimento destas crianças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Laura; SOARES, Rosângela Rodrigues. Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

ARANA, Ariane Pickersgill. **A produção da criança trans nas reportagens digitais: um olhar para os espaços educativos família e escola**. 2018. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Livros técnicos e científicos editora, 1981.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é a transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008)

BENITEZ, Luciano Anchieta. **Professores-Psicólogos (Trans)formadores: Narrativas ético-afetivas de masculinidades fora do cis-tema**, 2021. (Dissertação de Mestrado)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

BORGES, Diego Viana. **A formação das identidades sexuais e de gênero: experiências de estudantes gays no espaço escolar**, 2019. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

BUJES, M. I. E. Descaminhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BRAGA, Keith Daiani da Silva. **Lesbianidades, Performatizações de Gênero e Trajetória Educacional**, 2019. (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019.

BRAGA, Denise. A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola. **Periferia**, v. 4, n. 1, p. 5-24, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2018: resumo Técnico**. Brasília, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2019: resumo técnico**. Brasília, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: resumo Técnico. Brasília, 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.513, de 1 de Dezembro de 1964. Dispõe e autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1 dez. 1964.

BRASIL. Decreto nº 16. 272, de 20 de Dezembro de 1923. Dispõe e regula a assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 dez. 1923.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Superior 1999**. Brasília. 2019. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjE1PGx-X2AhVtnpUCHfxvCwWQFnoECAYQAQ&url=https%3A%2F%2Fdownload.inep.gov.br%2Fdownload%2Fcenso%2F1999%2Fsuperior%2Fmiolo1\\_Sinopse\\_Superior99.pdf&usg=AOvVaw3nggv-nRBvZCNK1NxAbmyQ](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjE1PGx-X2AhVtnpUCHfxvCwWQFnoECAYQAQ&url=https%3A%2F%2Fdownload.inep.gov.br%2Fdownload%2Fcenso%2F1999%2Fsuperior%2Fmiolo1_Sinopse_Superior99.pdf&usg=AOvVaw3nggv-nRBvZCNK1NxAbmyQ). Acessado em: 01 jan. 2020.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acessado em: 01 jan. 2020.

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL, Presidência da República Federativa. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL, Presidência da República Federativa. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

BRASIL, Presidência da República Federativa. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2011.

CÂMARA 18 10 17. Produção: TVE Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2017, 1 vídeo (4:17s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ml0lzJVNdCc>. Acesso em: 14 jan. 2022.

DE MARCO, Mario Alfredo. Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial: um projeto de educação permanente. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 30, p. 60-72, 2006.

DE MELO, Iran Ferreira. Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas: o alvorecer do movimento LGBT no mundo. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 10, n. 14, 2016.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre entre colônia e império. **História da infância de criança no Brasil**. Ed. Contexto, 1991.

DO NASCIMENTO, Cláudia Terra; BRANCHER, Vantoir Roberto; DE OLIVEIRA, Valeska Fortes. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 47-63, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**, 1975. Trad. Ramalhete, R. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Editora Paz e Terra, 2015.

GRIPEZINHA, País de maricas: as frases de Bolsonaro sobre a pandemia. **Estado de Minas**. Rio de Janeiro, 19 jun. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/19/interna\\_politica,1278492/gripe-zinha-pais-de-maricas-as-frases-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/19/interna_politica,1278492/gripe-zinha-pais-de-maricas-as-frases-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia.shtml). Acessado em: 14 jan. 2022.

JHON HOPKINS UNIVERSITY OF MEDICINE. **Corona Vírus Resource Center**. EUA. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

JÚNIOR, Isaias Batista de Oliveira; FERREIRA, Diego Raone. Vidas que se cruzam na pedagogia do insulto: uma análise das vivências escolares de pessoas LGBTQIA. **EccoS–Revista Científica**, n. 57, p. 11337, 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line PUC, Rio de Janeiro**, n. 10, p. 64-83, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Revista Espaço do Currículo**, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.); Ministério da Educação. **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Retratos da Escola**, v. 7, n. 13, p. 481-498, 2013.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis (RJ), 2011.

LIMA, Vanini Bernardes Costa de. **Mentir pra si mesmo é sempre a pior mentira: a heteronormatividade na narrativa da trajetória escolar de mulheres lésbicas e bissexuais**, 2016. (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Devires, 2020.

NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo. Novas formas de ser: mídia e Transexualidade a partir de Narrativas de (re)construção Identitária. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 1, 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**, 2017. (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PINHEIRO, Marta. Fundamentos de neuropsicologia—o desenvolvimento cerebral da criança. **Vita et sanitas**, v. 1, n. 1, p. 34-48, 2007.

REIS, Aparecido Francisco dos. O Processo de Construção da Identidade de Gênero e Transexualidade: narrativas, trânsitos e diferenças. **Interfaces Da Educação**, v. 10, n. 28, p. 93-116, 2019.

REIS; Toni; Associação Nacional LGBT. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Somosgay, 2018.

REY, Fernando Luis González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Editora Pioneira Thomson Learning, 2005.

RIBEIRO, Izaque Machado. **Cidadanias Precárias: Sujeitos Trans e Educação**, 2019. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

RIOS, Pedro Paulo de Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira; BRAZÃO, José Paulo Gomes. “As brincadeiras denunciavam que eu era uma criança viada”: o gênero “fabricado” na infância. **Revista Educação em Questão**, v. 57, p. 1-21, 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As Pesquisas Denominadas do Tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37–50, 2006.

SALEIRO, Sandra Palma. Diversidade de gênero na infância e na educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)gênero. **Ex Aequo**, n. 36, p. 149-165, 2017.

SILVA, Francisca Vilela da. A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 29, 2021.

SILVA, João Paulo de Lorena. PARAÍSO, Marlucy Alves. Bagunçando as normas de gênero: crianças transviadas e a invenção de outros possíveis no currículo escolar. In: 7º SEMINÁRIO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO. Minas Gerais, 2017. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SILVA, Juliane Costa; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Jovens gays na escola: masculinidades, infância e narrativas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 4, n. 11, p. 558-572, 2019

TADEU, Tomaz. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. São Paulo: Autêntica, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

SONETTI, Sara Laham. **Ninguém quer uma pessoa trans por perto: Escolas como espaços protetivos ou reprodutivos da transfobia**, 2020. (Dissertação de Mestrado)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Tellus**, p. 11-25, 2007.

VIEIRA, Ana Leticia. **Por um transpensar os gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas**, 2015. (Mestrado em Educação) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.